



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



WYLAMYS BERNARDO SANTOS DE LIMA

**DINÂMICA DO CAPITAL E (DES) CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO:
A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO ENGENDRADAS PELO
AGRONEGÓCIO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE SIMÃO DIAS – SE**



São Cristóvão/SE
2023

WYLAMYS BERNARDO SANTOS DE LIMA

**DINÂMICA DO CAPITAL E (DES) CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO:
A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO ENGENDRADAS PELO
AGRONEGÓCIO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE SIMÃO DIAS – SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos

São Cristóvão/SE
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732d Lima, Wylamys Bernardo Santos de
Dinâmica do capital e (des) configurações do trabalho : a (re)produção do espaço agrário engendradas pelo agronegócio : uma análise a partir de Simão Dias – SE / Wylamys Bernardo Santos de Lima ; orientadora Christiane Senhorinha Soares Campos. – São Cristóvão, SE, 2023.
211 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Geografia agrícola. 2. Agroindústria – Milho. 3. Política de trabalho. 4. Produtividade do capital. 5. Espaço em economia. 6. Agricultura e Estado. 7. Produtividade agrícola – Simão Dias (SE). I. Campos, Christiane Senhorinha Soares, orient. II. Título.

CDU 911.3:633.15(813.7)

WYLAMYS BERNARDO SANTOS DE LIMA

**DINÂMICA DO CAPITAL E (DES) CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO:
A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO ENGENDRADAS PELO
AGRONEGÓCIO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE SIMÃO DIAS – SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora
Universidade Federal de Sergipe - PPGeo

Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição – Membro Interno
Universidade Federal de Sergipe - PPGeo

Prof.^o Dr. ^o José Gilberto de Souza
Universidade Estadual Paulista - UNESP

São Cristóvão/SE

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado
em Geografia de **Wylamys Bernardo Santos de Lima**.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às nove horas, realizou-se na sala 104C, localizada na Didática VII, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão -SE, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Wylamys Bernardo Santos de Lima**, intitulada: "DINÂMICA DO CAPITAL E (DES) CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO: A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO ENGENDRADA PELO AGRONEGÓCIO – UMA ANÁLISE A PARTIR DE SIMÃO DIAS -SE". A defesa foi presidida pela Professora Doutora Christiane Senhorinha Soares Campos, que na qualidade de presidente, abriu a sessão pública e passou a palavra para o mestrando proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelo Professor Doutor José Gilberto de Souza e a Professora Doutora Alexandrina Luz Conceição que arguíram o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Christiane Senhorinha Soares Campos, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 28 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos

Documento assinado digitalmente
gov.br CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS
Data: 04/09/2023 21:00:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE GILBERTO DE SOUZA
Data: 04/09/2023 19:50:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Jose Gilberto de Souza

Examinador externo

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRINA LUZ CONCEICAO
Data: 04/09/2023 19:10:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Pr

ão

Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
gov.br WYLAMYS BERNARDO SANTOS DE LIMA
Data: 04/09/2023 21:09:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Wylamys Bernardo Santos de Lima

-Mestrando-

Às minhas tão amadas mães, Benedita (*In Memoriam*) fonte de luz e inspiração; e Gislene, companheira e cúmplice de sonhos.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Nos compassos e descompassos da vida, e, principalmente, deste caminho que percorri até essa etapa da pesquisa, de escrita da dissertação, encontrei variados desafios de matizes reais e imaginárias. Assim, não posso deixar de tecer meus mais profundos agradecimentos àqueles que, de formas talvez imperceptíveis - ou não, teceram fios de contribuição nesse trajeto complexo. No compasso da materialidade das minhas relações, cada obstáculo, cada lampejo de inspiração, cada passo titubeante, cada encontro, tudo contribuiu para o que sou neste momento. Suas presenças teceram rumos e direções singulares nesta jornada que (talvez) se finda.

Às minhas tão amadas irmãs Emilis, Gislaine, Uesla e Gislene (mãe de amor), fontes de inspiração em minha vida, expresso profunda gratidão por cada ensinamento, carinho e amor transcendente. Agradeço, em especial, Emilis e Gislene, reconheço o apoio incondicional, o acolhimento, a confiança, por estarem comigo mesmo quando minhas escolhas e decisões se mostraram enigmáticas, e por acreditarem demasiadamente no meu processo. Nas páginas mais sombrias da minha caminhada, suas existências me foram luz.

Agradeço imensamente à professora Christiane Campos, minha orientadora, que me acolheu e aconselhou com suavidade, conduziu-me e ensinou-me, com zelo e sabedoria, e aproximou-me, ainda mais, de uma perspectiva de mundo que eu acredito. Sobretudo, agradeço por acreditar em mim e em meu processo com mais afinho do que eu mesmo.

À professora Alexandrina Luz, pelas contribuições desde a aurora dessa jornada, por todas as partilhas, ensinamentos, conselhos e afetos. Fonte de inspiração pela jornada da vida acadêmica e militante, obrigado por sempre aguçar e despertar minha curiosidade filosófica e científica. Meus mais íntimos e sinceros agradecimentos e admiração.

À professora Shiziele Shimada, por todas as contribuições no decurso da graduação. Obrigado por me apresentar uma outra Geografia e um novo prisma de percepção de mundo, baseado na Crítica e na luta pelo processo emancipatório dos seres humanos.

À Thayná Albuquerque, que, na senda dessa jornada, esteve ao meu lado desde o princípio, elevando os debates teóricos e me instigando, cada vez mais, à

dúvida, ao simples questionamento: Porquê? Conduzindo-me à busca constante e insistente de algo mais.

À Iohana Morbeque, minha querida amiga, pelo incentivo e apoio incessante. Por acreditar em mim muito além do que eu jamais conseguiria crer.

A Santiago, pelo companheirismo, pelo afeto e principalmente pela paciência, nos meus momentos mais inquietantes.

A Patrick Oliveira, meu amigo. Agradeço pelas colaborações durante esses últimos anos, e, em singular, sua amizade e companheirismo.

À Kelly Santos, pelas indicações, diálogos, debates teóricos, essencialmente, por sua amizade e companheirismo na vida acadêmica e na militância.

À Alaíde Santana, minha psicoterapeuta, por ter me auxiliado a segurar as pontas nos meus mais diversos lampejos de desatinos nos últimos anos.

Agradeço imensamente ao professor Marco Mitidiero e à professora Alexandrina Luz pela participação na minha Banca de Qualificação, especialmente, pelas contribuições prestadas.

Aos professores Gilberto Souza e Alexandrina Luz, pelo aceite do convite para a participação da Banca de Defesa desta dissertação.

A todos os integrantes do Grupo de Estudos Espiral, no qual tecemos importantíssimas discussões teóricas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão parcial de bolsa nesta pesquisa.

A todos e todas que me auxiliaram nos trabalhos de campo: Maiara, Mônica, Phablo, Santiago, Wesley e Tarcísio.

Expresso imensa gratidão a cada um que, de alguma maneira, contribuiu para este processo.

EPÍGRAFE

*“Derruba uma floresta esmaga cem
Homens, mas tem um defeito
- Precisa de um motorista
O vosso bombardeiro, general
É poderoso:
Voa mais depressa que a tempestade
E transporta mais carga que um elefante
Mas tem um defeito
- Precisa de um piloto.
O homem, meu general, é muito útil:
Sabe voar, e sabe matar
Mas tem um defeito
- Sabe pensar”.*
(Bertold Brecht)

*“Os homens fazem sua própria história, mas
não a fazem como querem; não a fazem sob
circunstâncias de sua escolha e sim sob
aquelas com que se defrontam diretamente,
legadas e transmitidas pelo passado”.*

(Karl Marx)

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro sofreu transformações significativas, devido às políticas agrícolas e agrárias e à industrialização da agricultura. Estas mudanças foram intensificadas com o crescimento do agronegócio no século XXI, particularmente na produção de commodities, como o milho, em resposta à demanda de economias consideradas emergentes, como China e Índia. Estas alterações foram marcadas pela intensificação do uso de tecnologias e maquinários, bem como pelo uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, visando aumento da produção e produtividade. Essas transformações, no processo produtivo, têm como consequência a alteração nas configurações do trabalho agrário, a partir da alteração da composição orgânica do capital, com o aumento dos investimentos de capital constante e redução da participação do capital variável, ampliando a superpopulação relativa. Além disso, a expansão do agronegócio tem cerceado e limitado a unidade de produção camponesa familiar e intensificado o monocultivo, tudo isso influenciado por uma aliança entre Estado e capital. Considerando esse contexto espaço-temporal, essa pesquisa tem como objetivo analisar as (re)configurações do trabalho no espaço agrário resultantes da dinâmica de expansão do agronegócio, a partir do município de Simão Dias, em Sergipe. É profícuo compreender como as mudanças tecnológicas impactaram as práticas de trabalho, produzindo uma força de trabalho sobrando e alterações significativas na produção agrícola municipal. Para alcançar uma compreensão aprofundada, fez-se necessário investigar os aspectos históricos e sociais de Sergipe e de Simão Dias, entender a relação entre o agronegócio e as transformações no trabalho e analisar os rebatimentos do agronegócio do milho na sociabilidade no campo. Essa pesquisa está fundamentada no método materialista histórico dialético, por possibilitar uma apreensão da dinâmica do modo de produção capitalista no campo, especificamente as interações entre capital-trabalho, buscando compreender a totalidade das relações interexistentes no processo produtivo do agronegócio do milho. Os procedimentos metodológicos incluíram observações sistemáticas e assistemáticas, pesquisa bibliográfica, análise documental, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e levantamento e análise de dados secundários. Essa estratégia metodológica permitiu observar e registrar fenômenos relacionados à produção do milho enfocando diferentes fases do processo produtivo. Esta abordagem multifacetada possibilitou uma análise mais aprofundada do tema, conectando o debate teórico com os processos empíricos. Os resultados indicam que, no município de Simão Dias, o setor do agronegócio, por meio da implementação de avançados pacotes tecnológicos, remodela profundamente a produção do espaço agrário. A introdução e intensificação dessas tecnologias possibilitam o aumento do capital constante, isto é, dos investimentos em meios de produção. Por sua vez, têm implicações diretas no capital variável, que, em suma, diminui sua participação direta nesse processo produtivo. A confluência dessas relações produz a diminuição da utilização de força de trabalho e a interconexão entre o processo de composição orgânica do capital. No que tange o metabolismo Capital-Trabalho e o setor do agronegócio evidenciam um contexto em que a busca por acumulação de capital e a adoção de tecnologias avançadas proporcionam uma reconfiguração das relações sociais de trabalho e na produção agrícola no município.

Palavras-Chave: Trabalho; Capital; Agronegócio; Produção do Espaço Agrário.

RESUMEN

A partir de la segunda mitad del siglo XX, el campo brasileño sufrió importantes transformaciones, debido a las políticas agrícolas y agrarias y a la industrialización de la agricultura. Estos cambios se intensificaron con el crecimiento de la agroindustria en el siglo XXI, particularmente en la producción de materias primas, como el maíz, en respuesta a la demanda de economías consideradas emergentes, como China e India. Estos cambios estuvieron marcados por la intensificación del uso de tecnologías y maquinarias, así como el uso de pesticidas y semillas transgénicas, con el objetivo de aumentar la producción y la productividad. Estas transformaciones, en el proceso de producción, resultan en cambios en las configuraciones del trabajo agrario, basados en cambios en la composición orgánica del capital, con un aumento de las inversiones de capital constante y una reducción de la participación del capital variable, aumentando la sobrepoblación relativa. Además, la expansión del agronegocio ha cercenado y limitado la unidad de producción familiar campesina y ha intensificado el monocultivo, todo ello influido por una alianza entre Estado y capital. Considerando este contexto espacio-temporal, esta investigación tiene como objetivo analizar las (re)configuraciones del trabajo en el espacio agrario resultantes de la dinámica de expansión del agronegocio, a partir del municipio de Simão Dias, en Sergipe. Es útil comprender cómo los cambios tecnológicos han impactado las prácticas laborales, produciendo un excedente de fuerza laboral y cambios significativos en la producción agrícola municipal. Para lograr una comprensión profunda, fue necesario investigar los aspectos históricos y sociales de Sergipe y Simão Dias, comprender la relación entre el agronegocio y los cambios en el trabajo y analizar los efectos del agronegocio del maíz en la sociabilidad en el campo. Esta investigación se fundamenta en el método materialista histórico dialéctico, ya que permite comprender la dinámica del modo de producción capitalista en el campo, específicamente las interacciones entre capital y trabajo, buscando comprender la totalidad de las relaciones interexistentes en el proceso productivo de 'agroindustria' del maíz. Los procedimientos metodológicos incluyeron observaciones sistemáticas y no sistemáticas, investigación bibliográfica, análisis de documentos, trabajo de campo, entrevistas semiestructuradas y recolección y análisis de datos secundarios. Esta estrategia metodológica permitió observar y registrar fenómenos relacionados con la producción de maíz, centrándose en diferentes fases del proceso productivo. Este enfoque multifacético permitió un análisis más profundo del tema, conectando el debate teórico con procesos empíricos. Los resultados indican que, en el municipio de Simão Dias, el sector agroindustrial, a través de la implementación de paquetes tecnológicos avanzados, remodela profundamente la producción del espacio agrario. La introducción e intensificación de estas tecnologías permite incrementar el capital constante, es decir, las inversiones en medios de producción. A su vez, tienen implicaciones directas para el capital variable, lo que, en definitiva, reduce su participación directa en este proceso de producción. La confluencia de estas relaciones produce una disminución en el uso de fuerza laboral y la interconexión entre el proceso de composición orgánica del capital. En cuanto al metabolismo Capital-Trabajo y el sector agroindustrial resaltan un contexto en el que la búsqueda de acumulación de capital y la adopción de Las tecnologías avanzadas proporcionan una reconfiguración de las relaciones sociales en el trabajo y la producción agrícola en el municipio.

Palabras clave: Trabajo; Capital; agronegocios; Producción del Espacio Agrario.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Simão Dias – Sergipe	39
Figura 2 – Mapa de uso e ocupação do solo, Simão Dias	40
Figura 3 – Potencial pedológico para a cultura do milho, Simão Dias.....	42
Figura 4 – Plantação associada de milho e feijão	133
Figura 5 – Colheita manual de feijão	133
Figura 6 – Plantação de milho no povoado Cumbe I.....	138
Figura 7 – Divulgação das sementes híbridas em Simão Dias	139
Figura 8 – Milho produzido em Simão Dias.....	140
Figura 9 – Plantação de Milho no Povoado Deserto	142
Figura 10 – Plantação de Milho.....	144
Figura 11 – Mapa de Simão Dias	146
Figura 12 – Cultivo de milho no Assentamento 8 de Outubro	148
Figura 13 – Plantação de milho no Povoado Aroeira	148
Figura 14 – Colheita do milho realizado pela colheitadeira	151
Figura 15 – Transferência do milho da colheitadeira para a “Bazuca”	151
Figura 16 – Carreta utilizada para o escoamento da produção de milho	152
Figura 17 – Transferência do milho da bazuca para a carreta	152
Figura 18 – Silo para armazenamento de milho.....	154
Figura 19 – "Batida" de milho semimecanizada	156
Figura 20 – "Batida" de milho semimecanizada	156
Figura 21 – "Batida" de milho semimecanizada	157

Figura 22 – Preparo da alimentação dos trabalhadores.....	158
Figura 23 – Transporte de milho e de trabalhadores.....	159
Figura 24 – Etapa da cata manual de milho	161
Figura 25 – Catação de milho	161
Figura 26 – Área recém desmatada para o plantio de milho	169
Figura 27 – Entorno da Comunidade Quilombola Sítio Alto	171
Figura 28 – Plantação de milho no Quilombo Sítio Alto	172
Figura 29 – Mapa de Localização dos municípios adjacentes produtores de milho	174
Figura 30 – Lojas comerciais voltadas para agropecuária e agronegócio em Simão Dias	177
Figura 31 – Lojas comerciais voltadas para agropecuária e agronegócio em Simão Dias	178
Figura 32 – Lojas comerciais voltadas para agropecuária e agronegócio em Simão Dias	178
Figura 33 – Empresa de secagem e armazenamento de grãos em Simão Dias.....	180
Figura 34 – Momento de Pulverização	181
Figura 35 – Plantação de milho em propriedade arrendada	182
Figura 36 – Momento do preparo da terra.....	186
Figura 37 – Momento do Plantio	186
Figura 38 – Plantação de milho em terreno disforme	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini da renda domiciliar Per Capita, Simão Dias, Sergipe, Brasil (1991 – 2010)	44
Tabela 2 – Área total agrícola, Sergipe (1975 - 2017).....	53
Tabela 3 – Culturas temporárias (t) – Sergipe (1985-2017)	54
Tabela 4 – Culturas temporárias (ha) – Sergipe (1985-2017)	54
Tabela 5 – Produtividade (t/ha), culturas selecionadas, Sergipe (1985 - 2017)	55
Tabela 6 – Número dos Estabelecimentos e área segundo a condição do produtor – Simão Dias (1995-2017)	62
Tabela 7 – Número de tratores e área (ha)/tratores, Brasil (1940 – 2006).....	81
Tabela 8 – Valor de investimento (R\$), para o cultivo de milho, Simão Dias (2013-2023)	92
Tabela 9 – Série Histórica dos Censos Agropecuários – Brasil (1975 – 2017)	107
Tabela 10 – Quantidade produzida (t), culturas selecionadas – Brasil (1975 – 2017)	109
Tabela 11 – Área plantada (ha), culturas selecionadas – Brasil (1975 – 2017)	110
Tabela 12 – Safras de Milho, em mil toneladas – Sergipe (2001-2010).....	121
Tabela 13 – Safras de Milho, em mil toneladas – Sergipe (2011 -2019).....	121
Tabela 14 – Safras de Milho, em mil toneladas – Região Nordeste (2001-2019) ...	122
Tabela 15 – Consumo de milho, em milhões de toneladas – Brasil (2016-2021) ...	123
Tabela 16 – Número de maquinários existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades), Sergipe, 2006-2017.	126
Tabela 17 – Rendimentos médios de grãos de cultivares de milho (kg/ha, saco/ha, saco/tarefa, Simão Dias (2007)	135

Tabela 18 – Quantidade produzida (t) e área colhida (ha) de milho, Simão Dias (2000 – 2010)	141
Tabela 19 – Quantidade produzida (t) e área colhida (ha) de milho, Simão Dias (2011 – 2021)	143
Tabela 20 – Número de maquinários existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades), Simão Dias (2006 – 2017).	147
Tabela 21 – Culturas alimentares (ha). Simão Dias (1995 – 2017).....	164
Tabela 22 – Trabalhadores sem grau de parentesco por estabelecimento, Simão Dias (2006).....	168
Tabela 23 – Investimentos (R\$) para aquisição de maquinários, Simão Dias (2014-2022)	170
Tabela 24 – Preços médios de arrendamento e venda de terras, Simão Dias (2015-2022)	183
Tabela 25 – Empregos formais por setor, Simão Dias (2002-2021).....	191
Tabela 26 – Número de empregos formais por setor, em Simão Dias (2019 – 2020).	192
Tabela 27 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos sem laço de parentesco, Simão Dias (1995 – 2017).....	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento populacional – Simão Dias (1970 – 2022)	43
Gráfico 2 – Índice de Gini – concentração fundiária em Simão Dias, Sergipe, Brasil (1985-2017).....	45
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos e área total, Sergipe (1975 – 2017).....	50
Gráfico 4 – Área média dos estabelecimentos, Sergipe (1975 - 2017)	51
Gráfico 5 – Pessoal Ocupado em estabelecimento agropecuário – Sergipe (1995-2017)	129
Gráfico 6 – Produção de milho, Simão Dias (1995 - 2017)	144
Gráfico 7 – Culturas alimentares (t), Simão Dias (1995-2017)	164

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIMILHO – Associação Brasileira das Indústrias do Milho

BA – Bahia

BB – Banco do Brasil

BC – Banco Central

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CC – Capital Constante

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPR – Cédula de Produto Rural

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CTRIN/DTRIG – Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil / Departamento do Trigo da Superintendência Nacional de Abastecimento

CV – Capital Variável

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DEAGRO – Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

DMD – Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FMI – Fundo Monetário Internacional

Hab. Habitantes

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MDM – Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria

MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras

PAAA – Programa de Apoio à Atividade Agropecuária

PAD – Programa de Aquisição e Distribuição de Sementes

PAM – Produção Agrícola Municipal

PMA – Programa de Mecanização Agrícola

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PSI – Programa de Sustentação do Investimento - Rural

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SE – Sergipe

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

SEMAI - Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Defesa Civil

SEMAT – Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Trabalho

SICOR – Sistema de Operações de Crédito Rural

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

LISTA DE SÍMBOLOS

% – Porcentagem

B – Boro

ha – Hectare

Kg – Quilograma

Km² - Quilômetro quadrado

mm – Milímetros

Mn – Manganês

°C – Grau Celsius

t – Tonelada

Zn – Zinco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
SEÇÃO I.....	37
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O ECOAR DA MISÉRIA NA TRAMA DA EXISTÊNCIA NO CAMPO.....	37
I.I Simão Dias: <i>Praesens et Praeteritus</i> – uma Odisseia Geográfica pelos Caminhos do Tempo	39
I.II Transformações do Espaço Agrário em Sergipe: Entre Tessituras e Labirintos da História	47
SEÇÃO II.....	67
METAMORFOSES E FLUXOS NO ESPAÇO AGRÁRIO: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO NA DANÇA CÍCLICA DO CAPITAL.....	67
II.I As Contradições da Produção do Espaço Agrário: no Limiar do Vaivém do Capital.....	69
II.II Agronegócio e Reestruturação Produtiva: no Desvelar da Relação Capital	80
II.III O Desvelar da Composição Orgânica do Capital no Compasso do Agronegócio.....	94
SEÇÃO III.....	112
AS TRANSFIGURAÇÕES DO PROCESSO DE TRABALHO ENGEDRADAS PELO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SIMÃO DIAS – SE.....	112
III.I Caminhos e Descaminhos do Agronegócio do Milho Sob a Égide do Estado	114
III.II Produção do Espaço Agrário: O Agronegócio do Milho e as Mutações do Trabalho a partir de Simão Dias	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIABILIDADE NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO DO MILHO NO IR E VIR DO CAPITAL	199
REFERÊNCIAS.....	205

INTRODUÇÃO

“Porque, enquanto a terra for objeto de especulação, o Brasil estará em perigo”.

(Clarice Lispector)

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”.

(Karl Marx)

A partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro vem passando por mudanças significativas na forma de produzir, nas técnicas aplicadas e nas relações de produção decorrentes, principalmente, das políticas agrícolas e agrárias implantadas, sobretudo pelas ações do Estado, articuladas com os interesses do capital em múltiplas escalas, buscando ampliar e intensificar o processo de acumulação, tanto por meio da industrialização da agricultura quanto da exportação de *commodities*.

Desde o advento da Revolução Verde, no período pós-Segunda Guerra Mundial, as políticas operam de forma a modernizar o campo, através de tecnologias e maquinários agrícolas. Pautado no discurso do desenvolvimento e da necessária produção de riquezas, o modelo de monocultivo agroexportador vem perpetuando a concentração fundiária, a exploração da força de trabalho, destruição da natureza e, conseqüentemente, o acirramento da divisão social e territorial do trabalho.

Desde a década de 1990 o debate do avanço da acumulação de capital no campo brasileiro, que até então se alicerçava nos conceitos de modernização da agricultura e de complexo agroindustrial, passa a ser pautado por uma nova abordagem. Entra em cena o “agronegócio”, determinado por uma complexa articulação de capitais vinculados aos processos produtivos agropecuários estruturados por intermédio da relação público-privado e das estratégias privadas de acumulação de capital circunscrita na aliança Estado-latifúndio em um contexto de aprofundamento das políticas neoliberais no país (Campos, 2011; Delgado, 2012).

O desenvolvimento de tecnologias e de insumos agrícolas, para atender ao mercado agropecuário, introduz e intensifica a utilização de substâncias agrotóxicas, bem como utiliza-se de sementes transgênicas e técnicas de plantio direto. A articulação de capitais promovida pelo agronegócio produz modificações no espaço agrário, alterando as configurações do trabalho no campo, tornando a força de trabalho, cada vez mais, sazonal, intensificando a mobilidade do Trabalho.

O avanço do agronegócio amplia os mecanismos de cerceamento da produção camponesa familiar com a intensificação do monocultivo, a partir da introdução de insumos tecnológicos no intercurso da regulação do Estado.

De acordo com o MAPA (2007), há uma grande necessidade de um novo fornecedor de milho para o mercado mundial. Assim, iniciou-se um processo de intensificação da produção de milho no Brasil. Segundo Prata (2013), para alavancar

essa produção, os principais empecilhos eram: a ausência de crédito para este setor, a reduzida disseminação de tecnologias e a falta de estímulo para a produção deste grão pelo lado das indústrias. Com base neste diagnóstico foi se ampliando uma estrutura de subsídios para intensificação do agronegócio do milho no país.

No início do século XXI, ocorre no mundo o *boom* das *commodities*, doravante ao crescimento de economias consideradas emergentes, como a China e a Índia, e o Brasil amplia, de modo exponencial, a produção e exportação de produtos agropecuários e minerais. O governo de Sergipe se alinha aos interesses do governo federal no processo de produção de produtos primários. Alinhados pelas novas configurações do Mercado internacional, o Estado assume o papel de viabilizar as condições para ampliar essa produção de *commodities*.

Neste sentido, para compreender melhor os processos de reconfiguração do trabalho, é necessário analisar os dados referentes ao período anterior, para observar as transformações nas relações sociais de produção e os processamentos no Trabalho, a partir do *boom* do milho.

Na produtividade média de milho em Sergipe, houve crescimento sutil nos últimos anos, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Produção Agrícola Municipal (PAM), referente ao período entre 2010 e 2019. No ano de 2010 a produtividade média foi de 4.123kg/ha, se elevando para 4.985kg/ha no ano de 2017, apresentando uma queda no ano de 2019, com 4.838kg/ha. Entretanto, o que chama atenção é a elevação no nível de produção e rendimento do milho no município proposto a esta pesquisa. No município de Simão Dias, os dados referentes ao ano de 2010 apontavam um rendimento da produção equivalente a 5.000kg/ha. Já no ano de 2019, apresentou uma elevação de aproximadamente 20% em menos de dez anos, com 6.000kg/ha.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (PAM, 2000-2010-2019), a produção de milho em toneladas em Simão Dias, no ano de 2000, correspondeu a 8.550 toneladas, enquanto apresentou elevação significativa na última década, visto que em 2010 produziu 150.000 toneladas, e, no ano de 2017, a produção de milho em grãos foi de 185.190 toneladas. Esse aumento de produção se alicerça tanto no aumento da produtividade quanto da área plantada, reduzindo o uso da terra para outras culturas.

Considerando essas mudanças na produção agrícola municipal, estabeleceu-se, então, como recorte temporal desta pesquisa as duas primeiras décadas do século

XXI (2000-2020). Contudo, para captar a materialidade desse movimento se buscou investigar a produção do milho antes da transformação de sua produção em larga escala, observando os dados estatísticos do final do século passado, entre as décadas de 1970 e 1990, em busca de traçar melhor o entendimento das transformações no espaço agrário a partir da alteração quantitativa e qualitativa de produção de milho via agronegócio. Levando em conta esse contexto espaço-temporal, a análise desenvolvida nesta pesquisa está ancorada nas seguintes questões:

- ✓ Como as transformações econômicas, sociais e políticas têm determinado e (re)configurado os processos do Trabalho no espaço agrário em Simão Dias no século XXI?
- ✓ Como a aliança Estado-Capital, por meio do agronegócio, tem influenciado transformações no processo de trabalho a partir da produção de milho em Simão Dias?
- ✓ Quais são as múltiplas determinações históricas e econômicas que explicam como o processo de acumulação de capital tem reconfigurado o processo de produção do espaço agrário?
- ✓ Por que e como as condições de reprodução da vida no campo são impactadas frente às investidas do agronegócio?
- ✓ Quais são as principais transformações na composição orgânica do capital no processo produtivo e como alteram as práticas de trabalho e a sociabilidade no campo? Como esses processos se manifestam em Simão Dias?
- ✓ Como se materializa a pauperização do trabalho em Simão Dias?

Os processos relacionados às transformações ocorridas provenientes da chamada modernização do campo e imposto pela dinâmica¹ de acumulação de capital e pelo processo de reestruturação produtiva, constituem-se temática essencial de entendimento da expansão da acumulação de capital no campo, circunscrita no espaço agrário sergipano.

¹ A palavra "dinâmica" é comumente utilizada na Geografia para referir-se aos processos naturais e às mudanças contínuas, identificando determinados padrões que caracterizam a natureza e o ambiente. Entretanto, a utilização do termo ao longo da presente exposição, seja para referir-se a uma "dinâmica" do capital, do trabalho, do agronegócio, social, econômica, espacial etc., está mais intimamente próxima da ideia de movimento, de processo e de funcionamento, na compreensão das inter-relações e nas multideterminações que envolvem a totalidade das relações sociais. Concebendo a sociedade enquanto um sujeito ativo de transformação da realidade e não um sujeito passivo alheio aos processos que a produzem.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica por considerarmos relevante uma análise da realidade concreta que perpassa a vida dos trabalhadores do campo, compreendendo o processo de transfiguração das relações de trabalho e os aspectos que impactam direta e indiretamente o espaço e a sua (re)produção. Assim, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos dessa investigação.

Objetivo Geral

Analisar as (des)configurações do Trabalho no espaço agrário de Simão Dias no século XXI, face à reestruturação produtiva no contexto do agronegócio e aos processos de (re)produção espacial engendradas pela dinâmica do capital.

Objetivos Específicos

- ✓ Investigar os aspectos históricos e sociais da produção do espaço agrário de Sergipe e de Simão Dias;
- ✓ Compreender a relação entre reestruturação produtiva, agronegócio e a composição orgânica do capital e as transformações no processo de trabalho agrícola;
- ✓ Analisar os rebatimentos da dinâmica do agronegócio no processo de sociabilidade no campo a partir do agronegócio do milho em Simão Dias.

Compreende-se reestruturação produtiva enquanto um processo complexo e intenso de alteração nas formas de produzir (Oliveira, 2007), que envolve inovações tecnológicas, inovações organizacionais e inovações sócio metabólicas (Alves, 2008). Sendo assim, entende-se que através do agronegócio se amplia, de modo exponencial, a utilização de tecnologias e insumos: maquinários, agrotóxicos, sementes transgênicas, dentre outros, alterando profundamente a produção no campo, tanto na dimensão quantitativa quanto qualitativa, engendrando, assim, grandes transformações nos processos de trabalho, além da realidade concreta da existência de uma luta pelo espaço agrário entre os grandes proprietários de terra sob a égide do capitalismo e os camponeses que têm no campo seus aspectos construídos em interação com a espacialidade, territorialidade e de reprodução da vida, cada vez mais, alterado.

Pressupomos ser primordial para analisar esse movimento, compreender a relação dialética Trabalho-Capital-Estado de forma multiescalar, sem perder de vista sua inserção no contexto nacional/global, perpassando pelas contradições imanentes

na história e seus rebatimentos na produção do espaço agrário, concebendo o trabalho, a partir da perspectiva marxiana, enquanto processo de humanização do ser humano, pois o trabalho é a capacidade do ser humano suprir suas necessidades e desejos, sejam físicos ou fantasiosos.

O ser humano se relaciona com a natureza através do trabalho. Neste sentido, ao passo que a transforma, transforma a si mesmo, não individualmente, mas sim enquanto ser social e coletivo. Neste processo, há mediação e regulação entre a sociedade por via da natureza, e da natureza por interposto da sociedade, como um metabolismo (Marx, 1988).

Todo ato de trabalho desencadeia uma transformação, dando lugar a uma situação nova, que se manifesta tanto no âmbito objetivo quanto no subjetivo. Esta nova situação proporciona novas pré-ideações e perspectivas inéditas. A partir delas, emergem novos projetos e desígnios que impulsionam futuros atos de trabalho. Estes, por sua vez, ao moldarem e reconfigurarem a realidade, estabelecem novos cenários e contextos. É um ciclo contínuo, no qual cada ato de trabalho é um ponto de partida para novas realizações e descobertas, perpetuando a evolução da realidade em que estamos inseridos (Lessa; Tonet, 2011).

Marx (2009) pontuava que só existia um campo de estudo, a ciência da História, sustentando que podemos contar tanto a história da natureza quanto a das sociedades. Desse modo, ao descrever a evolução da sociedade, é essencial observar a interação da natureza no contexto social e, conseqüentemente, na vida do próprio ser humano (Suertegaray, 2010). O processo de desenvolvimento do ser humano se estabelece a partir do trabalho e pelo trabalho. Neste contexto,

Ao se relacionarem, pelo trabalho, os homens tornam-se seres sociais, que se movem e possibilitam a transformação do mundo. Nesse sentido, ao desenvolvermos nossas pesquisas, estamos assumindo posturas históricas determinantes e determinadas, das múltiplas determinações possíveis (Conceição, 2021, p. 10).

No entanto, como destaca Marx (1988), sob a relação social capital, o processo de trabalho transforma-se simultaneamente em processo de valorização, de modo que a produção deixa de ter como finalidade o atendimento das necessidades humanas e passa a ser guiado pela lei do valor, que visa continuamente ampliar a própria acumulação de capital.

Com a pesquisa em proposição, pretende-se analisar as novas

(des)configurações do Trabalho e a consequente (re)produção espacial e territorial aliado em confluência ao processo de reestruturação produtiva que impacta a produção do espaço agrário por meio da expansão do agronegócio, alterando os processos de trabalho e a sociabilidade camponesa.

A produção do espaço e do território deve ser analisada a partir do entendimento dialético, sem perder de vista o caráter assumido pelo Estado enquanto agente de regulação nas relações sociais de produção, para melhor compreender os rebatimentos da sua ação sobre o trabalho e a sua mobilidade.

No processo de construção de uma pesquisa, o método se apresenta não somente como um aspecto metodológico ou como um procedimento, como é pensado por muitos. O método é a estruturação da reflexão a partir de um aporte teórico-filosófico. Sem a leitura de método, “frente ao real, o que se acredita saber claramente ofusca o que se devia saber” (Cardoso, 1978, p. 33). De acordo com Conceição (2021),

O método é compreendido no contexto de seus princípios, de teorias das quais as categorias e os conceitos são elucidados como formas do ser social, sendo uma escolha individual de cada pesquisador (sujeito do real pesquisado), determinada pela realidade objetiva, do próprio pesquisador, o que elimina qualquer possibilidade de neutralidade, lembrando que é o sujeito que age e faz parte da ação materialmente abstraída do pensar (Conceição, 2021, p. 10).

O método adotado nesta pesquisa é o Materialismo Histórico e Dialético, escolhido devido à sua capacidade de oferecer uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do agronegócio no Brasil, no mundo e, em particular, no agronegócio do milho em Sergipe.

Por meio desse método, busca-se analisar as relações de produção e as contradições inerentes ao sistema capitalista no contexto do agronegócio. Através desse prisma teórico, busca-se realizar uma leitura crítica – embasada na tradição marxista –, e abrangente das mudanças em curso, explorando suas implicações na configuração do trabalho, na reprodução espacial e territorial, bem como na transformação da condição camponesa.

A dialética, enquanto concepção e método, possibilita a percepção do contínuo movimento da matéria em que o mundo é definido como um processo ininterrupto do “vir – a – ser”. Ou seja, a transformação da própria matéria e das contradições existentes no processo de produção do espaço pelos sujeitos que o produzem.

A análise se estabelece no entendimento da Geografia inserida em um contexto histórico, reconhecendo a importância das relações materiais da sociedade humana para compreensão da realidade. O método utilizado permite examinar a evolução histórica das configurações de trabalho e suas conexões com as relações sociais e econômicas. Em busca de desvendar as interações complexas entre os seres humanos, seu contexto histórico e as estruturas socioeconômicas que moldam as configurações espaciais e territoriais.

A nossa condição atual é herança de uma condição histórica e material. Nesse sentido, “[...] a dialética materialista comprova cientificamente que as ‘emanações espirituais’ do homem são reflexos da realidade objetiva, isto é, do mundo circundante ao homem, de um complexo material” (Gomes, 1991, p. 31), permitindo a compreensão dialética dos acontecimentos processuais que permeiam o campo brasileiro, a partir das investidas do capital e sua espacialização, assim como o entendimento das relações que são estabelecidas com os camponeses e a transfiguração do trabalho.

A utilização do método Materialista Histórico e Dialético possibilita a análise do fenômeno no seu movimento real histórico, tendo o pressuposto de que a aparência não coincide com a essência. Entretanto, a partir da pesquisa científica é que se deve captar a materialidade dos processos sociais, no movimento de apreensão do objeto: “em cada realidade, precisamos apreender as suas contradições peculiares, o seu movimento peculiar (interno)” (Lefebvre, 1988, p. 29). Assim, toda exposição de resultados, mesmo que apresente uma reconstrução do objeto, não condiz com o objeto em si, mas sim, com a composição, com o movimento histórico do objeto.

É na exposição que se concentra a síntese de múltiplas determinações. E as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. Cardoso (1978, p. 36) aponta que “somente quando já se dispõe dos conceitos, com o exercício crítico, teórico e prático, é que se funda a ruptura, com a qual se apreende o concreto (determinado) como síntese”. Estabelece-se, então, a diferença entre o concreto real e o concreto pensado, pois, enquanto um é caótico, o outro é a síntese determinada (Cardoso, 1978).

Com base no pensamento crítico fundamentado pelo método em questão, bem como pelo constructo histórico e social em que o pesquisador esteve subsumido, permite-se verificar a relação dialética Trabalho-Capital-Estado e os travestimentos

assumidos pelo modo de produção capitalista no campo, no que concerne ao entendimento das mazelas produzidas no movimento de desenvolvimento desigual e combinado, em face da subordinação da terra e dos sujeitos camponeses que estão espacializados e territorializados no espaço agrário.

O processo de produção/construção do conhecimento científico perpassa o acúmulo teórico/filosófico do pesquisador, não como mera condição quantitativa, mas sim como um acúmulo qualitativo, sem perder de vista o contexto social e histórico em que o investigador está inserido, levando descensionalmente o princípio da neutralidade científica. É partindo deste princípio de que a leitura analítica da realidade concreta não deve estar dissociada da sua capacidade de transformação dessa realidade.

O Materialismo Histórico e Dialético por não se constituir apenas como método científico, mas também como forma de concepção e compreensão do mundo, suscita além da análise crítica do real, a sua transformação. O entendimento do mundo enquanto totalidade se faz de suma importância, para que análise não se efetive através de partes dissociadas do todo. Neste sentido, Tonet (2013) aponta que:

Qualquer ação que pretenda transformar o mundo em sua totalidade e não apenas alguma parte dele pressupõe que este mundo seja, de fato, uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes essencialmente articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõem e que exista algo – uma substância – que confira unidade e, pelo menos, uma certa permanência a esse conjunto. Não faria sentido pleitear uma mudança integral do mundo se ele fosse apenas um amontoado de partes aleatoriamente conectadas (Tonet, 2013, p. 68).

É necessário adotar a análise dos processos históricos do todo. Conceição (2021) pontua que:

O método do materialismo histórico-dialético visa ao conhecimento da sociedade como totalidade. O ponto de vista da totalidade não determina somente o objeto, mas também o sujeito. A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade (Conceição, 2021, p. 19).

Na perspectiva da produção do conhecimento dialético, as etapas de desenvolvimento humano devem ser analisadas de acordo com a dimensão histórica. Segundo Gomes (1991, p. 52), o materialismo dialético considera o espaço e o tempo como duas dimensões inseparáveis e interligadas da realidade material do mundo. Essas dimensões participam da dinâmica da matéria, sendo o espaço tridimensional e o tempo unidimensional. Em vista disso, o espaço e o tempo estão constantemente

se reproduzindo em novos valores, tornando-se, portanto, infinitos.

Gomes (1991) afirma que o materialismo dialético nos ensina que a causa de um determinado fenômeno se encontra em sua natureza interna, e que reside na essência do próprio fenômeno. É evidente que as ações externas podem acarretar mudanças nos fenômenos, todavia, não se pode atribuir às ações exteriores as origens e existência dos fenômenos.

A partir da perspectiva materialista histórica e dialética, é importante destacar que a realidade não se limita à mera relação de causa e efeito. Nessa perspectiva, compreende-se que os fenômenos sociais, espaciais e temporais são intrinsecamente interconectados e influenciados por múltiplos fatores.

As relações sociais, as forças produtivas e as estruturas econômicas são elementos fundamentais na análise da realidade, de modo que, devem ser assumidas como mediação, para o entendimento das determinações reais. Assim, ao adotar essa abordagem materialista histórica e dialética, busca-se compreender a realidade em sua complexidade, considerando as múltiplas interações e contradições que a permeiam. É na natureza interna das coisas que estão às razões de sua existência.

A mera reflexão – supostamente teórica –, elucubrações fenomênicas descoladas do real, imbricadas em (des)contextos de gabinetes, não principia possibilidades longínquas de alcance. De tal modo, o proeminente empirismo sem sustentação teórica, embetumado de perquisições superficiais, não contribui para a leitura e entendimento da materialidade, do concreto, do concreto pensado.

A pesquisa abrange o contexto agrário de Sergipe, com foco nas mediações escalares, a partir de Simão Dias - SE. Essa delimitação permitiu uma perspectiva que compreende o particular sem perder de vista o universal e a totalidade. Nesse sentido, a totalidade é entendida não apenas como a soma das partes, mas sim como as relações interexistentes entre essas partes que constituem o todo. O Materialismo Histórico e Dialético permite uma compreensão mais aprofundada do tema em estudo, considerando os aspectos locais e suas conexões com o panorama mais amplo, o global.

Sob esta ótica, Marconi e Lakatos (2003) afirmam que nem sempre é possível pesquisar todos os sujeitos de determinados grupos pelas próprias condições imposta pelo processo de investigação. O estudo está alicerçado em procedimentos

metodológicos qualitativos, como observação; pesquisa bibliográfica (em bibliotecas e repositórios); análise documental (legislação, arquivos, secretarias etc.); trabalho de campo; descrição e análise dos dados, visto que constituem processamentos metodológicos essenciais na leitura crítico-reflexiva da realidade.

A observação corresponde a uma estratégia de pesquisa fundamental para alcançar a leitura reflexiva da realidade a ser examinada. Pode ser entendida como observação sistemática. Conforme Marconi; Lakatos (2003) postulam, trata-se da aplicação de ferramentas para o registro de informações ou fenômenos observados. Executa-se sob condições delimitadas, com o intuito de atender a metas pré-definidas. No entanto, os critérios não devem ser uniformizados ou excessivamente restritos, já que as circunstâncias, bem como os sujeitos e propósitos do estudo, podem variar consideravelmente. Precisa ser organizada com cuidado, por isso se justifica a necessidade de utilização da entrevista semiestruturada.

Após as determinações focalizadas para a investigação, articulamos criteriosamente os parâmetros que delineariam nosso universo amostral. Essa definição centrou-se mais nas interações humanas e institucionais do que meramente nas propriedades: a) trabalhadores e agricultores camponeses situados na zona expansiva da produção de milho em Simão Dias; b) sujeitos envolvidos no cultivo de milho; c) trabalhadores envolvidos na operacionalização de máquinas tecnológicas; d) agricultores camponeses envolvidos no processo produtivo do milho, tanto tradicional quanto sob a égide do agronegócio; e) produtores que cultivam tanto em terras próprias quanto arrendadas; f) produtores que empreguem insumos agrícolas variados, incluindo agrotóxicos, sementes transgênicas; g) visita em estabelecimentos comerciais, como lojas de insumos e equipamentos agrícolas, para entender o suporte logístico e comercial às operações de produção de milho; h) interação com instituições como a secretaria de assistência social e sindicato dos trabalhadores.

Além disso, concentrou-se na observação assistemática que corresponde a uma técnica da observação não estruturada, espontânea, informal. Consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas (Marconi; Lakatos, 2003). Na pesquisa em questão se faz pertinente a observação assistemática do território dominado pelo agronegócio do milho no período de lavoura, observando relações que se estabelecem entre agronegócio e as transformações nas relações sociais de

produção.

Para a realização deste estudo, foram adotados procedimentos metodológicos que envolveram tanto observações sistemáticas quanto assistemáticas das relações de trabalho estabelecidas ao longo do processo de produção do milho. O trabalho de campo desempenhou um papel fundamental, permitindo a coleta de dados diretamente nos povoados selecionados.

Foram realizadas observações minuciosas em uma variedade de povoados, incluindo Apertado de Pedras, Aroeira, Caraíbas de Baixo, Cumbe I, Cumbe II, Curral dos Bois, Deserto, Espinheiro, Sítio Alto e Triunfo. Essa seleção diversificada de localidades proporcionou uma contemplação abrangente e representativa das diferentes realidades encontradas no processo de produção de milho.

As observações incluíram diferentes fases do processo de produção, que englobam a preparação da terra, o plantio, a pulverização, a colheita, a catação, o transporte e o armazenamento. Cada etapa foi analisada em detalhes, permitindo uma compreensão aprofundada das práticas de trabalho envolvidas e das interações entre os trabalhadores.

Além das observações sistemáticas, foram realizadas também observações assistemáticas para capturar aspectos imprevistos ou não planejados que surgiram durante o trabalho de campo. Essas observações espontâneas foram importantes para identificar situações e eventos inesperados que poderiam influenciar a dinâmica das relações de trabalho, a exemplo de: acidentes de trabalho, utilização da força de trabalho infantil, utilização de alta tecnologia, etc.

Esses procedimentos metodológicos forneceram o alicerce para a análise das relações de trabalho no contexto da produção de milho, permitindo a obtenção de *insights* significativos sobre as práticas, desafios e dinâmicas presentes nesse processo.

Realizou-se levantamento e análise de dados secundários a respeito das condições de trabalho e da evolução da produção agrícola tanto na escala estadual quanto na nacional. Buscou-se em bases de dados *on-line* informações referentes aos investimentos no setor tecnológico no período pesquisado, bem como na década antecedente. Foi levantado dados quantitativos de maquinários e de agrotóxicos que adentraram no processo produtivo do milho em Simão Dias (Sites como o IBGE;

Censo Agropecuário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca etc.).

Em necessidade de obtenção de dados diretos *in loco*, realizaram-se, na localidade estudada, entrevistas semiestruturadas para localizar e obter material e informações acerca do processamento de introdução do agronegócio do milho e das transformações que os sujeitos sociais conseguiram capturar no mundo do trabalho, referentes às práticas de cultivo do milho.

Foram realizadas entrevistas com agricultores camponeses; com trabalhadores do campo; com operadores de maquinários; com motorista de carreta (atravessadores); com representantes da SEMAI – Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Defesa Civil; com secretário da SEMAT – Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Trabalho; com Técnico da EMDAGRO; representantes do STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, representantes do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; comerciantes de insumos agrícolas; e funcionários do comércio.

As entrevistas com os agricultores camponeses² possibilitaram valiosas informações sobre as práticas tradicionais de cultivo do milho, bem como sobre a produção de cultivos alimentares e suas percepções quanto às mudanças introduzidas pelo agronegócio e as transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo dos anos. Os agricultores compartilharam suas experiências e desafios enfrentados no dia a dia, permitindo uma compreensão mais detalhada das condições e relações de trabalho.

Os operadores de maquinários e atravessadores contribuíram com informações sobre as tecnologias e logística utilizadas no processo produtivo e com os destinos do milho produzido na região. As entrevistas com representantes das secretarias municipais proporcionaram uma visão mais abrangente das políticas e iniciativas governamentais relacionadas à agricultura, inclusão social e assistência aos agricultores.

Por meio dessa diversidade de entrevistas, foi possível obter uma perspectiva

² Sempre que for utilizado os termos: agricultores, pequenos produtores, trabalhadores do campo, leia-se agricultores camponeses. Compreendendo a névoa existente acerca do conceito de campesinato nos mais variados vieses de compreensão geográfica, entende-se como centralidade nesse trabalho os agricultores inseridos na dinâmica das unidades de produção familiar.

abrangente das diferentes partes interessadas e envolvidas na produção de milho, complexificando a análise com uma variedade de pontos de vista a respeito do objeto.

Entretanto, faz-se jus elucidar que o conhecimento não se constitui de imediato, posto que a construção da certeza não provém de uma leitura, de um contato direto com um objeto externo. Não há um objeto inteiramente exterior se dando a conhecer, se oferecendo, se mostrando. “A certeza é conquistada contra a dúvida, a certeza é o resultado do erro retificado” (Cardoso, 1978, p. 32).

Com base nisso, é que o processo de pesquisa corresponde ao constante movimento de busca, de compreensão, através de aprofundamento teórico-filosófico, sem desconsiderar o contexto material em que o pesquisador está inserido e o constante processo de amadurecimento das questões propostas, das leituras analíticas realizadas em via semelhante à teoria-prática, tampouco os procedimentos metodológicos qualitativos, que permitem melhor captação e possibilitam melhor entendimento e caracterização do fenômeno estudado.

Considerando o transcurso metodológico supramencionado, fundamentado no aporte teórico profícuo para a investigação, bem como a orientação proveniente das indagações de pesquisa e dos objetivos delimitados, as elucubrações vertidas nesta dissertação encontram-se, para além dessa introdução, organizada em três seções, culminando nas considerações finais.

A primeira, intitulada “**Estrutura Fundiária e o Ecoar da Miséria na Trama da Existência no Campo**”, na qual realizou-se, a princípio, uma caracterização do recorte espacial estudado, apresentando aspectos físicos, sociais e econômicos de essencial importância para o entendimento e inscrição da reflexão na totalidade das relações. Do mesmo modo, realizou-se uma discussão introdutória de exposição do objeto de pesquisa, compreendendo o movimento histórico acerca dos aspectos que envolvem a produção do espaço agrário sergipano e simão-diense, na busca do entendimento das raízes históricas que permeiam a produção do espaço agrário nos ínterims da relação Capital-Trabalho.

A âncora teórico-histórica dessa discussão foram: Silva; Silva (2006); Silva *et al.* (2014); Sans; Santana (2007) e a exposição de dados acerca dos Censos Demográficos (1991 – 2000 – 2010 – 2022) e dos Censos Agropecuários (1995/96 – 2006 – 2017), para compreendermos a dinâmica do município de Simão Dias inscrita no movimento do tempo e do espaço. Para entendermos os processos de

transformações do espaço agrário sem Sergipe, foi utilizado o seguinte aporte teórico: Camacho (2010); Conceição (2011); Freire (2013); Nunes (1989); Shimada (2016); Souza; Conceição (2008); e Souza; Santos (2018); bem como dados dos Censos Agropecuários, para entendermos as tessituras e os labirintos da história. A análise acerca do espaço agrário simão-diense esteve fundamentada em Conceição (2011); Costa (2015); Cunha (2015); Déda (2008); Nunes (1989); Oliveira (2007); Oliveira (2012); Palacios (2008); e Silva (2020).

Na segunda, intitulada **“Metamorfoses e Fluxos no Espaço Agrário: a Reestruturação Produtiva do Agronegócio na Dança Cíclica do Capital”**, emerge-se o pilar teórico desta investigação, a qual adentrou-se nos trilhos da compreensão do conceito espacial e da intrincada produção do espaço agrário nas contínuas flutuações do capital. Explorou-se acerca do processo de reestruturação produtiva e suas reverberações no colosso do agronegócio brasileiro. Por fim, foi exposto o debate teórico concernente à composição orgânica do capital e ao processo de acumulação capitalista, apresentando, paralelamente, dados nacionais sobre o agronegócio e sua avidez em apropriar-se das terras pertencentes aos agricultores camponeses. O sustentáculo conceitual acerca das contradições do processo de produção do espaço se estabeleceu nos escritos de: Alves (2007); Campos (2011); Carlos (2018); Conceição (2005, 2021) Lefebvre (2013); Oliveira (2004); Smith (1988); e Souza (2009). No que concerne ao debate do agronegócio e da reestruturação produtiva, esse foi baseado em: Antunes (2005); Conceição (2011, 2013, 2021); Costa, (2015); Delgado (1985, 2012); Engels (2017); Harvey (2005); Martins (1981); Mészáros (2011); Oliveira (2004, 2006, 2007, 2012, 2016); Shimada (2010); Silva (1998); Silva (2020); Souza (2009); Souza; Conceição (2008); e Thomáz Jr. (2004). E, por fim, a discussão em relação à composição orgânica do capital foi baseado em Marx (1988), Luxemburgo (1970) e nos dados dos censos agropecuários acerca do funcionamento do agronegócio.

A terceira, intitulada **“As Transfigurações do Processo de Trabalho Engedradas pelo Agronegócio: uma Análise a partir de Simão Dias – SE”**, em que, realizou-se uma discussão acerca dos caminhos e descaminhos do agronegócio do milho estruturado sob a égide da relação Estado-Capital numa perspectiva Neoliberal. Como a atuação do Estado passou de fomentadora e articuladora de ações para a introdução e intensificação do agronegócio para uma ação operacional

da dinâmica do capital no âmago de sua acumulação. A sustentação teórica se instituiu em: Antunes (2004); Campos *et al.* (2015); Cardoso (2022); Conceição (2011, 2013); Costa, (2015); Cunha (2015); Harvey (2005); Martins (1981); Marx (2017); Menezes (2007); Mészáros (2011); Oliveira (2007); Santos (2020); Shimada (2010); Silva (2014); Silva (2020); Smith (1988); e Souza (2011). Foi empreendida também a análise dos dados coletados, bem como das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, na busca de concatenar esses processos com a dinâmica do agronegócio do milho e com as transformações no espaço agrário a partir de Simão Dias.

Nas considerações finais, encontra-se a síntese dos dados e das reflexões tecidas desde a introdução, concatenando com o movimento histórico de produção do espaço agrário, em particular de Sergipe e de Simão Dias, sustentado em um aporte teórico marxiano e marxista, para analisar as bases concretas da realidade, construídas no seio da contradição existente no *modus operandi* da relação Capital, em sua interação com o Trabalho.

O processo do agronegócio em Simão Dias, está inscrito em uma totalidade e universalidade de relações e múltiplas determinações operadas no transcurso da acumulação de capital e na produção em larga escala de milho, situado sob a luz da apropriação e precarização do trabalho, da expropriação das terras produtoras, outrora, de cultivos alimentares no âmago da unidade de produção familiar camponesa.

Ao analisar o movimento consciencioso do agronegócio, é possível identificar a introdução e intensificação de tecnologias agrícolas, a apropriação das terras camponesas, a expropriação do trabalho, bem como a produção de uma superpopulação relativa pauperizada e subsumida as instabilidades do ciclo capitalista de produção.

SEÇÃO I

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O ECOAR DA MISÉRIA NA TRAMA DA EXISTÊNCIA NO CAMPO

“O homem gosta de criar e de abrir caminhos, isto é indiscutível. Mas por que ele também ama com paixão a destruição e o caos?”

(Dostoiévski)

“A estrutura hierárquica da propriedade fundiária e os vassalos armados a ela ligados deram à nobreza o poder sobre os servos”.

(Karl Marx; Friedrich Engels)

A expansão do capitalismo construída no movimento da história se apresenta como um processo demasiado intenso, encontrando formas de se expandir pelas diversas esferas da sociedade, instaurando sua lógica de produção e extração de lucro (*or value*), suprimindo formas de (re)produção da vida pré-existentes. A condição para o desenvolvimento do capitalismo está presente na construção de um mercado organizado na escala mundial. Assim, para consolidação da sua estrutura sociometabólica, busca tornar igualmente universal o modo de produção (Smith, 1988).

No Brasil, o preâmbulo do capital no campo pode ser analisado a partir de múltiplas determinações. Desde o processo de ocupação do território brasileiro, perpassando o período escravista, a industrialização, desembocando no agronegócio. Entretanto, esse processamento não deve ser entendido seguindo uma lógica linear, pois a construção da história, na circunscrição do tempo no espaço, ocorre na complexa multi-determinação de luta dos contrários, seguindo o movimento da luta de classes no desenrolar da história.

Neste sentido, a espacialização do agronegócio do milho em Sergipe e o decurso de produção e desenvolvimento do território do milho, sobretudo no município de Simão Dias, viabilizam a compreensão de que esse movimento é contraditório e combinado, visto que, ao avançar no decurso de técnicas de produção no campo especificamente capitalistas, na contramão, afluem processos dialéticos de relutância e permanência advindos dos trabalhadores camponeses.

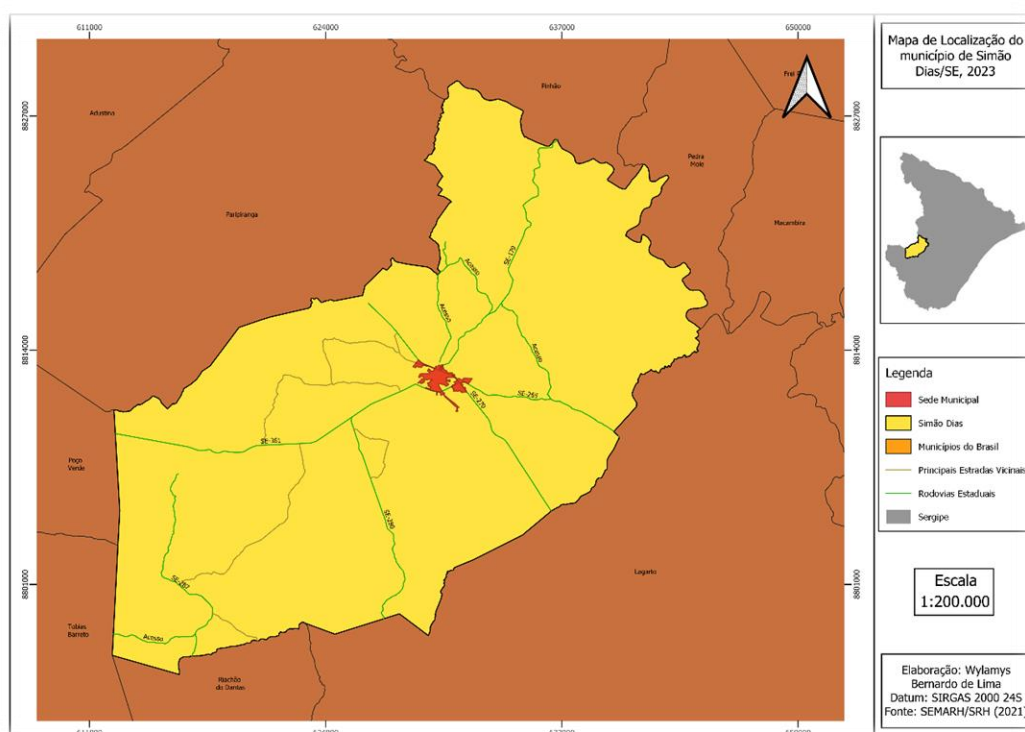
O funcionamento da agricultura é determinado, sobretudo, pelo padrão de acumulação de capital e pelo desenvolvimento da indústria. Surge um novo padrão de produção no campo, orientado fundamentalmente para o aumento da produtividade. A agricultura familiar surge nesse contexto como uma categoria nova, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo do capital. Assim, seguindo uma proposta do Novo Mundo Rural³ (Conceição, 2011).

³ Apesar de o Novo Mundo Rural ser discutido em princípio por Silva (1997), Guerra (2001), Abromovay (2003) e Veiga (2001a-b/2004), compreendendo as transformações ocorridas no campo no intercurso da relação campo-cidade, e de "desenvolvimento" de uma economia rural, neste estudo o entendimento de Novo Mundo Rural está ancorado, principalmente, nos estudos de Conceição (2011), que analisa as transformações que ocorrem no campo a partir do processo de mundialização do capital e da financeirização da economia, e na garantia da sujeição dos trabalhadores ao capital.

I.I Simão Dias: *Praesens et Praeteritus* – uma Odisseia Geográfica pelos Caminhos do Tempo

Simão Dias é um município localizado na região Centro Sul do estado de Sergipe. Os limites do município se definem: ao Norte com os municípios de Pinhão e Paripiranga/BA; ao Sul com Riachão do Dantas e Lagarto; a Leste com Pedra Mole e ao Oeste com Poço Verde e Tobias Barreto (Figura 1). Área territorial de 560,199 km², ocupando a 11^a posição do território estadual, e com densidade demográfica de 72,7 hab./km².

Figura 1 – Mapa de localização de Simão Dias – Sergipe



Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

O clima na região é caracterizado como semiúmido e semiárido, com estação chuvosa no inverno, com período chuvoso entre os meses de março e agosto. A temperatura do mês mais frio é superior a 15°C, e geralmente apresenta de 5 a 6 meses secos.

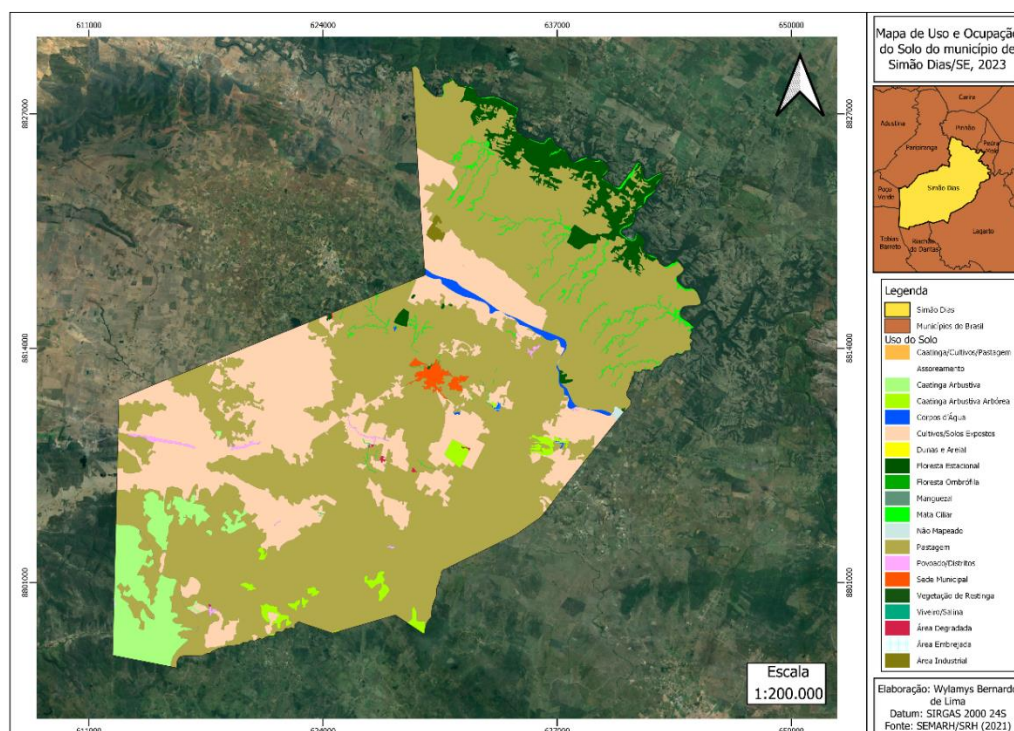
As precipitações pluviométricas no município têm uma distribuição acentuadamente irregular, a média anual das precipitações é de 575,5 mm para anos secos (25,0% da série histórica), 890,0 mm para anos regulares (48,6% da série histórica) e 1.180 mm para anos chuvosos (26,4% da série histórica). A temperatura

média anual na região é de 23,7°C (Silva; Silva, 2006).

Quanto à hidrografia, a drenagem da área do município é pouco densa, destacando-se os rios Vaza Barris, Jacaré, Poção e Caiçá como seus principais componentes. Esses três últimos rios são intermitentes e seguem uma direção norte-sul. Durante a estação chuvosa, o volume de água é relativamente alto devido às chuvas concentradas, todavia, durante a maior parte do ano, eles secam, formando pequenas lagoas em seus leitos que gradualmente se esgotam até a ocorrência de novas chuvas. Além desses rios, o município conta com a presença de pequenos riachos, também intermitentes, que contribuem para a drenagem local (Silva; Silva, 2006).

A vegetação é propícia à faixa de transição, ou seja, a Caatinga arbustiva e arbórea com a Mata Secundária (resquícios de Mata Atlântica), contudo, tem perdido, cada vez mais, espaço para atividades relacionadas à pastagem e ao agronegócio (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de uso e ocupação do solo, Simão Dias



Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Os aspectos geológicos de Sergipe se constituem a partir de três províncias estruturais: São Francisco (que compreende às coberturas cratônicas e Domos de

Itabaiana e Simão Dias), Borborema (que se constitui na Faixa de Desdobramento Sergipana), e a Costeira e Margem Continental (que inclui a Bacia Sedimentar de Sergipe). O relevo em Simão Dias é predomínio do Pediplano Sertanejo com relevos dissecados e serras residuais.

De acordo com Silva *et al.* (2014), o potencial pedológico de Simão Dias para o cultivo do milho foi dividido em: Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo. Neste sentido, Simão Dias possui uma rica diversidade de áreas com potencial pedológico adequado (alto) para o cultivo do milho, representando 32% da área total. Essas áreas são caracterizadas por um relevo plano e suavemente ondulado, em que predominam solos do tipo Cambissol com boa fertilidade e alta retenção de umidade, proporcionando condições favoráveis para o cultivo do milho.

Cerca de 22% da área total é ocupada por ambientes com potencial pedológico Médio. Nesses locais, os solos predominantes são os Planossolos e Argissolos, que, embora sejam pouco profundos, ainda apresentam condições adequadas para a agricultura, apesar de restrições à mecanização e riscos de erosão.

Por outro lado, as áreas com potencial pedológico Baixo e Muito Baixo abrangem aproximadamente 46% da área total. Nestas regiões, os solos dominantes são os Neossolos Litólicos, que são rasos e associados a relevo, variando de ondulado a montanhoso. Em razão dessas características, essas áreas são consideradas inadequadas para práticas agrícolas intensivas.

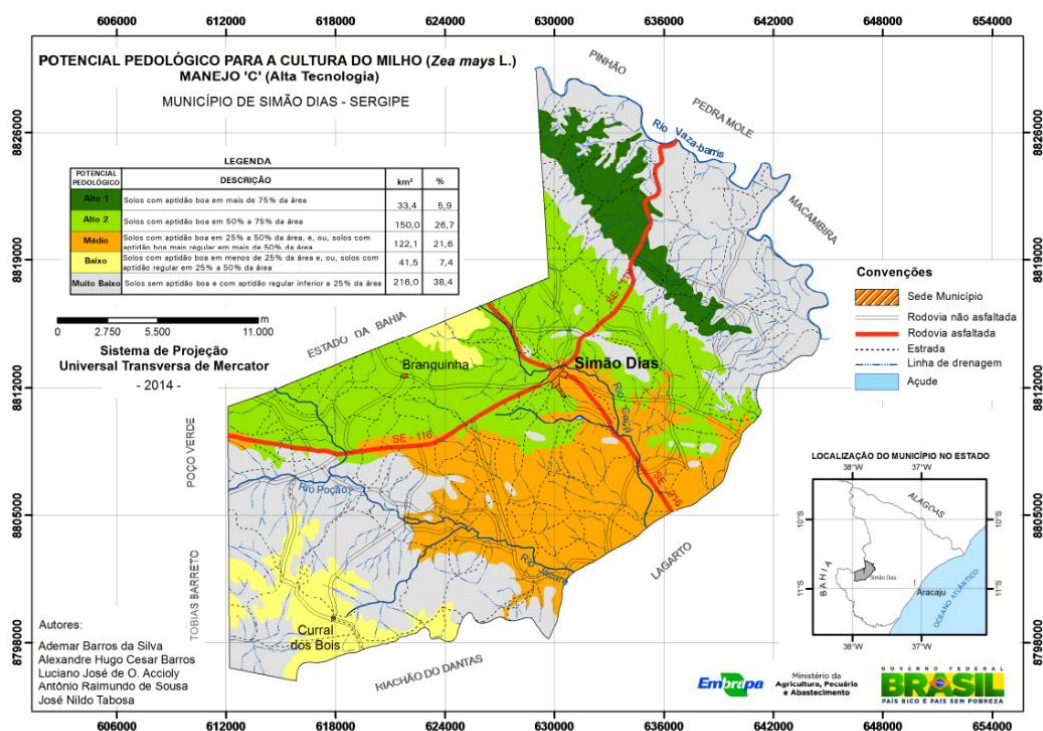
O município apresentava uma distribuição heterogênea de potenciais pedológicos, com áreas consideradas altamente favoráveis ao cultivo do milho. Entretanto, quase metade da área não é considerada um potencial de produção do milho, visto que possui solos relativamente rasos e, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o cultivo do milho requer uma profundidade efetiva, viabilizando também a continuidade de uma lógica de produção voltada à pecuária e à manutenção de pastagens.

Neste sentido,

A profundidade até a qual as raízes podem penetrar livremente em busca de água e de elementos necessários ao desenvolvimento da planta. Sendo o milho uma planta cujo sistema radicular tem grande potencial de desenvolvimento, é desejável que o solo seja profundo (mais de 1m). Os solos rasos, além de dificultarem, o desenvolvimento das raízes, possuem menor capacidade de armazenamento de água, além de estarem sujeitos a um desgaste mais rápido, devido à pouca espessura do perfil (Sans; Santana, 2007, p. 1).

Vejamos a configuração pedológica de Simão Dias e seu respectivo potencial para a produção de milho (Figura 3):

Figura 3 – Potencial pedológico para a cultura do milho, Simão Dias



Fonte: Silva *et al.*, 2014; EMDAGRO, 2014.

De acordo com o Censo Demográfico de 1991, o município contava com 32.196 habitantes, sendo que 16.467 (51,12%) eram mulheres e 15.729 (48,88%) eram homens. Nesse período, a população rural era maior que a urbana, com 19.058 (59,21%) pessoas residindo na zona rural e apenas 13.138 (40,79%) na zona urbana.

Já em 2000, de acordo com o IBGE, a população de Simão Dias era de 36.813 pessoas, com uma ligeira predominância de mulheres, 18.775 (cerca de 51%) em relação aos homens, com 18.039 (aproximadamente 49%). A proporção de população urbana em 2000 era de 45,5%, ou seja, 16.749 habitantes; enquanto a população rural correspondia a 54,5%, com 20.063 habitantes.

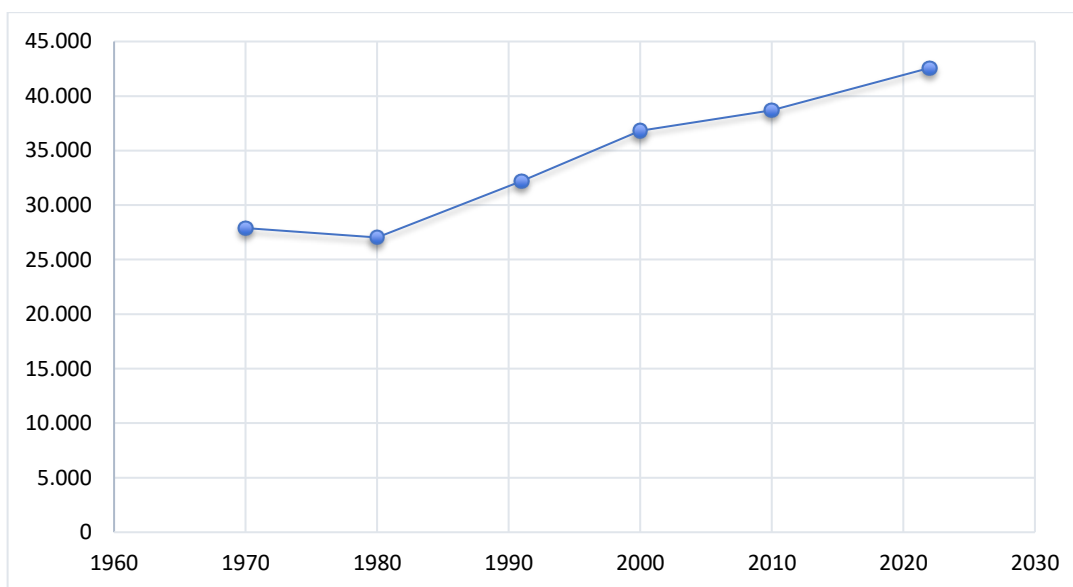
A partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, é perceptível uma predominância da população rural sobre a população urbana, pois, apesar de apresentar dados de crescimento populacional absoluto, houve redução relativa na proporção da população rural, enquanto a proporção da população urbana aumentou.

Sob esse viés, analisando os dados do Censo Demográfico de 2010, podemos

observar que a população de Simão Dias apresentou um crescimento significativo em relação aos anos anteriores. Em 2010, o município contava com 38.702 habitantes. Desses, 18.888 eram homens (48,8%) e 19.814 (51,2%) eram mulheres. Essa proporção quase equitativa entre os sexos indica uma distribuição demográfica relativamente equilibrada nesse período. Ao comparar esses dados com os registros do Censo Demográfico de 2000, observamos que houve um aumento de aproximadamente 2.911 habitantes em uma década.

O censo de 2010 também destaca que a população urbana era de 20.449 (52,8%) pessoas, ao passo que a população rural totalizava 18.245 (47,2%) habitantes. Esse cenário indica um crescimento maior na área urbana em comparação com a área rural e em comparação aos dados dos Censos anteriores, refletindo uma tendência de migração das áreas rurais para as cidades. Essas informações nos permitem perceber que, ao longo das últimas décadas, Simão Dias passou por um aumento gradual em sua população, com um deslocamento significativo da população rural para a urbana.

Gráfico 1 – Crescimento populacional – Simão Dias (1970 – 2022)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1970 – 2022).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

De acordo com os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022⁴ (IBGE),

⁴ Vale ressaltar que, no momento da escrita deste texto, os demais dados do Censo Demográfico de 2022 ainda não tinham sido divulgados, apenas os dados referentes à população, sem as especificidades de sexo e gênero, e urbano-rural etc.

atualmente o município de Simão Dias conta com uma população de 42.712 pessoas. Quando observamos a magnitude da população de Simão Dias, é relevante entender não apenas a quantidade de habitantes, mas também os processos que envolvem a qualidade de vida e o considerado bem-estar social e econômico dos moradores. Assim, a distribuição de renda emerge como um dos fatores determinantes e como um mecanismo para medir a desigualdade de renda nas sociedades é utilizado o Índice de Gini.

O índice de Gini é um dado estatístico utilizado para aferir o grau de desigualdade de distribuição de renda de uma determinada população. O índice de Gini apresenta uma variação entre 0 e 1, na qual o valor aproximado de 0 representa uma maior igualdade, ou seja, todas as pessoas possuem uma renda semelhante. Enquanto o valor que se aproxima de '1' representa uma maior desigualdade de distribuição de renda, isto é, a renda está concentrada nas mãos de poucos, e a maior parte das pessoas possuem uma renda baixíssima.

Observemos a Tabela 1:

Tabela 1 – Índice de Gini da renda domiciliar *Per Capita*, Simão Dias, Sergipe, Brasil (1991 – 2010)

	1991	2000	2010
Brasil	0,6383	0,6460	0,6086
Sergipe	0,6352	0,6561	0,6288
Simão Dias	0,4917	0,5272	0,5013

Fonte: DATASUS, Ministério da Saúde.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

No período de duas décadas representado pela Tabela 1, a desigualdade de renda, aferida pelo Índice de Gini, apresentou variações significativas tanto em nível nacional quanto estadual e municipal. No Brasil, houve um aumento sutil na desigualdade entre os anos de 1991 e 2000 e um decréscimo deveras evidente até 2010. O estado de Sergipe seguiu um padrão semelhante, mas seu índice de 2000 revelou uma desigualdade mais acentuada que a média nacional. Em contraste,

Simão Dias, mesmo apresentando um crescimento na desigualdade entre 1991 e 2000, manteve índices mais baixos que os de Sergipe e do Brasil durante todo o período.

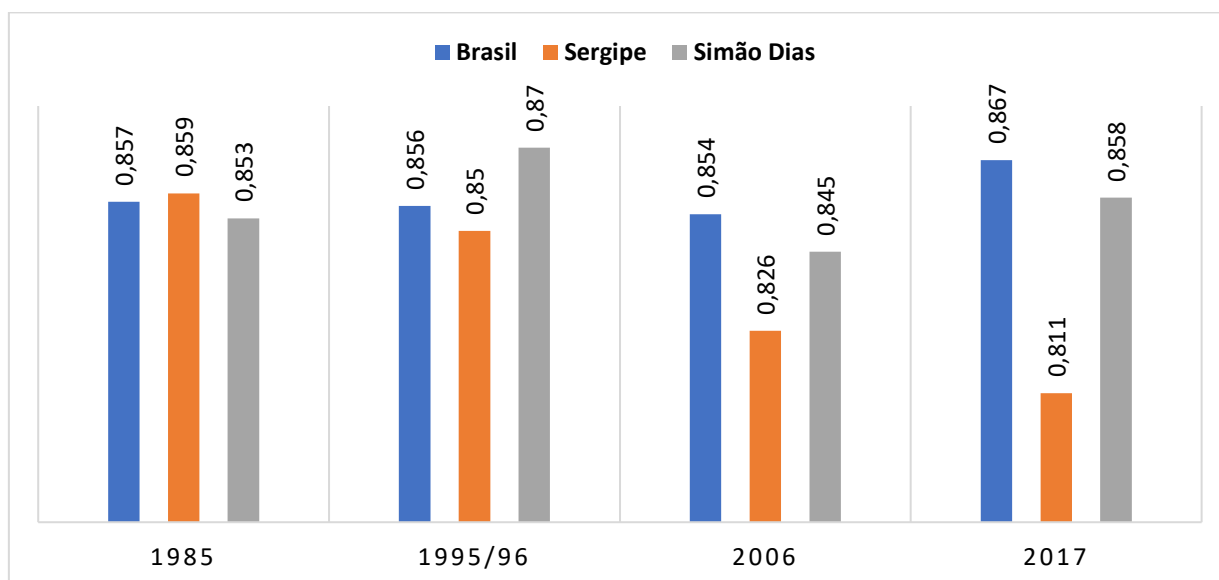
O índice de Gini é uma ferramenta estatística de suma importância para avaliar os níveis de desigualdade de uma sociedade, principalmente a partir da variável de renda. Entretanto, utilizar apenas este índice para compreender a complexidade e as nuances de uma determinada sociedade pode se apresentar de forma insuficiente.

Segundo o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, produzido pelo IBGE (2017), ao analisarmos os dados quantitativos referentes ao índice de Gini, que é utilizado para mensurar as desigualdades na distribuição de terras no Brasil, torna-se evidente que a estrutura fundiária do país ainda apresenta um nível alarmante de concentração. Inclusive, esse cenário praticamente não sofreu alterações significativas entre 1985 e 2006 e demonstrou dados ainda mais significativos no último levantamento.

Conforme apontado pelo Censo Agropecuário, o índice de Gini, se constitui um importante indicador das disparidades no setor rural.

Vejamos o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Índice de Gini – concentração fundiária em Simão Dias, Sergipe, Brasil (1985-2017)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Esses dados indicam que no Brasil a concentração de terras nas mãos de

poucos proprietários continua agravando as desigualdades socioeconômicas no campo brasileiro. Entre os dois últimos censos, enquanto, em Sergipe, houve uma diminuição, em Simão Dias houve aumento, indicando ampliação da concentração fundiária. Outrossim, é importante salutar que no município existem três assentamentos, a saber: Assentamento Calos Lamarca, Assentamento 27 de Outubro e Assentamento 8 de Outubro.

Os dados apontam que, em termos gerais, o Brasil enfrenta um desafio significativo em relação à desigualdade fundiária. Terras altamente concentradas indicam a predominância de grandes propriedades, muitas vezes, dedicadas à produção do agronegócio, o que implica cultivo homogeneizado em larga escala. Em Sergipe, o índice de Gini aparece distribuído de forma minimamente equitativa no que concerne o desenrolar dos anos e em comparação aos dados do Brasil, o que indica uma mistura de pequenas e médias propriedades.

I.II Transformações do Espaço Agrário em Sergipe: Entre Tessituras e Labirintos da História

A análise das transformações do espaço agrário sergipano se inscreve na necessidade de compreensão da realidade a partir dos encadeamentos e desencadeamentos revelados pelo movimento da história e das relações sociais, fundamentada na categoria de Totalidade. Ao considerar os processos históricos e sociais, podemos obter uma leitura significativa da realidade, desde as interconexões existentes entre os diferentes aspectos econômicos e sociais do espaço agrário.

Desde os primórdios da ocupação das terras brasileiras no período colonial, as atividades agrícolas e pecuárias tiveram um papel central, não apenas no contexto nacional, mas incluindo a região que mais tarde se tornaria o estado de Sergipe. A historiadora Maria Thetis Nunes (1989) afirma que a pecuária se tornou, em princípio, a atividade mais importante dos colonos. Neste sentido, elucidou Felisbelo Freire (2013, p. 214), que “antes do sergipano ser lavrador, foi pastor”.

A cultura canavieira chegou a essas terras por volta do ano de 1602, visto que a viabilização do desenvolvimento da colonização da capitania de Sergipe se processou seguindo a lógica da política mercantilista lusitana. Isto é, a agricultura a ser desenvolvida deveria resultar em produtos que fossem demandados pela economia europeia em plena expansão (Nunes, 1989).

A chegada da cana-de-açúcar em Sergipe se constituiu um marco significativo para a economia colonial, uma vez que a produção açucareira era altamente lucrativa e cobiçada no mercado europeu. Entretanto, esse movimento atraiu investimentos, bem como demandou um processo de divisão de sesmarias, em seguimento de uma lógica nacional em que se originou a propriedade rural brasileira e se estabeleceu a organização da propriedade rural sergipana.

Formaram-se as grandes propriedades rurais em Sergipe, ao passo que nas margens dos latifúndios, nas chamadas roças, lavouras de mantimentos, ocupadas pelos colonizadores despossuídos de recursos, eram plantados e colhidos os mantimentos: mandioca, milho, arroz, feijão etc. As ramificações desta estrutura socioeconômica, estendem-se até os dias atuais (Nunes, 1989).

Muitos foram os conglomerados urbanos que surgiram a partir da criação de gado, que substancialmente, eram destinados ao abastecimento da Bahia. Entretanto,

em fins do período colonial sergipano, por volta de 1820, suas exportações se concentravam em: açúcar, algodão, gado, couros, farinha de mandioca e fumo.

O processo reconhecido como modernização da agricultura desenrolou-se no período pós-Segunda Guerra Mundial, estreitamente vinculado ao influxo do capital internacional e ao ímpeto da acumulação. No contexto brasileiro, esse processo foi intensificado a partir da década de 1960, sob justificativa falaciosa de acabar com a fome no mundo, mediante a implementação da chamada "revolução verde", que almejava elevar exponencialmente a produção agrícola ao reduzir o intervalo entre a germinação e a colheita.

A proposta da revolução verde trazia consigo um pacote com o desenvolvimento de diversas tecnologias para o campo, como maquinários, alteração genética de sementes (hibridismo e seleção), a utilização de substâncias químicas para os cultivos etc. Com isso, aconteceu o crescimento de cultivos em larga escala, voltados principalmente ao atendimento da demanda existente no Mercado Mundial, por meio da instauração de monocultivos em larga escala.

A produção no campo sergipano está sustentada em um tripé de produtos agrícolas: cana, laranja e mais recentemente, o milho. A produção de laranja se constituiu em importante mecanismo de controle das terras dos pequenos produtores, sucumbindo-as à exploração do capital, a partir da década de 1970. No que se refere à cana, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE, em 1996, a atividade canavieira ocupava 22,7% das terras sergipanas. O milho se expande a partir de 2003, com a instalação de um projeto piloto de produção via agronegócio.

Conceição (2011) afirma que a partir da década de 1990, com o avanço do processo de financeirização da economia, ocorreram transformações significativas no setor agrícola, reconfigurando sua relação com o Estado e abrindo novos caminhos para a expansão capitalista. Nesse contexto, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas agrícolas a partir da Política Nacional de Crédito Rural.

O processo de financeirização da economia está relacionada ao crescente poder e à influência do setor financeiro na esfera econômica global. Essa lógica vem penetrando no campo desde os fins do último século e alterando as formas de produção da agricultura. A partir do estímulo de investimentos e financiamentos pelo processo de financeirização, para adoção de derivativos de crédito e instrumentos de crédito, como a Cédula de Produto Rural (CPR), mercados futuros etc. Enquanto o

Estado se concentrou na implementação de políticas de incentivo à produção agrícola, a partir do Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME/BB/BNDS), visando o impulsionamento e a produtividade do setor.

O Estado assumiu um papel de mediador entre os interesses do capital e os produtores rurais, pertencentes a uma então considerada elite agrária, buscando criar um cenário propício ao desenvolvimento agrícola a partir de subsídios, incentivo fiscais, políticas de crédito, investimentos em infraestrutura etc.

Neste compasso, Conceição (2011, p. 4) afirma que “Toda trajetória da acumulação capitalista se justifica no direito incomensurável dos usos e abusos da condição humana”. Logo, é de suma importância mencionar que a introdução e intensificação desse processo acarreta múltiplas contradições, dado que a concentração de poder e de recurso sob o comando do capital financeiro suscita o aumento da desigualdade social no campo, ao passo que intensifica as flutuações do mercado e, por conseguinte, a vulnerabilidade socioeconômica dos camponeses.

Do final do século XX para início do século XXI, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) assumiram políticas de controle para o campo, implantando políticas em acordos com os estados-nação, em busca de liberalização das economias nacionais (Conceição, 2011).

Essas instituições direcionaram sua atuação para o campo, principalmente para estimular o livre mercado, reduzindo as barreiras comerciais e buscando facilitar o fluxo de capitais internacionais. Além disso, tinham como objetivos dar uma resposta aos conflitos agrários, incentivar a criação de programas sociais compensatórios, e, acima de tudo, hegemonizar a mercantilização, de modo a consolidar o capitalismo financeiro (Conceição, 2011).

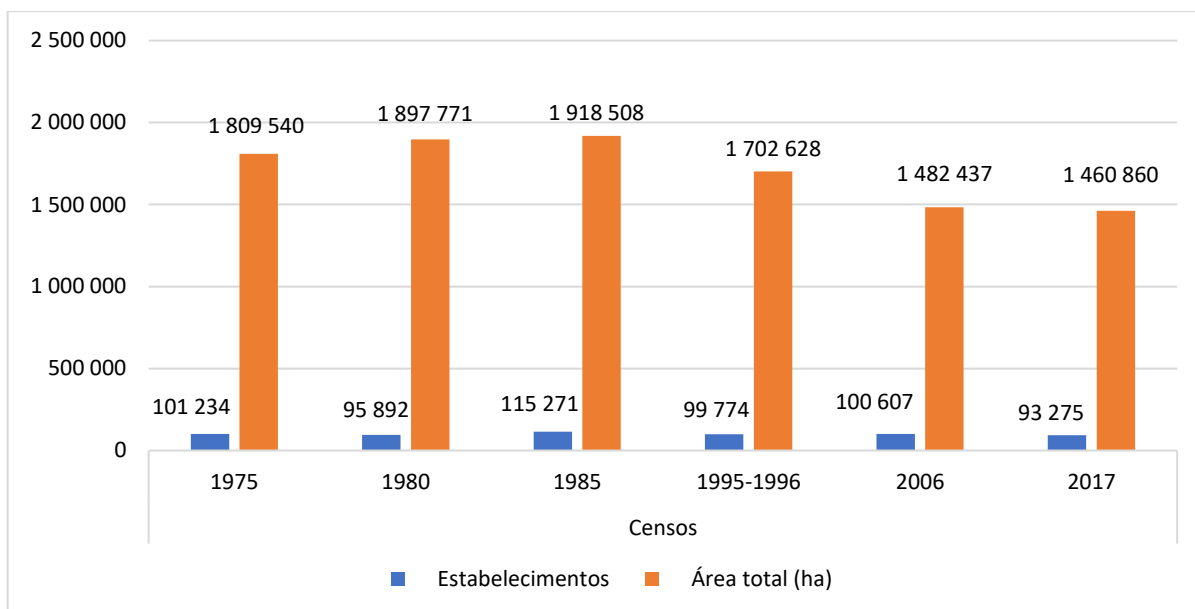
Como supramencionado, a estrutura fundiária do estado de Sergipe demonstra, desde tempos imemoriais, que a propriedade está concentrada nas mãos de poucos, à medida que a maior parte da população que vive no campo detém uma quantidade ínfima de terra. Neste sentido, ao compreender que a propriedade privada da terra está no cerne da questão agrária no Brasil, é importante perceber que essa concentração fundiária vem se ampliando com a expansão da produção de *commodities*.

Isso pode ser observado a partir da análise dos dados dos Censos Agropecuários. Em 1995, no estado de Sergipe, prevaleciam estabelecimentos com pequenas áreas, 77.618 estabelecimentos possuíam menos de 10 hectares, enquanto os grandes estabelecimentos, com área de 2.000 hectares ou mais eram apenas 28. Havia 18.266 estabelecimentos entre 10 e 100 hectares; 1.662 estabelecimentos com área entre 100 e 200 hectares; 1.102 com área entre 200 e 500 hectares e 382 com área entre 500 e 2000 hectares.

Segundo o IBGE, a distribuição da área média dos estabelecimentos agropecuários no Brasil revela uma notável diversidade regional, bem como um caráter de concentração fundiária. Em média, cada estabelecimento possuía 69 hectares, porém, essa média variava significativamente de acordo com a região do país. Dados como esses evidenciam a complexidade das estruturas agrárias no Brasil, destacando as disparidades na distribuição de terras e sua relação com o tamanho e a concentração dos estabelecimentos agropecuários.

Uma das formas de compreender a estrutura fundiária no país é relacionar a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários com a quantidade de estabelecimentos. Vejamos no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Número de estabelecimentos e área total, Sergipe (1975 – 2017)



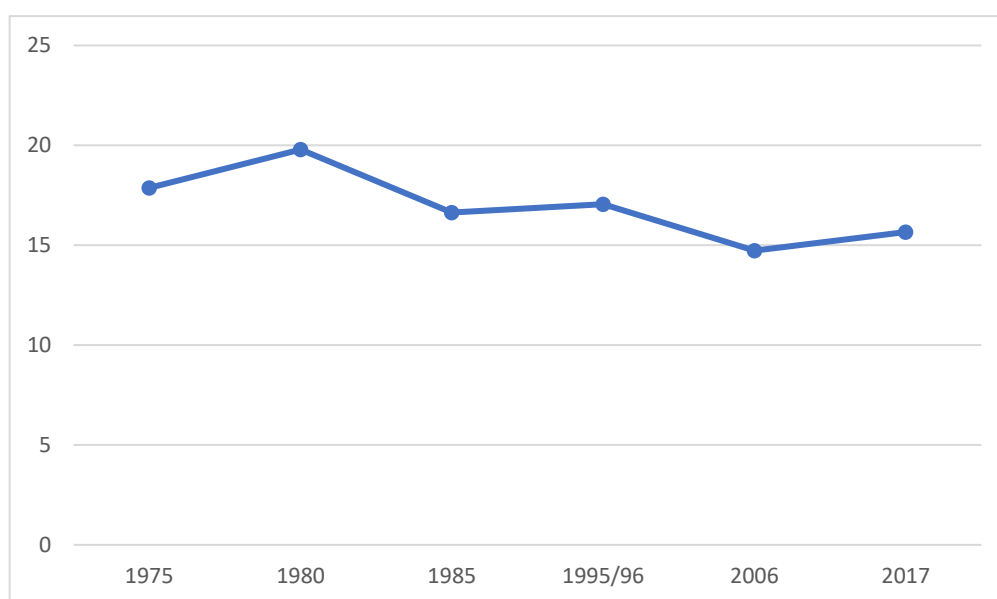
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

O Gráfico 3, mostra que, na última década analisada no Censo, ocorreu uma

queda significativa do número de estabelecimento e uma pequena redução da área total, indicando que em Sergipe a concentração fundiária pode ser o sustentáculo das relações de produção no espaço agrário. Entretanto, é necessário aprofundar a discussão acerca da concentração fundiária em Sergipe, visto que os dados referentes à quantidade de estabelecimentos e à área total não se apresentam de forma suficiente para entender o emaranhado das relações que constitui esse processo. Vejamos, a seguir, o Gráfico 4, referente à área média dos estabelecimentos.

Gráfico 4 – Área média dos estabelecimentos, Sergipe (1975 - 2017)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

A área média dos estabelecimentos é obtida por meio da divisão entre a área total em hectares e a quantidade de estabelecimentos. Como observamos no Gráfico 4, os dados demonstram uma relativa estabilidade no processo de concentração fundiária com uma sutil redução nos anos mais recentes. Entretanto, a realidade empírica se mostra mascarada pelos dados, visto que, em Sergipe, as ações do estado convergem para tal. Desde 2004, ocorre uma política de regularização fundiária por parte dos governos estaduais, visando a titulação da terra dos chamados pequenos agricultores.

Em 2015, já tinham sido entregues cerca de 2.070 títulos no processo de regularização fundiária com uma área de aproximadamente 6 mil hectares, em Simão

Dias, especificamente. E em Sergipe, o todo foram 67.774 imóveis rurais demarcados pela EMDAGRO em 31 municípios, sendo que 18.001 títulos de propriedade foram entregues a agricultores familiares de pelo menos 18 municípios. As ações continuam ao passar dos anos, em agosto de 2023, foram entregues cerca de 976 títulos (Sergipe, 2015; 2023)

Neste sentido, a política de regularização fundiária direcionada aos posseiros de pequenas propriedades contribui, de forma efetiva, para a aparência de estabilidade fundiária e, até mesmo, para sua sutil redução, quando observamos os dados da área média.

Souza; Santos (2018) apontam que o processo de concentração fundiária pode ser considerado “o pecado original”, visto que essa questão está entremeada na raiz dos mais latentes dilemas sociais presentes no espaço agrário brasileiro. Neste caso, é imprescindível a realização de um exame do movimento da história. A apropriação privada de terras, inseridas em um contexto social e histórico específico de desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, obteve legitimação da máquina estatal, por meio, sobretudo, das leis, permitindo e viabilizando que a classe de proprietários, sejam os latifundiários ou os capitalistas, usurpasse das terras.

O acesso a terra foi negado aos inúmeros trabalhadores do campo que não detinham a propriedade, os coarctando e os subordinando para a venda da força de trabalho. Ao tornar a terra uma mercadoria, a relação capital intensifica o processo de especulação dessas terras, expropria as famílias camponesas de suas propriedades e das suas formas de cultivo e, enfim, precariza e pauperiza as condições de trabalho no campo (Souza; Santos, 2018).

Entre os anos de 1970-2006 mudanças significativas foram observadas, relacionadas ao processo de uso e ocupação da terra a partir da expansão da atividade agropecuária em Sergipe.

De acordo com os dados da Tabela 2:

Tabela 2 – Área total agrícola, Sergipe (1975 - 2017)

<i>Ano</i>	<i>Hectares</i>
1975	1.809,5
1985	1.918,5
1995	1.702,6
2006	1.482,4
2017	1.460,4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Em 1975, cerca de 4,5% das terras agricultáveis estavam destinadas às lavouras permanentes, as temporárias ocupavam 8,6%, enquanto mais de 64% estavam destinada à pastagem. Em 1985, as lavouras permanentes ocupavam 5,7%, as lavouras temporárias ocupavam cerca de 10,6%, as pastagens se aproximavam de 66%. Em 1995, as lavouras permanentes ocupavam 6,6% das terras agricultáveis, e as lavouras temporárias 9,7%, as pastagens se aproximavam dos 68%. Já em 2006, as lavouras permanentes ocupavam 7,6% das terras, as lavouras temporárias 13,7%, e as pastagens passava dos 63%.

Os dados demonstram que as terras agricultáveis de Sergipe estiveram, ao longo das décadas concentradas nas atividades agropecuárias. Bem como, indica que, no período mais recente, houve uma diminuição da proporção de terras destinadas a pastagens e a expansão das áreas de lavouras temporárias. Assim posto,

O agronegócio conta com uma estrutura de funcionamento que permite a associação da produção agrícola com os outros setores produtivos, de modo que grande parte da produção já saia do campo industrializada, ou beneficiada. A estrutura é facilitada pelo estreitamento das relações entre o latifundiário e os capitalistas (Souza; Conceição, 2008, p. 107).

Segundo os dados do Censo Agropecuário 1995-1996, no estado de Sergipe, os cultivos estavam voltados para as atividades de subsistência familiar, como: batata-doce, feijão, mandioca e milho.

Tabela 3 – Culturas temporárias (t) – Sergipe (1985-2017)

	1985	1995	2006	2017
Feijão	10.724	19.687	8.622	3.770
Mandioca	299.062	148.964	237.836	82.703
Milho	56.719	55.057	207.516	157.581

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Tabela 4 – Culturas temporárias (ha) – Sergipe (1985-2017)

	1985	1995	2006	2017
Feijão	48.137	48.999	15.345	7.025
Mandioca	25.703	19.439	31.035	10.468
Milho	80.361	63.346	104.391	52.914

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Com base nas Tabelas 3 e 4, podemos observar que, ao longo das décadas, a produção de milho em grãos foi proporcionalmente aumentando em relação aos demais cultivos alimentares, assim como uma alteração na quantidade produzida relativamente à área colhida. Entre os anos de 1995 e 2006, a área colhida de milho duplicou, ao passo que sua quantidade em toneladas aumentou aproximadamente quatro vezes mais. Por outro lado, o aumento da produção de mandioca em toneladas aparece proporcionalmente ao aumento da área colhida e a produção de feijão demonstra uma redução significativa.

Observando então os dados referentes a produção em toneladas de feijão, mandioca e milho, e da área colhida.

Vejamos então a produtividade desses cultivares temporários na Tabela 5.

Tabela 5 – Produtividade (t/ha), culturas selecionadas, Sergipe (1985 - 2017)

Ano	Feijão	Mandioca	Milho
1985	0.223	11.634	0.706
1995	0.402	7.665	0.869
2006	0.562	7.662	1.988
2017	0.536	7.904	2.977

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Elaboração: Wylamys Bernardo S.de Lima, 2023.

O aumento da produção de milho em prol da diminuição da produção de culturas alimentares, especificamente do feijão e da mandioca, bem como da quantidade de área disponibilizada para essa produção, demonstra a tendência da supressão da produção alimentar em prol da produção para *commodities*. A tendência observada indica que, à proporção que as áreas colhidas para o feijão e mandioca diminuíram ao longo dos anos, se viu uma melhoria na produtividade desses cultivos. No entanto, o milho se destaca com uma produtividade crescente e exponencial.

Como afirma Conceição (2011), o processo de modernização capitalista no campo sergipano se consolidou por meio da subordinação da unidade de produção familiar à lógica do capital. A modernização capitalista foi marcada pela introdução de tecnologias, cada vez mais, avançadas, novos métodos de produção e uma crescente especialização das atividades agropecuárias e agrícolas. As unidades de produção camponesas foram gradualmente sendo inseridas em uma lógica, ainda mais ampla de produção, em que os princípios da acumulação de capital e a busca incessante pelo lucro transformou as relações de produção.

A consolidação do modelo do agronegócio se fundamenta no incremento da concentração fundiária, na relação de completa interdependência da produção agrícola com o capital industrial (através da aplicação de maquinários e substâncias agrotóxicas), e financeiro (assegurando juros por meio de financiamentos), bem como

no uso intensivo de agrotóxicos (Souza; Santos, 2018).

A lógica do agronegócio é baseada na maximização dos lucros e na concentração de riqueza. O agronegócio busca produzir em larga escala, utilizando tecnologias modernas e agroquímicos, visando aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção. Essa lógica está voltada para a produção de *commodities* agrícolas, como: soja, milho, algodão, cana etc. que são destinadas, principalmente, à exportação. Além disso, o agronegócio busca controlar toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização, visando eliminar intermediários e aumentar os lucros (Conceição, 2011).

Não obstante dessa lógica, a produção agrícola no estado de Sergipe foi intensificada de acordo com a dinâmica nacional-global, circunscrita no processo de acumulação e reprodução ampliada do capital e voltou-se primordialmente à produção em larga escala, passando pelo agronegócio da cana-de-açúcar, pelo agronegócio da laranja e, especificamente, pelo agronegócio do milho, principalmente, a partir dos incentivos fiscais oferecidos pelos governos brasileiros – seja federal ou estadual – para aumento da produção agrícola.

O modelo agroindustrial e agroexportador esteve presente na estrutura econômica e social do Brasil desde os séculos passados, mesmo que sob outras denominações, mas a lógica permanece semelhante: de relações sociais pautadas na desigualdade, concentração fundiária, exploração e acirramento da divisão social e territorial do trabalho. O modelo de produção no campo via interface do capital apresenta, em sua estrutura, as contradições inerentes a sua própria relação, na qual o agronegócio se fortalece a partir da exploração do trabalho e dos processos de sua desconfiguração.

É de aguda proficuidade compreender e analisar as diversas formas de penetração de capital no campo, uma vez que, observa-se sua efetivação desde o controle da propriedade privada e das terras concentradas sobre as terras que se encontram nas mãos da classe trabalhadora, bem como, as ações atuais e diretas do agronegócio. Visto que,

[...] que tem o objetivo de aumentar suas margens de lucro e intensifica tanto as formas pretéritas de exploração do trabalho, a exemplo do trabalho escravo, quanto investe na desagregação e subordinação das unidades de produção camponesas (Souza; Santos, 2018, p. 16).

Em razão do processo de mundialização do capital têm-se uma maior atenção e apoio ao agronegócio, tornando-se a prioridade econômica e política, por ser, segundo o discurso ideológico da elite, modernizador do campo brasileiro. Porém, o que essa aparência esconde é a concentração de terra e renda que, por sua vez, amplia a exclusão social no campo brasileiro (Camacho, 2010). Neste sentido,

O sistema sociometabólico do capital produz suas próprias contradições como garantia de sua reprodução e acumulação. Neste sentido, a mundialização do capital torna-se um processo expressivo também no campo, dando novos contornos à territorialização do capital e à monopolização da produção (Silva, 2015, p. 75).

Segundo Silva (2015), a mundialização do capital emerge como um processo que se desenvolve como parte de um novo padrão e ritmo de acumulação. Neste contexto, a mundialização representa uma fase particular do sistema capitalista, dentro de seu processo de internacionalização e de valorização, caracterizada pelo predomínio do capital financeiro sobre a esfera produtiva. Esse movimento de integração dos mercados em escala internacional foi viabilizado através da liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, juntamente com a automação dos fluxos de capital.

Os Estados considerados centrais assumiram o papel de determinar a direção da política neoliberal, removendo barreiras institucionais e econômicas que poderiam criar obstáculos ao livre fluxo de capitais. Isso impulsionou o processo de mundialização do capital, expandindo os mercados financeiros em nível global e intensificando as interações comerciais internacionais (Silva, 2015).

I.III No Semear da História: um Retrato em Movimento do Espaço Agrário de Simão Dias

Simão Dias, ao longo de sua história, tem sido reconhecida por sua relevante produção agrícola e pela prosperidade de sua pecuária. Nunes (1989) afirma que a expansão do gado se iniciou com a colonização sergipana e que em 1607 os colonizadores com seus rebanhos já alcançavam as matas de Simão Dias.

Os primeiros ocupantes da área onde hoje é o município de Simão Dias foram os indígenas remanescentes das tribos Tapuias, que chegaram a essas localidades advindas da região que ficava às margens do Rio Real, fugindo do conflito sangrento que estava sendo travado contra os portugueses. Como afirma Déda (2008, p. 29), “escorraçados e tomados de pavor, alguns remanescentes válidos fugiram do litoral, em demanda dos sertões”. Se embrenharam nas matas fechadas em busca de abrigo e de alguma localidade que pudesse lhes prover o sustento. Assim, ao avistar uma mata virgem,

[...] que guardava grande variedade de caça e apresentava um solo propício ao cultivo do milho e da mandioca e, ainda, como se fosse uma Canaã, um riozinho piscoso correndo, perene e manso, à sombra de gigantescos jequitibás. Era o rio Caiçá (Déda, 2008, p. 30).

Foi às margens do rio Caiçá que ocorreram as primeiras ocupações por parte de uma população indígena considerada pacata, que concentrava suas atividades na caça e na pesca, bem como no plantio de milho e mandioca para sua própria subsistência.

Entretanto, nos interstícios do processo de ocupação do estado de Sergipe, ocorreu a chamada invasão holandesa. Nesse contexto, é que entra em cena o Vaqueiro Simão Dias Francês. Os proprietários de gado moradores de Itabaiana, em específico, Braz Rabelo, determina que seu vaqueiro esconda seu gado nos ermos do Caiçá. No período pós domínio dessas terras, com o processo de doação de sesmarias, Simão Dias se torna um donatário daquelas terras, fazendo com que, mais uma vez, a população indígena migrasse para outro lugar.

Com o processo de reocupação dessas terras ao longo do tempo, a economia se desenvolveu e se sustentava no pilar do cultivo da cana-de-açúcar, que mais tarde foi substituída pelo algodão, milho e feijão destinados à subsistência, e só mais tarde o café seria produzido. De acordo com Déda (2008), do final do século XIX para o

início do século XX, o café cultivado nessa região ocupava um lugar de destaque no comércio local, representando a principal fonte de sua economia, uma posição que se manteve inabalável por aproximadamente meio século.

Nessa época, a produção cafeeira ainda era conduzida de maneira rudimentar, com os lavradores operando sem o auxílio de mecanização moderna para o beneficiamento do grão. O processo de secagem ocorria em terreiros simples, e o beneficiamento era realizado por meio do pilão manual, ou melhor, pelo "pilão-de-pé".

Contudo, ao longo do tempo, a agricultura do café enfrentou a concorrência da indústria pecuária, que gradualmente se estabeleceu como a principal atividade econômica no município. Esse crescimento foi facilitado pelo apoio do Banco do Brasil (BB), que desempenhou um papel fundamental no fomento e no desenvolvimento dessa ascendente indústria (Déda, 2008).

De acordo com Nunes (1989), nesse período, outro cultivo também foi destaque em Simão Dias, o do algodão, que, apesar de já ser cultivado há muito tempo em Sergipe, a partir do advento da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, até então, principal fornecedor para as indústrias da Europa, lida com a produção entrando em declínio. Sob estímulo do Governo Imperial, a produção de algodão se espalhou pelo Agreste e Semiárido, chegando a Simão Dias, onde teve bastante adaptabilidade e se desenvolveu com facilidade.

A produção se estabeleceu de forma lucrativa e houve até integração com a produção de gado, visto que sua palha e sua rama eram fornecidas para a alimentação animal. O declínio da produção algodoeira em Simão Dias ocorre depois da retomada da produção americana após a guerra, bem como, a partir do aumento da concorrência com as colônias africanas e indiana, condicionando, assim, os agricultores a retornarem com suas atividades tradicionais (Nunes, 1989).

Ao longo da história, o cultivo do milho em Sergipe e na região de Simão Dias manteve uma conexão íntima com a subsistência, tanto como fonte direta de alimentação para os seres humanos, quanto na sua aplicação como alimento para aves, animais de tração, como equinos ou na produção de grãos para o gado.

A partir do final do século XX e início do século XXI, com avanços tecnológicos, esse cultivo serviu para a produção, precipuamente, voltada à agropecuária, mas sem perder de vista a indústria de alta tecnologia, tornando-se um dos grãos mais

produzidos do mundo. Como afirma o autor,

A partir de la década de 1930 en la mayoría de países latinoamericanos se aceleró, aún más, la orientación comercial de haciendas y latifundios y fue evidente que el sector agropecuario seguía una tendencia de desarrollo capitalista. Para la producción agropecuaria empezó a contar más, y crecientemente, el mercado nacional, a veces en plena formación. Esto significó, en pocas palabras, que las haciendas se parecieron más a grandes empresas comerciales y que los campesinos empezaron a convertirse en jornaleros sin tierra, cuando no migraron a las ciudades o a las colonizaciones en zonas de frontera interior (Palacios, 2008, p. 10).

Durante esse período, intensificou-se ainda mais o processo da produção capitalista nas ditas sociedades agrárias, atendendo à dinâmica de desenvolvimento do sistema nas mais múltiplas escalas.

Desde a segunda metade do século XX até os dias atuais, a agricultura no estado de Sergipe foi passando por mudanças significativas na forma de produzir, nas técnicas aplicadas e nas relações de produção decorrentes, principalmente, das políticas agrícolas implantadas pelas ações do governo voltadas, principalmente, para a produção de agrocombustíveis.

Conceição (2011) afirma que o modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil, destarte, está pautado no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento. Intrínseco às economias periféricas, de produção de insumos primários, está a superexploração do trabalho, principalmente por não gerar postos de trabalho suficientes para utilizar os excedentes de força de trabalho disponíveis.

Antes do advento do agronegócio do milho, as terras de Simão Dias estavam voltadas para a produção de cultivos destinados à subsistência, sejam eles de lavouras temporárias ou permanentes, cujos produtos que se excediam ao consumo da unidade camponesa eram predominantemente comercializados nas feiras livres do próprio município e adjacências, como Pinhão, Paripiranga, Carira etc. Feijão, milho, batata-doce, mandioca (macaxeira/aipim), fava, hortaliças, abóbora, jaca, laranja, banana, dentre outros, eram os cultivos que sustentavam a comunidade, fornecendo os alimentos essenciais para a reprodução da vida.

Conforme enfatizado por Cunha (2015), à medida que as tecnologias e técnicas de produção foram viabilizadas e aprimoradas, o excedente agrícola gradualmente aumentou, proporcionando a alguns proprietários de terras a oportunidade de acumular capital e expandir suas propriedades. Esse crescimento favoreceu a

destinação de terras para a produção extensiva de bovinos, tornando-se a atividade econômica de maior destaque na região de Simão Dias, durante as décadas de 1970 e 1980.

A pecuária, então, reemergiu com destaque, assumindo uma posição proeminente no panorama econômico das terras de Simão Dias. O crescimento da produção pecuária impulsionou significativamente a economia local, o que permitiu aos proprietários rurais alcançarem maior prosperidade financeira e concentrar terras. Esse cenário se consolidou através da aquisição de mais terras, conferindo ao setor pecuário um papel crucial no contexto agrário da região.

No entanto, esse processo também trouxe consigo o aumento da desigualdade, com uma minoria perpetuando um processo de acumulação de renda e terras enquanto a maioria da população do campo estava inserida em uma situação de pobreza e miséria, com acesso limitado à posse de terras. A perpetuação da concentração de terras por parte de poucos proprietários contribuiu para o fortalecimento de uma elite rural, que detinha o controle sobre vastas extensões de terras e recursos produtivos. Essa concentração de poder reproduz uma distribuição desigual de renda.

Os dados dos Censos Agropecuários (1995/96, 2006 e 2017), referentes ao município de Simão Dias, apontam uma lógica semelhante de diminuição na quantidade de estabelecimentos, bem como no aumento significativo da área em hectares. Outrossim, apresentam uma variação profícua de ser analisada, observando a condição do produtor em relação as terras.

Observemos os dados da Tabela 6:

Tabela 6 – Número dos Estabelecimentos e área segundo a condição do produtor – Simão Dias (1995-2017)

	1995/96		2006		2017	
	Estabelecimentos (nº)	Área (h)	Estabelecimentos (nº)	Área (ha)	Estabelecimentos (nº)	Área (ha)
Arrendatário	332	98	74	332	40	3.295
Ocupante	169	330	158	326	3	X
Parceiro	58	39	26	167	32	185
Produtor sem área	X	X	22	0	1	X
Proprietário	4.212	42.513	3.908	37.993	3.200	33.816
Total	4.771	42980	4.188	38.818	3.491	39.825

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1995/96 – 2006 - 2017). (X) Dados não disponíveis.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

É conspícua a diminuição do número total de estabelecimentos do ano de 1995 a 2017, com uma redução de mais de 1.000 unidades. Também, é possível observar uma média semelhante relacionada à condição de proprietário das terras, saindo de 4.212 no ano de 1995 para 3.491.

Um dado que chama atenção é a redução da área de proprietários, de aproximadamente 89%, ao passo que a área arrendada aumentou, de 98 hectares para 3.295 hectares, um aumento de cerca de 33 vezes mais. A condição de parceria também apresentou um aumento significativo de aproximadamente 5 vezes mais em hectares.

Faz-se importante considerar, além disso, que do total de estabelecimentos em Simão Dias em 1995/96, foram compostos por pequenos produtores, visto que cerca de 3.963 estabelecimentos possuíam área menor que 10 hectares. Havia 373 estabelecimentos com área entre 10 e 100 hectares; 18 com área entre 200 e 500 hectares; 13 com área entre 500 a 2000 ha; e 2 com área de 2000 hectares ou mais.

Neste sentido, a análise dos dados acima revela uma transformação na dinâmica fundiária. Ao longo das últimas décadas, observa-se uma contínua diminuição no número total de estabelecimentos, apontando uma tendência de consolidação das terras. Isto é, com o número de proprietários diminuindo consistentemente, a extensão das terras arrendadas tem aumentado de forma significativa, especialmente no ano de 2017.

Inicialmente, observa-se uma redução expressiva no número de estabelecimentos arrendados, passando de 332 para 74 entre 1995/96 e 2006, e, posteriormente, diminuindo ainda mais para 40 em 2017. Contrastando com a diminuição nos números de estabelecimentos, a área total arrendada pelos produtores arrendatários apresentou um caminho oposto. A área passou de 98 hectares em 1995/96 para 332 hectares em 2006 e, surpreendentemente, aumentou significativamente para 3.295 hectares em 2017.

Isto aponta para uma mudança fundamental na forma como o controle da terra é exercido: não é mais determinado sumariamente pela posse direta ou pela propriedade. Ao invés disso, o arrendamento emerge como uma modalidade de utilização da terra de forma preeminente, permitindo, cada vez mais, que indivíduos ou entidades exerçam controle sobre grandes extensões de terras sem necessariamente possuí-las. Este cenário denota o movimento contraditório da

história no que concerne à lógica agrária, na qual o uso da terra através do arrendamento, torna-se igual ou, até mesmo, mais significativo do que a propriedade nos moldes tradicionais.

O processo de diminuição na quantidade de arrendatários e aumento na área de terras por arrendatário está intrinsecamente associado ao avanço do agronegócio, com a expansão significativa da produção de milho desempenhando um papel fulcral nesse contexto. A principal motivação desse processo se manifesta na busca incessante por lucratividade pelos grandes produtores do agronegócio.

Ao passo que o agronegócio vem se expandindo, a consolidação de terras se torna não apenas uma estratégia, mas uma condição basilar para a ampliação do poderio desses produtores. Assim, a expansão da produção de milho demanda substancialmente maiores extensões de terras, produzindo a imprescindibilidade de concessão de terras anteriormente cultivadas pela pequena produção camponesa, essencialmente via arrendamento.

Historicamente, a produção prevalecente em Simão Dias, o eixo motriz da economia se constitui nas atividades agropecuárias, uma vez que possui pastagens naturais em abundância, considerando sua vegetação propícia para atividade pecuarista, bem como, apresenta crescimento na pastagem artificial/plantada. Entretanto, têm-se observado, nas últimas décadas, o aumento da produção do milho, via lógica do agronegócio, ocupando, cada vez mais, área com a plantação de milho.

O agronegócio, portanto, constitui-se como um modelo de produção agrícola para atender ao mercado mundial com produção de *commodities*. Através dele, o capital agropecuário internacional se insere no campo e o transforma, atribuindo-o, especificamente no Brasil um caráter industrial, com utilização de tecnologia de ponta. De acordo com a lógica da mundialização do capital monopolista, essa realidade fica marcada por meio da produção agrícola que ocupa um papel específico e se estrutura em três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e nos monopólios mundiais (Oliveira, 2012).

A produção de milho em Sergipe teve um aumento considerável a partir da mudança no padrão de produção, em que foi adotado um pacote tecnológico, em substituição às práticas e técnicas tradicionais. O início da reestruturação do processo produtivo do milho se iniciou em 2003, no município de Simão Dias, a partir dos primeiros experimentos de competição de cultivares feitos pela Embrapa Tabuleiros

Costeiros, depois desse processo se espalhou pelos demais municípios do estado.

Tais políticas públicas de desenvolvimento em âmbito estadual consentem com a dinâmica nacional e internacional, sob o julgo das organizações monopolistas internacionais que determinam a configuração dos monocultivos.

O processo de ampliação de investimentos no setor produtivo do milho, especialmente em Simão Dias e em outros municípios do Centro Sul Sergipano e no Semiárido, se insere no contexto de crescimento da agropecuária, objetivando a utilização do cereal para abastecimento alimentar dos gados. Tem-se alavancado, também, o processo de produção de biocombustível que utiliza o milho como matéria-prima, o que requer maior alargamento da cadeia produtiva do milho via agronegócio, sem perder de vista sua importância para o balanceamento do mercado exterior de *commodities*.

A expansão da monocultura do milho em Sergipe está relacionada ao novo valor que a produção vem recebendo nos últimos anos, a crescente demanda impulsionada pelo setor de carnes tem promovido a alta dos preços do milho em grão, bem como do milho forrageiro. Esse panorama resulta em uma maior expansão do agronegócio gerando, conseqüentemente, o aprofundamento das relações de mercantilização da natureza pelo capital (Silva, 2020, p. 65).

A utilização de pacotes tecnológicos via introdução e intensificação do agronegócio tem modificado as relações no campo e as formas de apropriação da terra, tanto entre os produtores latifundiários, quanto entre os camponeses que detêm menores extensões de terras.

A mecanização do processo produtivo do milho em Sergipe encontra-se subordinada à indústria que tem como fundamento o monopólio da venda de insumos direcionados a esse cultivo. “Essa metamorfose acelerada que vem ocorrendo no campo causada pelo impacto da utilização de tecnologias demarca a presença do desemprego em atividades agrícolas, como a produção de milho” (Silva, 2020, p. 103).

O capital ao avançar pelo campo sergipano mostra sua força, sobremodo com o intensivo processo de mecanização das atividades agrícolas que permite a formação de supersafras de milho no estado. A territorialização de lojas de comercialização de insumos químicos nas áreas produtoras de milho e em centros urbanos próximos é um processo constante, a venda de maquinários, sementes e adubos geram altas receitas aos comerciantes de implementos agrícolas, com registros de expansão de suas atividades em diversos municípios (Silva, 2020, p. 112).

Os desdobramentos da reformulação da escala produtiva do capital, *in loco*, a

reestruturação produtiva do milho, concatena o desemprego, a subproletarização e a mobilidade, impondo novos significados ao trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Neste sentido, “a reestruturação produtiva sinaliza uma nova estrutura para a relação capital-trabalho que garante a maior exploração da mais-valia” (Costa, 2015, p. 293).

Oliveira (2007) aponta que as máquinas fazem surgir uma espécie de trabalhador destinado à sua construção, fazem também aumentar a quantidade de matérias-primas impulsionando a divisão social do trabalho.

Com esse novo padrão de produção no campo, especificamente em Simão Dias, através da produção de milho em larga escala, as relações sociais de produção vão sendo progressivamente alteradas. Com a introdução de uma nova lógica voltada para a extração de lucro por interposto do capital, ocorre o cerceamento dos moldes de produção camponesa, e os cultivos de subsistência vão desaparecendo aos poucos. Altera-se as relações sociais de trabalho, ao passo que os maquinários de alta tecnologia vão sendo penetrados no espaço agrário.

SEÇÃO II

METAMORFOSES E FLUXOS NO ESPAÇO AGRÁRIO: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO NA DANÇA CÍCLICA DO CAPITAL

“[...] O essencial é que lutes. Vida é luta. Vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal”.

(Machado de Assis)

“Esses trabalhadores, condenados a venderem-se como peças, são uma mercadoria como outra qualquer, e igualmente submetidos a todas vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado”.

(Karl Marx; Friedrich Engels)

É imprescindível para a relação capital, o processo de apropriação do trabalho. No campo, a utilização de pacotes tecnológicos via introdução e intensificação do agronegócio, estruturada na aliança público-privado, tem modificado as relações sociais. Sob o modo de produção do capital, a condição de “liberdade” do ser humano aparece de forma dissimulada, visto que corresponde integralmente à disponibilização da força de trabalho e opera na garantia da exploração capitalista.

A expansão do capitalismo construída no movimento da história se apresenta como um processo demasiado intenso, encontrando formas de se expandir pelas diversas esferas da sociedade, instaurando sua lógica de produção e ampliação de lucro, suprimindo formas de (re)produção da vida pré-existentes. O Estado, como propulsor do capitalismo, utiliza vários instrumentos legais para fomentar a penetração do capital nas mais variadas instâncias da sociedade. Estas ferramentas incluem a garantia do direito à propriedade privada dos meios de produção, políticas fiscais e monetárias que favorecem investimentos, reduzindo barreiras e incentivando o crédito. Também, é responsável pela implementação de zonas de livre comércio e acordos comerciais, buscando atrair capital estrangeiro.

A proteção à propriedade intelectual incentiva a inovação, enquanto os investimentos em infraestrutura promovem a circulação de capital e bens. Adicionalmente, a ênfase na formação e educação alinha a força de trabalho às demandas capitalistas. Para complementar, a desregulamentação e as políticas de privatização transferem ativos do domínio público para o privado, e os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento promovem inovação. Finalmente, os estímulos ao investimento estrangeiro garantem um fluxo constante de capital, solidificando a influência capitalista em todas as esferas da sociedade.

A lógica do agronegócio, atua como um modelo perspicaz desse processo no campo, impulsionado pelo capital. A relação convergente entre os avanços tecnológicos e as alianças entre os setores público e privado configura um processo de reestruturação das relações sociais e econômicas de produção. O movimento, cada vez mais ampliado, da expansão capitalista se manifesta na busca incessante pelo lucro e pela redefinição das formas de produção existentes. O espaço agrário se torna, desse modo, um campo concreto da expressão dessas transformações através do agronegócio.

II.1 As Contradições da Produção do Espaço Agrário: no Limiar do Vaivém do Capital

Na tentativa de traçar e compreender as contradições inerentes ao processo de produção do espaço agrário no íterim da relação capital-trabalho, faz-se jus a compreensão da categoria Espaço, ancorada na filosofia, para que possamos entendê-lo enquanto conceito de análise geográfica em uma perspectiva crítica de sua produção. Isto é, o Espaço que foi e é constantemente modificado, transformado, construído e produzido a partir das interações humanas ao longo do tempo.

O espaço agrário produzido se constitui uma manifestação física e social das ações humanas no qual reflete as interações existente entre os seres humanos, inseridos em uma lógica de produção. Por esse ângulo, as discussões acerca do espaço acompanharam os debates geográficos desde os íterins de sua constituição enquanto Ciência.

A palavra espaço, utilizada em demasia no cotidiano para representar determinadas áreas, locais etc., além de ser um importante conceito e categoria discutidos pela Filosofia e pela Física. Na Geografia, polissêmicas compreensões foram estabelecidas no decorrer do tempo, considerando as calorosas discussões filosóficas que marcaram este processo, chegou a ser considerado receptáculo, campo, vácuo, palco onde se desenrolava a vida dos seres humanos, dentre outros.

Concentramo-nos, aqui, na compreensão do espaço enquanto interação espaço-tempo, por entender que as determinações provenientes da reprodução das relações sociais inscritas ao longo do tempo histórico encontram objetivação no espaço. Tal espaço é compreendido como campo de efetivação das manobras contraditórias do tempo. Conforme afirma Smith (1988), o espaço absoluto se manifesta em termos geográficos na qualidade de produto da atividade humana, e o caráter absoluto de determinados espaços é produto social.

Nos interstícios da ciência geográfica, discussões acerca do espaço concebido como absoluto e relativo foram suscitadas e alcançaram níveis elevados de formulação. Smith (1988), analisando os escritos de Marx, chega à conclusão de que não foi por acaso que este incluiu explicitamente o espaço sob a rubrica dos valores de uso, entendendo que em atenção ao processo concreto do trabalho a concepção de espaço se constitui essencialmente absoluta, pois a particularidade do trabalho implica particularidade dos seus atributos espaciais.

Entretanto, com a realização do trabalho abstrato enquanto valor implica um sistema espacialmente integrado de troca de mercadorias, “em relações monetárias, em facilidades de crédito, até mesmo, na mobilidade de trabalho” (Smith, 1988, p. 129).

Segundo o autor, o desenvolvimento histórico do capitalismo impõe a universalização do valor progressivamente como forma do trabalho abstrato, assim:

Isso envolve não somente a produção do espaço geográfico através do desenvolvimento de redes de transporte, mas a integração progressiva e a transformação de espaços absolutos em espaços relativos; os espaços absolutos são a matéria-prima para a produção do espaço relativo. Além disso, vistas historicamente desta maneira, as determinações sociais da relatividade do espaço geográfico tornam-se aparentes. Não é Einstein, nem a Física, nem a Filosofia que, em última instância, determina a relatividade do espaço geográfico, mas é o processo atual de acumulação de capital (Smith, 1988, p. 129-130).

Entende-se aqui, de modo geral, o espaço geográfico enquanto o espaço da atividade humana compreendida em dimensões multiescalares. É entendido como a totalidade das relações espaciais produzidas e organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis e que constituem a fisionomia da estrutura e do desenvolvimento do modelo de produção (Smith, 1988).

O espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvido e desenvolvido, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico com um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho (Smith, 1988, p. 130).

A materialidade instalada na interação tempo-espaço não ocorre de forma estática e linear, como uma acumulação de coisas, objetos e elementos. De acordo com Conceição (2021), faz-se necessário encarar o espaço como ele é: um fato social, um fator social e uma instância social. “O espaço enquanto resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis, através da história” (Conceição, 2021, p. 11).

O espaço entendido a partir de uma concepção crítica em que este não é simplesmente receptáculo, mas sim resultado de uma interação entre Capital e Trabalho, é concebido através de sua produção: nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos *no* espaço, na verdade, produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando (Smith, 1988).

Como condição para o seu desenvolvimento, o sistema do capital herda um

mercado para seus produtos, que é organizado na escala mundial. Contudo, herda-se um modo de circulação que integra a escala mundial, o capitalismo tem que buscar tornar igualmente o modo de produzir. O processo de acumulação por acumulação e a exigência intrínseca da expansão econômica conduzem à ampliação espacial, assim como à ampliação social do domínio do trabalho, assalariado *ab initio* (Smith, 1988).

Lefebvre (2013) afirma que o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas ou apenas um produto entre os produtos, mas sim algo que envolve as coisas produzidas e compreende suas relações de coexistência e simultaneidade. Como um resultado de ações passadas, o espaço social permite que certas ações ocorram, sugere algumas e impede outras.

A contradição (quantitativa e qualitativa) da produção do espaço se constitui em um movimento de três vias: do espaço de consumo ao consumo do espaço mediante ao ócio e o espaço do ócio, isto é: "Da cotidianidade à não-cotidianidade através da festa (seja ela fingida ou não, simulada ou autêntica), ou do trabalho ao não-trabalho por meio da suspensão e questionamento (semifictício ou semirreal) do Trabalho." (Lefebvre, 2013, p. 387, tradução nossa).

É neste simulacro, de Mundialização do Capital, que a relação Capital-Trabalho é estabelecida na atualidade configurando as relações sociais, sobretudo, de trabalho. No campo, com a intensificação dos mecanismos tecnológicos, as transformações são sentidas pelos trabalhadores de forma acelerada e turbulenta.

Visto que a prática espacial não cria a vida sem a regular, o espaço não tem, por si só, nenhuma capacidade, e as contradições do espaço não estão determinadas por ele em si.

Son las contradicciones de la sociedad (entre una cosa y otra en la sociedad, por ejemplo, entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción) las que vienen a irrumpir en el espacio, a nivel del espacio, dando lugar a contradicciones espaciales (Lefebvre, 2013, p. 391).

De acordo com Lefebvre (2013), o espaço é produzido a partir de uma rede de atividades econômicas e técnicas, embora transcenda essas fronteiras. O espaço se configura enquanto um produto de natureza política e estratégica, encontrando naquilo que concebemos como "natureza", a sua matéria-prima essencial. Nessa direção, o espaço agrário não é produzido analogamente a produtos físicos tangíveis, já que não se constitui como uma simples agregação de lugares onde tais produtos

sejam cultivados ou processados.

São as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao espaço e ao território (Oliveira, 2004). Com esse espaço agrário produzido de forma desigual via políticas de Estado, ações do capital e os rebatimentos no processo de produção do espaço pelos trabalhadores nos territórios, entende-se que:

O espaço não é igualizado fora da existência, nem é diferenciado infinitamente. Antes, o padrão resultante é o do desenvolvimento desigual não num sentido geral, mas como um produto específico da dinâmica contraditória que dirige a produção do espaço (Smith, 1988, p. 139).

Seguindo essa dinâmica, de acordo com Oliveira (2016), ocorre a territorialização dos monopólios, bem como a monopolização dos territórios, visto que:

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica (Oliveira, 2016, p. 127).

O território do capital se estabelece ao passo que possui o monopólio da propriedade da terra de forma direta ou indireta, através do arrendamento, exercido pelos grupos econômicos monocultores-agroindustriais (Oliveira, 2016).

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir no campo, controlam por instrumento de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (Oliveira, 2016).

No Território do Milho⁵, precipuamente no município de Simão Dias, o capital

⁵ Elias (2006a-b), compreende que a produção/organização do território pode se estabelecer a partir dos produtos do agronegócio e que os territórios são organizados aliados às imposições ideológicas e de mercados, e os novos arranjos territoriais produtivos são inerentes ao agronegócio. Assim, os grandes conglomerados e as empresas agrícolas em geral atuantes no agronegócio resultam na reorganização produtiva do território. Entretanto, o “Território do Milho”, assumido nesse estudo, está intrinsecamente alinhado à compreensão das alterações nas relações sociais e de Trabalho, a partir da conceitualização realizada por Campos (2011), de Território do Agronegócio que assume a prerrogativa de que seja necessário para além de empreendimentos que concorram entre si e que disputem a maior fatia de lucro, que também implique um domínio nos seguimentos do espaço, ou seja, condicione os usos do espaço e que: “utilizam do poder econômico para adequar as decisões políticas a seus interesses; controlam o mercado de trabalho estabelecendo as condições e as remunerações, que servem de referência para outros setores da economia; atraem ou excluem investimentos de outros setores econômicos” (CAMPOS, 2011, p. 113). Simão Dias pode ser considerado parte do território do milho sergipano, à medida que se produz alterações nas relações sociais de produção, articulando toda uma estrutura espacial, territorial, econômica, produtiva e social para a produção e circulação.

monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, visto que ele cria, recria e redefine as relações sociais no campo.

A dinâmica contraditória da configuração do espaço agrário permeia a síntese da produção do espaço diferenciado. Essa complexa interação está enraizada em um contexto abrangente das forças produtivas que se relacionam direta ou indiretamente com a dinâmica de distribuição e consumo em uma escala global.

Carlos (2018) aponta que a produção do espaço implica intrinsecamente propriedade privada. Esta, por sua vez, direciona e delimita a maneira pela qual as interações de trabalho se concretizam, assim como fundamenta a administração e a partilha do resultado do trabalho. É através da propriedade que é definido como será consumido e por quem. No âmago dessa fundamentação, reside a origem que revela as disparidades inerentes a ela própria.

A intersecção entre as forças motrizes e contraditórias da produção no campo e a busca por um espaço diferenciado e adaptado criam um estratagema intrincada de relações que definem o cenário agrário. Nesse âmbito, a análise do espaço agrário transcende as fronteiras físicas, abrangendo a interdependência econômica e social que molda as características do campo em um contexto mundial.

É partindo dessa premissa que devemos analisar o processo de produção do espaço agrário e do território do milho, a partir de Simão Dias. Considerando que o ato de produzir é o ato de produzir o espaço, a produção do espaço agrário faz parte, portanto, da produção das condições materiais objetivas da produção da histórica humana (Carlos, 2018).

Nesse cerne, insere-se a lógica de reprodução espacial no campo, ao passo que constitui a reprodução do território. Deste mesmo modo, o território é compreendido de forma objetiva por meio do entendimento da construção de uma dinâmica contraditória do modo de produção capitalista no processo de inter-relação capital-trabalho (Conceição, 2005), engendrando o processo de espacialização das mazelas do capital, que se territorializa mediante as relações de poder e de domínio dos fluxos de mercado.

O conceito de território não pode ser entendido no estabelecimento de uma relação individualizada, de pertencimento ou de autonomia de sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade (Conceição, 2021). E como afirma

Souza (2009, p. 115) “a exigência de olhar o território como totalidade é fazer com que se explicitem os processos determinantes nas relações sociais e como eles são capazes de gerar negações ou afirmações concretas ao fundamento (do poder) do capital”. De acordo com Oliveira (2004),

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (Oliveira, 2004, p. 13).

A atuação dos seres humanos em interação e unidade e expressa no espaço ao longo do tempo assegura a existência em determinados territórios. Essa interação contínua, produzida pelo fluxo do tempo, tece o movimento da história em espaços e territórios específicos.

O agronegócio, enquanto um dos agentes de produção do espaço agrário, requer uma compreensão abrangente que o situa dentro de um contexto de totalidade. Em outras palavras, é necessário considerar as interconexões das relações espaciais que são organizadas e produzidas, variando em graus de padrões identificáveis que revelam a estrutura em evolução do modo de produção, conforme observado por Smith (1988).

Esse processo de produção agrícola está intrinsecamente ligado à necessidade de uma padronização do espaço geográfico, bem como ao espaço agrário, que, por sua vez, reflete a complexa interação entre o Capital e o Trabalho, comungando do prisma conceitual de Alves (2007), que entende o Capital como um modo de controle sociometabólico que instaura formas históricas de intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si, qualitativamente novas e radicalmente incomparáveis com os antecedentes históricos de controle do metabolismo social.

Conforme o poder do capital se expande e se consolida, uma metamorfose socioeconômica toma forma, delineando um espaço global fragmentado em parcelas distintamente definidas, muitas vezes, marcadas por fronteiras reais ou imaginárias, por vezes tão palpáveis quanto cercas brancas que delimitam territórios. Essa demarcação, que transcende o meio físico e adentra o âmbito conceitual, apresenta-se como um componente intrínseco às engrenagens do sistema capitalista contemporâneo (Smith, 1988).

À medida que o capital encontra novas maneiras de se expandir e influenciar diversos aspectos da sociedade, a divisão do globo em entidades juridicamente separadas é necessária para sustentar o fluxo contínuo de recursos, bens e ideias.

Essa divisão funcional se equipara à divisão geográfica da propriedade privada, que serve como fundamento para as relações que se produzem no espaço e o território agrário. No campo, essa rede de fragmentação complexa e multifacetada não apresenta implicações apenas no âmbito econômico, mas, sobretudo, no que concerne às relações sociais e territoriais de produção (Smith, 1998).

Com a processo do agronegócio, notadamente sob as novas formas de regulação do capital no século atual, a interseção entre os arranjos capitalistas e o movimento do capital global fortalece um processo de fragmentação, resultando no estabelecimento de estruturas de controle estrategicamente configuradas para manipular a sociedade em consonância com as demandas do capital.

É essencial enfatizar que, de acordo com Smith (1988), o relativismo do espaço geográfico está intrinsecamente vinculado à dinâmica entre espaço relativo e espaço absoluto, revelando-se de maneira inextricável do contexto capitalista. Nessa perspectiva, o próprio curso evolutivo do capitalismo tem alavancado a complexidade do processo de produção do espaço a patamares sem precedentes.

No entanto, essa evolução não se dá meramente pela expansão absoluta dentro de um espaço dado, mas sim pela intrincada diferenciação interna do panorama espacial global. Isto é: “através da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo” (Smith, 1988, p. 136).

Em síntese, o processo de diferenciação refere-se à variação e à desigualdade na escala global e, precipuamente, urbana nos ínterims do desenvolvimento capitalista, enquanto o processo de igualização se atrela à tendência do capitalismo de nivelar as condições e níveis de produção (Smith, 1988).

No processo de produção, o objetivo de criar excedente de valor, conhecido como mais-valia, implica necessidade de imobilização espacial prolongada de quantidades consideráveis de capital produtivo. Esse processo ocorre por intermédio de elementos, como fábricas, maquinário, redes de transporte, armazenagem e outras formas de melhorias, os quais permanecem fixos em determinados locais por períodos substanciais (Smith, 1988). Nesse sentido,

A imobilização espacial do capital desta maneira ou enquanto capitais nacionais delimitados pelas fronteiras da Nação-Estado, é simultaneamente a produção de um espaço geográfico diferenciado. Na medida em que a mobilidade de capital se iguala ao processo de imobilização, as tendências opostas se verificam, não ao acaso, mas numa diferenciação interna padronizada do espaço mundial. Portanto, à medida que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, a contradição aparentemente abstrata entre espaço absoluto e o espaço relativo se introduz, cada vez mais, na própria economia espacial do capitalismo. Enquanto a expansão geográfica absoluta do capital continua, as contradições que existem no tecido social do capital podem se apresentar em termos não-espaciais; o espaço pode ser tratado como algo exterior (Smith, 1988, p. 137).

É neste mesmo limiar em que Smith (1988) aponta que, à proporção que o processo de desenvolvimento envereda em direção a uma diferenciação mais profunda e intrínseca do espaço geográfico, a dimensão espacial das contradições não se limita à mera aparência. Pelo contrário, ela assume uma concretude ampliada, à medida que o espaço é progressivamente atraído em direção ao epicentro do capital. Esse evento revela a interação dinâmica entre os princípios de diferenciação territorial e as forças motrizes do capitalismo, destacando, assim, a complexidade subjacente ao arranjo espacial das atividades econômicas.

De acordo com Smith (1988), a tendência para a igualização está intrinsecamente ligada à tendência universalizante do capital. Isso se desdobra a partir do processo de produção do espaço geográfico em escala global como um espaço relativo, acompanhado pelos processos de diferenciação interna desse espaço geográfico em espaços absolutos distintos, operando em diferentes escalas. Essa tendência se expressa de forma mais perceptível a partir da consolidação do mercado mundial e do acelerado processo de circulação.

Deste modo, a mutualidade existente entre os processos de desenvolvimento centrado na diferenciação territorial e na dinâmica de produção do espaço agrário se estabelece em relevância para esta análise, ao mesmo tempo que a diferenciação profunda e interna do espaço geográfico ocorre, também influencia o modo como o espaço agrário é produzido e transformado.

A diferenciação é revelada por intermédio das delimitações, disparidades, desequilíbrios, desproporcionalidades que se interpõe à estrutura do capital global. Esses elementos se refletem em múltiplas fontes de variações geográficas, as quais elevam-se no âmago do contexto da tendência universalizante que é inerente ao funcionamento do sistema do capital.

Assim, torna-se conspícuo que tal determinação demonstra a teia complexa de interações econômicas e sociais globais, bem como evidencia como o movimento do capital se desdobra de maneira desigual e combinada. Isto significa dizer que a expressão do processo de igualização se revela mais claramente no Mercado Mundial e no processo de circulação. As tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização determinam a produção capitalista do espaço, inscrevendo-se enquanto lógica e padrão de um desenvolvimento desigual (Smith, 1988).

O espaço agrário é parte integrante do espaço geográfico e é multideterminado pelas forças econômicas e sociais que concretamente atuam para o processo de diferenciação territorial. A atração progressiva do espaço em direção ao cerne da relação capital sobreleva as múltiplas relações que se estabelecem nas diferentes escalas, inclusive na relação entre o espaço agrário e ao espaço urbano.

A própria dinâmica de diferenciação territorial e espacial possibilita a reconfiguração do espaço agrário a partir da produção de cultivos específicos, com alto índice de tecnologias, maquinários, sementes transgênicas, agrotóxicos etc., ao passo que desconfigura as relações de trabalho, na chamada divisão social e territorial do trabalho. Nesta direção, concordamos com Smith (1988), quando ele aponta que o desenvolvimento desigual se firmou enquanto uma Lei Universal da história humana e que se constitui a essência da contradição.

Entretanto, somente a partir da compreensão dialética da diferenciação e da equalização geográficas, enquanto determinações da universalização do trabalho abstrato, é que se pode alcançar as elucubrações acerca do desenvolvimento desigual na estrutura do capitalismo.

No transcurso do desenvolvimento desigual se incorpora a perspectiva de que distintas regiões, nações ou, até mesmo, setores intrínsecos a um mesmo território nacional podem trilhar caminhos de desenvolvimento discrepantes. Enquanto alguns destes podem experimentar um crescimento veloz e uma modernização considerada marcante, outros permanecem enclausurados em um estado de relativo “subdesenvolvimento”. Esta disparidade é frequentemente resultante da influência de múltiplas variáveis, como a exploração econômica, a alocação assimétrica de recursos e a ascendência do capital no escopo global.

Paralelamente, a noção de desenvolvimento combinado se entrelaça com a perspectiva de que as sociedades ou regiões que ascendem em ritmo menos

acelerado podem alcançar a capacidade de assimilar ou amalgamar componentes das sociedades mais avançadas com suas próprias infraestruturas sociais e econômicas preexistentes. Isso pode culminar na emergência de formas de desenvolvimento singulares e híbridas, em que traços contemporâneos e arraigados coexistem e interagem de maneiras intrincadas e complexas (Smith, 1988).

Isto é, a análise do desenvolvimento desigual consiste em uma ferramenta teórica e conceitual para compreender as tessituras intrincadas e as disparidades subjacentes ao avanço do sistema do capital em escala global. Sob este prisma, se torna possível a leitura mais aprofundada e articulada dos mecanismos pelos quais o espaço agrário é produzido, concebendo a complexidade do processo de desenvolvimento tecnológico no campo via agronegócio, à medida que ocorre as transfigurações do trabalho aliado ao processo de concentração fundiária.

Todavia, a compreensão da relação dialética de diferenciação e igualização geográficas é imprescindível para a análise do desenvolvimento desigual, mas não opera enquanto corolário decisivo. Há uma imperativa disparidade no processo de desenvolvimento atrelada às possibilidades de igualização da escala espacial inerentemente associada à viabilidade do sistema capitalista. Isto equivale a dizer que, com a tendência para o equilíbrio espacial, sugerindo uma possível igualização, o processo de desenvolvimento é continuamente frustrado por forças igualmente poderosas.

Segundo Smith (1988), mesmo que a tendência intrínseca à igualização das taxas de lucros faça esforços notáveis através da mobilidade do capital em circulação, sua capacidade de se difundir no espaço é limitada. Isso se deve ao fato de que, quanto mais a produção atinge alguma condição de equilíbrio espacial, maior é o incentivo competitivo para os capitalistas individuais subverterem as bases desse equilíbrio, frequentemente, por meio de inovações tecnológicas etc.

Assim, existe uma dualidade nesse processo de funcionamento da relação Capital. Se de um lado a propensão à homogeneização das taxas de lucros poderia impulsionar a busca por um equilíbrio espacial, operando na direção de nivelamento das discrepâncias entre as distintas áreas geográficas, por outro lado, a intensificação da concorrência e o incentivo constante à inovação tecnológica por parte dos capitalistas atua como fatores disruptivos. A possibilidade de equilíbrio espacial sob o espectro do capital é limitada. Portanto,

Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma "superfície de lucro" produzida pelo próprio capital, em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro. Mas o próprio processo de desenvolvimento leva à diminuição dessa taxa de lucro mais alta (Smith, 1988, p. 212).

Há uma demasiada interconexão entre o processo de acumulação de capital e o desenvolvimento desigual atrelado à produção do espaço agrário, sobretudo, via agronegócio. O fluxo concentrado de capital em busca de encadeamentos que possibilite altas taxas de lucro determina os processos de estruturação da forma de produzir no campo.

O subdesenvolvimento, como o desenvolvimento, ocorre em todas as escalas espaciais e o capital tenta se movimentar geograficamente de tal maneira que continuamente explora as oportunidades de desenvolvimento, sem sofrer os custos econômicos do subdesenvolvimento. Isto é, o capital tenta fazer um "vaivém" de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para, então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida e, assim, sucessivamente (Smith, 1988, p. 213).

O agronegócio, enquanto agente que opera sob a égide do capital, reflete essa dinâmica ao atrair e concentrar investimentos e recursos em áreas onde pode obter retorno desejável alinhado à hiperbólica extração de lucros. Possibilitando a expansão do setor de produção agrícola em áreas específicas, com utilização de tecnologias de ponta, produzindo e intensificando a miséria a partir das transfigurações do mundo do Trabalho.

II.II Agronegócio e Reestruturação Produtiva: no Desvelar da Relação Capital

O processo chamado de modernização da agricultura no Brasil teve sua manifestação mais significativa no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da década de 1960, e esteve atrelado ao capital internacional e à acumulação. Em contraponto ao ideário de modernidade que estava sendo colocado em voga, perpetuava-se a dicotomia do conservadorismo arraigado, operando pela continuidade do arquétipo fundiário que perdura no território brasileiro desde os primórdios de sua colonização.

De acordo com José Graziano da Silva (1998), essas transformações permitiram a constituição de uma nova síntese na chamada harmonia da produção sociedade-natureza, a partir de então, baseou-se no conhecimento e no controle, cada vez maior, da natureza e na reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. Ocorreu em demasia e de forma acelerada a entrada de grandes empresas no campo – seja envolvida diretamente no processo de produção agrícola e pecuária, seja envolvida na comercialização e industrialização de produtos agrícolas, seja envolvida na venda de insumos aos produtores agrícolas (Martins, 1981, p. 11).

Nesse contexto, foram instituídos aparelhos estatais destinados ao direcionamento e à transformação do setor agrícola, valendo-se de instrumentos, como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (PAAA), dentre uma série de outras iniciativas correlatas.

No contexto subsequente ao término da Segunda Guerra Mundial, uma evolução de natureza substancial ocorreu, sendo esta descrita por Delgado (1985) como o processo de "Tratorização" (Tabela 7). Esse episódio se caracterizou por um notável incremento no emprego de tratores agrícolas e fertilizantes, embora não tenha apresentado um correlato aumento significativo quando se considera a extensão territorial cultivada. Contudo, foi, a partir da década de 1970, com a expansão do crédito voltado tanto para o setor rural quanto para o agroindustrial, que as condições se tornaram propícias para a intensificação das interações técnicas no âmbito agrícola.

Tabela 7 – Número de tratores e área (ha)/tratores, Brasil (1940 – 2006)

Ano	Número de tratores	Área/tratores
1940	3.380	5.572,61
1950	8.372	2.280,82
1960	61.345	468,04
1970	165.870	204,88
1980	545.205	105,88
1995	803.742	62,41
2006	820.718	73,83

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

A partir dos dados acima, é possível observar que houve um crescimento absoluto no número de tratores no campo brasileiro, com um sutil aumento a partir da década de 1940, mas com um salto vultoso entre as décadas de 1960 e 1980.

Em 1940, havia uma média de 5.572,61 hectares por trator, indicando uma baixa mecanização na agricultura da época. A densidade de hectares por trator diminui consistentemente ao longo dos anos, indicando um aumento na adoção de maquinário agrícola. O declínio mais acentuado na densidade de hectares por trator ocorreu entre 1940 e 1960. A partir da década de 1960, o ritmo dessa redução desacelera. Outra diminuição significativa é observada entre os anos de 1980 e 2006, indicando avanços contínuos na mecanização da agricultura.

Mesmo com o aumento no número absoluto de tratores, a densidade de hectare por trator diminui. Isso sugere que, embora mais tratores estivessem sendo usados, eles estavam sendo distribuídos por uma área de terra bem menor, ou seja, indicando uma expansão na utilização de mecanização via tratores por hectare.

Neste percurso, ocorreram impactos que se estenderam até meados dos anos 1990, testemunhou-se um movimento significativo no setor agrícola. Esse período foi marcado pela crise do crédito rural, cujas consequências reverberaram amplamente. Um dos desdobramentos mais notáveis foi a gradual diminuição da integração entre os setores agrícola e industrial. Esse encadeamento foi observado, por exemplo, na desaceleração do processo de mecanização agrícola, considerando a inibição dos investimentos privados.

No entanto, cumpre ressaltar que a colaboração entre os âmbitos público e privado desvelou-se de significância incontestável neste contexto. Daí emergiu alternativas e modalidades estratégicas delineadas para a potencialização do setor agroindustrial. As relações de produção no campo alcançaram determinado nível de desenvolvimento tecnológico, conforme esperado pelas máquinas promotoras, todavia, as relações sociais no campo permaneceram baseadas no estigma da concentração fundiária e da exploração da força de trabalho.

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura (Delgado, 2012, p. 91).

O desenvolvimento trazido pela “modernização conservadora” chegou a poucos grupos, enquanto a maior parte da população que vivia no campo, permaneceu atrelada a uma agricultura camponesa não industrializada.

É importante compreender o emaranhado contraditório das relações sociais que atravessava o espaço agrário neste contexto. Os fios de conflitualidade existente entre o modo de produzir da agricultura camponesa para a agricultura capitalista se posicionam no epicentro das políticas estatais que se sucederam. De acordo com Delgado (2012), a agricultura camponesa pode ser adequadamente conceptualizada como uma forma de relação mercantil simples, que pode ser sintetizada na forma M-D-M (mercadoria- dinheiro – mercadoria) em que as famílias camponesas vendem no mercado sua produção e obtêm dinheiro – com o qual adquirem novas mercadorias necessárias à sua reprodução social.

Os seguimentos da economia agrária com elevada parcela de produção autoconsumida no estabelecimento agrícola, predominância do trabalho familiar e reduzida utilização de insumos não-agrícolas na produção, apresentam um circuito de intercâmbio semelhante ao de uma economia mercantil simples, ainda que possam estar subordinadas a uma economia

capitalista mais avançada. Para esses agricultores, a inserção no sistema de crédito será geralmente periférica e grandemente atendida pelas fontes usurárias tradicionais (Delgado, 2012, p. 24).

Em contrapartida, a economia capitalista se orienta por um circuito característico da economia monetária da produção na qual o padrão de intercâmbio segue a trajetória Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro (D-M-D). Neste cenário, emerge a tendência ao aumento das necessidades de capital de giro, à medida que a agricultura se moderniza e demanda mais insumos externos. Tal evento decorre do crescimento da mercantilização em múltiplos domínios de mercado, em concomitância à crescente monetização das transações comerciais (Delgado, 2012).

É no interior desta complexa tessitura econômica que assume proeminência as instituições bancárias. Estas detêm, de maneira efetiva, quase um monopólio sobre uma mercadoria singularmente particular – o dinheiro. Consequentemente, tais instituições financeiras desempenham um papel crucial, uma vez que são incumbidas de intermediar, de forma praticamente indispensável, as demandas em expansão por crédito, tanto de curto prazo quanto de longo prazo, por parte do setor agrícola (Delgado, 2012).

A partir disso, os bancos, quer atuando individualmente ou em parceria com o Estado, arrogam-se o papel de estabelecer os parâmetros financeiros que irão orientar as atividades no ano-safra, desempenhando, desta forma, um papel crucial na regulação da produção agrícola. De acordo com Delgado (2012), esse conjunto de mecanismos financeiros desempenhou um papel definidor nas diretrizes para o setor. Os elementos desse conjunto incluem não apenas os preços mínimos dos produtos agrícolas, mas também os valores essenciais para o custeio, variando de acordo com os diferentes produtos, as regiões de produção e os níveis tecnológicos empregados.

Sob esse cenário, vale ressaltar que a definição desses parâmetros e sua implementação resulta em malefícios para o modo de produzir da agricultura camponesa, alinhado ao direcionamento dos recursos para setores e cultivos específicos, de interesse dos bancos e do Estado, ou seja, em atendimento às demandas do Capital. Segundo Alves (2007), o capital em seu processo de expansividade global irrefreável e incontrolável aparece, mais do que nunca, como uma totalidade concreta em movimento sistêmico, permeada de contradições dilacerantes.

As alianças estabelecidas entre o capital e os agentes da terra, como os grandes proprietários latifundiários recebem do Estado total aparato de apropriação. A questão do financiamento público pode ser vista como exemplo da viabilização da monopolização da terra pela especulação. Essa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no campo, segundo Oliveira (2007) apresenta traços específicos, como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz consigo transformações nas relações de produção na agricultura e, conseqüentemente, redefinem toda a estrutura socioeconômica e política no campo.

Nas últimas décadas, o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle, expande-se mundialmente apropriando-se de todos os lugares (Conceição, 2011, p. 4).

Um aspecto adicional sujeito à análise, destacado por Delgado (2012), é a interligação dinâmica entre uma diversidade de capitais. Isso se manifesta através da fusão entre capitais agrários, industriais, comerciais e bancários. Essa confluência resulta no fornecimento de suporte financeiro tanto no interior das corporações quanto no âmbito das políticas governamentais.

Esse complexo cenário ilustra um método distinto de operação, caracterizado pelo entrelaçamento singular entre o capital financeiro e agricultura brasileira, visto que “o capital em geral, agrário, industrial, comercial, bancário etc. penetrou a fundo no negócio de terras, detendo sob a forma de títulos patrimoniais, os direitos legais sobre vastas extensões de terras ociosas e produtivas” (Delgado, 2012, p. 68).

A integração do capital financeiro com a agricultura compreende o fortalecimento de um sistema de crédito rural e de mecanismos de incentivos fiscais e financeiros do Estado, intensificação de relações interindustriais (com a fusão de capitais agroindustriais no setor privado e a consolidação de conglomerados multisetoriais) e a transformação no mercado de terras (Silva, 2015, p. 76).

No decurso das intrincadas nuances envolvendo os processos de investimentos e créditos rurais com a transição após o término da Ditadura Militar e a regulação desta política de modernização conservadora pela máquina estatal. A interação entre as esferas financeira, social e agrária reconfigurou as relações e transformou o espaço agrário brasileiro, que se concatenou com um contexto de Neoliberalismo, o qual

ganhava relevância no cenário brasileiro na aurora da década de 1990 e preconizava a redução do papel do Estado na economia e a abertura aos mercados globais.

A conjuntura internacional de abundância de capital transitando pelas economias emergentes, como a brasileira, leva o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real), uma política de completa abertura em matéria de atração de capital externo (Delgado, 2012, p. 81).

Os ventos dessa liquidez internacional impulsionaram uma abordagem política de comércio exterior caracterizada por uma notável liberalização. Essas transformações se fundamentam no tripé de elementos interconectados: em primeiro lugar, o câmbio sobrevalorizado que fora empregado como estratégia para fortalecer a competitividade das exportações, tornando os produtos nacionais mais atrativos no mercado global; segundo, as tarifas ultra mitigadas, na tentativa de reduzir as barreiras comerciais para a entrada dos produtos estrangeiros; por último, a desregulamentação das políticas de fomento agrícola e industrial, visando estimular a produtividade e a inovação nos determinados setores (Delgado, 2012).

O arquétipo do ajuste neoliberal, ao ser analisado em profundidade, manifesta-se como um processo complexo que desencadeia efeitos multifacetados sobre a estrutura socioeconômica. Nesse contexto, a abertura irrestrita às forças do mercado global exerce um papel determinante na reconfiguração das dinâmicas de renda fundiária e agrícola. A desvalorização subjacente da renda fundiária, precipitada por essa abordagem, atua como um agente catalisador da transformação, incitando a reavaliação das políticas de reforma agrária.

A compressão do valor intrínseco da terra, quando observada em uma perspectiva crítica, desencadeia uma série de implicações que ressoam através das camadas da estrutura social. Sob a égide da desvalorização da terra, emerge a oportunidade paradigmática de redefinir a utilização e o acesso a esse recurso primordial. No entanto, é pertinente notar que tal acontecimento não se restringe unicamente ao âmbito territorial e da propriedade da terra; em vez disso reverbera nas esferas do poder econômico e social que os latifúndios tradicionalmente ostentam.

O jogo político e social concreto do período pós-constituente – anos 1990 marcadamente envereda por uma das tendências, a da vertente neoliberal – produz forte processo de desmontagem das instituições estatais gestoras do projeto de “modernização conservadora”, sem que houvesse construído, até a grave crise cambial de 1999, uma orientação estratégica à expansão da agricultura capitalista, seja pela vertente constitucional da “função social”, seja pela vertente dos mercados estruturados pelos complexos agroindustriais. Operam-se várias reformas administrativas setoriais nos

governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC) I e II. A primeira e mais forte consiste na desmontagem final dos institutos de fomento por produto – IAA, IBC e CTRIN-DTRIG, claramente identificados como vestígios da Era Vargas. A segunda consiste na reestruturação da política comercial operada pela Conab no exercício da política de preços agrícolas e da gestão de estoques públicos, e bem assim do fomento produtivo dos Planos Anuais de safra (Delgado, 2012, p. 84).

Nesse contexto, manifesta-se de maneira recorrente uma diminuição progressiva anual do *quantum* de crédito rural concedido, o qual havia desempenhado o papel preponderante, em períodos pretéritos, enquanto o principal veículo de integração técnica e estímulo ao desenvolvimento econômico no âmbito rural. A citada atenuação creditícia é uma decorrência intrínseca da própria lógica de desmonte das instituições gestoras da política agrícola.

A manifesta complexidade inerente ao complexo processo de reestruturação capitalista e a concomitante implementação do ajuste neoliberal não devem passar despercebidas. A intensificação latente da concorrência, em contexto permeado pela troca inexorável dos valores de mercado, assume a forma de força que influencia os rumos da estrutura socioeconômica. No Brasil, esses processos engendrou uma metamorfose no modo de exploração da força de trabalho, delineando uma nova forma de organização da produção capitalista.

A ideologia disseminada, no considerado território brasileiro, está associada à destituição do debate da questão agrária enquanto uma problemática a ser posta à mesa, o que, produz-se então políticas para a suavização da aguda discrepância social que assola o campo brasileiro, no que concerne o acesso a terra pelos trabalhadores.

Elimina-se o debate da necessidade da alteração da estrutura agrária, uma vez que está posto a integração capital agrícola, industrial e financeiro. O campo passa a ser visto através de um mercado de trabalho que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (Conceição, 2013, p. 88).

Emerge, desse contexto, o chamado agronegócio, a partir, sobretudo, da década de 2000. De acordo com Oliveira (2006), é necessária a distinção conceitual entre agricultura e agronegócio. O primeiro se refere às atividades econômicas milenares de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade e o segundo trata-se de uma atividade de monocultivo de exportação e corresponde à atividade econômica da produção de *commodities* para o mercado

mundial.

Campos (2011) e Delgado (2012), partem da premissa de que o agronegócio não pode ser entendido de forma simplificada pela tradução livre do termo *Agribusiness*, que remete à operacionalização da produção e distribuição de produtos agrícolas ou agropecuários. Ambos os autores entendem o agronegócio como uma articulação de capitais, que busca ampliar o processo de acumulação no campo.

Coadunando com essa perspectiva, Delgado (2012) dilucida que na acepção brasileira, o agronegócio é “[...] uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2012, p. 94).

Compreende-se a necessidade histórica de se pontuar e averiguar as práticas discursivas realizadas pelo capital na proposição do agronegócio por se constituir instrumento de acumulação capitalista, principalmente por impactar a dinâmica espacial e territorial do Brasil, criando tipos específicos de estruturas geográficas. O imperativo do capitalismo implica, conseqüentemente, reconfiguração espacial, objetivando a superação de possíveis barreiras à acumulação (Harvey, 2005).

A sede da expansão do agronegócio é tamanha, e os latifundiários que controlam a grande maioria das terras passam a difundir o discurso das potencialidades naturais do país, como forma de garantir a apropriação de novos territórios, em que buscam expropriar os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, que se reproduzem historicamente em muitas dessas áreas (Souza; Conceição, 2008, p. 105).

Desde a sua origem, as roupagens do *Agrobusiness*, agronegócio-latifundiário-exportador, têm sido consideradas como símbolo da modernidade no campo, mas por trás da aparência moderna, esconde a barbárie da exclusão social e a expropriação da população do campo. No processo de desenvolvimento desigual, o modelo agroexportador acumula o capital dos donos dos meios de produção, ao mesmo tempo em que cerceia o trabalho no campo, através da utilização de tecnologias e maquinários no processo produtivo, transformando a mão de obra em descartável (Shimada, 2010).

O agronegócio se constitui peça fundamental para o entendimento das transformações ocorridas no campo envolvendo o mundo do trabalho, servindo como um dos instrumentos para a ampliação de lucros e extração de mais-valor. De acordo

com Delgado (2012), no contexto brasileiro, o agronegócio nada mais é do que uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. As determinações dessa associação materializam uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob as ações regulatórias e patrocínio de políticas de Estado.

Portanto, o agronegócio, tido como uma intrincada confluência de capitais, interliga-se direta e indiretamente [...]:

[...] com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *lócus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais (Campos, 2011, p. 109).

A engrenagem capitalista denominada agronegócio conta com agentes que controlam os processos produtivos em terras próprias e/ou arrendadas, que intensifica a exploração da força de trabalho, promove a reestruturação no mercado de trabalho, ampliando consideravelmente o deslocamento em busca de postos de trabalho (Campos, 2011).

A acumulação, no contexto do sistema de produção capitalista, configura-se como um motor primordial cuja potência aumenta de forma continuada. Esta característica inerente ao próprio processo de produção capitalista corrobora uma dinamicidade que impulsiona de forma incessante a sua expansão. O sistema do capital não apenas demonstra esse processo como também modela e reconfigura o mundo em que vivemos (Harvey, 2005). Força enraizada na busca incessante por lucros e no ciclo de reinvestimento de capitais acumulados, incumbindo processos de inovação tecnológica, de expansão de mercados, na reconfiguração de estruturas produtivas e de trabalho.

Nesse cenário, a mundialização do capital vividamente revela a lógica prejudicial inerente a ele, evidenciando como a busca implacável por lucro resulta em consequências destrutivas a sociedade. Essa lógica,

[...] se manifesta através do desemprego de massa e da miséria física e espiritual das massas. O lúgubre cenário de pós-modernidade é reflexo social da financeirização da riqueza capitalista. O novo dado da economia política do capital altera a dinâmica sistêmica e atinge sua base de reprodução social. Na ótica da financeirização, a produção propriamente dita perde sua centralidade sistêmica. Entretanto, como uma contradição insana, a lógica da produção de mercadorias e o mundo do trabalho abstrato continuam sendo o

centro de gravidade da sociedade do capital (Alves, 2007, p. 180).

O processo de introdução das tecnologias e intensificação da mecanização no processo produtivo do campo, via agronegócio, surge como fatores de pauperização do trabalhador do campo que passa a sofrer o trauma do desemprego tecnologicamente controlado, e o Estado assume papel preponderante desse processo em coadunação com a iniciativa privada.

Consoante Engels (2017), o Estado capitalista assume papel de regulador de conflitos entre as classes sociais em prol da classe dominante, atua como forma a garantir essa dominação de uma classe pela outra. A garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos e a proteção dos mecanismos de acumulação são instrumentos legais criados pelo Estado para fomentar a mobilidade do trabalho e do capital. Além disso, “como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, o Estado burguês é necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho” (Harvey, 2005, p. 85). Segundo Campos (2011)

[...] as modernas produções do agronegócio no Brasil se desenvolvem sob uma arcaica estrutura fundiária e com o apoio de uma “mão bem visível” do Estado. Portanto, existe no Brasil e muito provavelmente em outros países latino-americanos, uma tríplice aliança formada pelo agronegócio-latifúndio-Estado, que cria as condições favoráveis para territorialização do agronegócio no contexto de implantação das políticas neoliberais no país (Campos, 2011, p. 121).

O fundamento capitalista de produção atinge as diversas camadas, e, como ressalta Mészáros (2011, p. 96), “o sistema capitalista não é uma entidade material ou um mecanismo, ele é uma forma incontrolável de controle sociometabólico”. Do mesmo modo acontece no espaço agrário, principalmente no período de reestruturação produtiva, em que há maiores políticas governamentais em prol de uma mecanização do campo via agronegócio.

No que consiste à realidade dos trabalhadores do campo no movimento da história, estiveram atrelados à realização doutras atividades a fim de complementação. Conforme assevera Thomaz Jr. (2004), a grande maioria da população do campo (com pouca terra ou acesso precário a ela), vive essencialmente das atividades relacionada à agricultura, complementando renda com outras atividades.

No bojo do agronegócio e nos modos de produção da agricultura capitalista, os

processos de reestruturação produtiva no campo se tornam evidentes, uma vez que ambos os processos estão intrinsecamente entrelaçados. As determinações do agronegócio como modelo dominante de produção no campo trouxeram consigo uma reconfiguração significativa das práticas produtivas e das relações sociais e econômicas no campo.

Sob o ideário da busca constante pela considerada eficiência da produção e pela busca incontrolável pela maximização de lucros, impulsionou-se a adoção de tecnologias, cada vez mais avançadas, a mecanização intensiva e a padronização dos cultivos para produção em larga escala, preservando a concentração fundiária e redução da força de trabalho envolvida nos cultivos.

Delgado (2012) assevera que o segundo governo de FHC estabeleceu uma política estruturada para potencialização do agronegócio, a qual sentenciou tais iniciativas:

- 1- Um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais do agronegócio;
- 2- Um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio;
- 3- Uma regulação frouxa do mercado de terras, de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas;
- 4- A mudança da política cambial, que, ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida;
- 5- Reativa-se a provisão de crédito rural nos planos de safra, iniciada com o programa MODERFROTA e retomada com vigor no período 2003/2010 (Delgado, 2012, p. 94).

Na década de 2000, o Mercado Mundial aparece bastante receptivo às *commodities* em rápida expansão no ramo de *Feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes e celulose, que, juntamente com os produtos minerais, dominaram as exportações brasileiras no período de 2000-2010 (Delgado, 2012).

Alinhado ao processo de reestruturação produtiva, que, segundo Alves (2007), envolve mudanças nas estratégias de produção e organização do trabalho. Isso pode incluir a adoção de novas tecnologias, mudanças na gestão e organização do trabalho e alterações nas relações de trabalho, como a terceirização e outras formas mais flexíveis de contratação.

O surgimento do complexo de reestruturação produtiva mais recente ocorreu no âmbito da terceira revolução industrial. Essa transformação foi impulsionada pela revolução tecnológica na área de microeletrônica e pela expansão das redes telemáticas e informacionais.

Esse movimento se apoiou fortemente na globalização do capital e no entrelaçamento social do que pode ser chamado de "metabolismo da barbárie". Isso culminou na formação de um mundo precário do trabalho, redefinindo profundamente as bases da atividade laboral. Neste sentido, "para se mundializar o capital, transforma as relações de trabalho e de produção pré-existentes no campo, insere tecnologia e inter-relaciona agricultura e indústria com o propósito de auferir lucro em escala planetária" (Costa, 2015, p. 281).

Esse movimento alinhado à reestruturação produtiva, caracterizada pela flexibilização e precarização do trabalho, bem como pela adoção de sistemas de produção industrializados, acelerou e determinou as relações sociais de produção no espaço agrário, onde a agricultura camponesa, com a égide de práticas de cultivo tradicionais, perdeu espaço e a competição global e a demanda por *commodities* passam a ditar as diretrizes da produção no campo.

Deste modo, a lógica do agronegócio emerge como um elemento central no processo mais amplo de reestruturação produtiva e de reprodução ampliada do capital, redefinindo a maneira como a produção no campo é concebida, operacionalizada e compreendida dentro do cenário contemporâneo. De acordo com a lógica da mundialização do capital monopolista, essa realidade fica marcada através da produção agrícola que ocupa um papel específico e se estrutura em três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e nos monopólios mundiais (Oliveira, 2012).

Segundo Costa (2015), a efetiva mundialização do capital emerge intrinsecamente do contínuo avanço das fronteiras científicas e tecnológicas nos domínios dos sistemas de transporte e comunicação. Essa trajetória inexorável, em confluência com as intrincadas dinâmicas das relações capitalistas de produção e com a evolução concomitantemente da reestruturação produtiva, engendra a decomposição e transfiguração das próprias fundações das relações de trabalho.

Esse processo de reestruturação no processo produtivo no campo está associado, sobremaneira, à utilização de sementes transgênicas, de agrotóxicos, de

maquinários, subsidiados, em parte pelas políticas de Estado, visando o “desenvolvimento”.

Ainda que passando por uma monumental reestruturação produtiva, o capital, mesmo sob enorme impacto das profundas mutações tecnológicas, não pode eliminar cabalmente o trabalho vivo do processo de mercadoria. Ele pode incrementar ao máximo o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentando desse modo, a produtividade do trabalho de modo a intensifica as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que o tempo e espaço se transformam nessa fase dos capitais globais destrutivos (Antunes, 2005, p. 14).

O agronegócio, seguindo a lógica do sistema capitalista, encontra meios de se reproduzir e perpetuar seu caráter acumulativo, de segregação e de super-exploração. A lógica do agronegócio se insere nas entranhas da sociedade, impactando os diversos setores e camadas.

Neste sentido, é possível observar a intensa relação do Estado com a setor do agronegócio, para potencialização da produção de milho, a partir dos dados extraídos do Sistema de Operações do Crédito Rural (SICOR), de investimentos aplicados em Simão Dias (Tabela 8):

Tabela 8 – Valor de investimento (R\$), para o cultivo de milho, Simão Dias (2013-2023)

<i>Ano</i>	<i>Valor do Contrato (R\$)</i>
2013	3,325,101.52
2015	3,569,023.38
2017	4,017,405.90
2018	521,450.28
2019	1,261,969.31
2021	5,621,310.88
2023	14,787,180.05

Fonte: Banco Central (BC), 2023.

Organização: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

É possível observar a partir dos dados apresentados, na Tabela 8, que, ocorre um acentuado crescimento dos investimentos nos contratos para o cultivo de milho

em Simão Dias. No intervalo de apenas 10 anos, houve um crescimento acelerado e, se em 2013 os investimentos e custeios alcançavam a marca de um pouco mais de três milhões, em 2023 esse valor chegou a quase quinze milhões de reais. Os investimentos e custeios realizados para o monocultivo do milho em Simão Dias são provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). Além disso, há financiamento sem vínculo a programa específico. Esses dados demonstram o aumento do poder do agronegócio na região.

Essa tendência de crescimento nos valores dos contratos ao longo dos anos reflete um processo de maior integração e de maior articulação da parceria público-privado, via ação do Estado e dos grandes produtores. O processo de consolidação da agricultura capitalista, a partir dos investimentos no monocultivo do milho, subsume os modos de produção camponesa e as pequenas unidades de produção familiar. Ancorado no discurso de potencialização da agricultura familiar, o PRONAF e o PRONAMP atuam como instrumentos de homogeneização da produção no campo, impondo aos pequenos e médios produtores a lógica do monocultivo do milho.

Essa supressão do modo de produção camponês é um rebatimento significativo dessas mudanças que vêm ocorrendo no campo. À medida que o agronegócio ganha, cada vez mais, força, os pequenos produtores camponeses e os modos de produção tradicionais se tornam, ainda mais, subordinados. Com acessos a investimentos e tecnologias limitados, boa parte da sua produção vai sendo engolida pela dinâmica do agronegócio e produzindo a necessidade de migração em busca de postos de trabalhos em outros setores.

Ademais, a transformação dos processos de agricultura reconfigura as relações sociais, econômicas, espaciais, territoriais e de trabalho. Isso inclui alterações na dinâmica de uso da terra, a partir da propriedade e do arrendamento, com elevação do processo de concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Sob essa lógica, essa dinâmica associada às transformações nas relações de trabalho, marcadas pela mecanização, pela utilização de sementes transgênicas e de substâncias agrotóxicas, produz a necessidade de substituição da força de trabalho humana.

II.III O Desvelar da Composição Orgânica do Capital no Compasso do Agronegócio

Para entendermos o que é composição orgânica do capital, é necessário que compreendamos os movimentos que acontecem no processo de reprodução do capital, na sua dinâmica de acumulação. No processo de produção capitalista, o valor é investido na produção e, através do processo de exploração da força de trabalho, é gerado mais valor do que foi inicialmente investido. Esse valor adicional é o que Marx considera a mais-valia, o qual constitui a base para o processo de acumulação de capital.

Quando se analisa um processo produtivo pela ótica do valor constata-se que a cada ciclo produtivo o valor é investido em duas formas de capital: constante e variável. Segundo Marx (1988), fazem parte do capital constante os gastos com meios de produção, como máquinas, instalações, matérias-primas e outros insumos, cujo valor não altera durante o processo produtivo. O valor desses itens é transferido para o produto final, mas nesse processo não há criação de valor novo. O capital variável é constituído somente pela força de trabalho e corresponde à soma global dos salários de um determinado processo produtivo. O capital variável recebe esse nome porque, ao longo do processo produtivo, há uma variação no valor, à medida que a força de trabalho cria mais valor do que o necessário para sua reposição.

Marx (1988) denomina como composição orgânica do capital a proporção em que o valor do capital total se reparte em Capital Constante (CC) e o Capital Variável (CV). Quanto maior for a proporção do valor investido em CC, maior é a composição orgânica do capital. Portanto, a composição orgânica do capital se eleva sempre que há aumento dos investimentos em máquinas, equipamentos, insumos, entre outros, de modo que proporcionalmente se reduz à participação do capital variável.

Sendo assim, a Composição Orgânica do Capital⁶ nada mais é do que a proporção existente entre a massa dos meios de produção utilizados e o montante de trabalho exigido para seu emprego. Ou seja, a sua expressão em termos de valor, que é a proporção existente entre capital constante e capital variável. Marx (1988) compreendeu essas possibilidades enquanto composição-valor, que corresponde à relação entre os custos dos meios de produção e os custos da força de trabalho, mas

⁶ Ao longo do texto, onde se trata despretensiosamente de Composição do Capital, deve-se entender sempre a sua Composição Orgânica.

ele também analisa o que denominou de composição a técnica do capital, que consiste na relação existente entre a proporção entre os meios de produção físicos utilizados e a quantidade de trabalho humano necessário para operá-los.

Para entendermos a composição técnica do capital, podemos imaginar que um capitalista do setor agrícola adquira determinada quantidade de maquinários, mas não tem trabalhadores disponíveis para operá-los. Ou seja, é necessário haver uma adequação técnica entre a massa dos meios de produção a serem operados e massa de força de trabalho para operá-los.

Os inúmeros capitais individuais empregados em uma específica esfera produtiva exibem entre eles uma constituição heterogênea em diversos graus. A média de suas configurações individuais nos apresenta a estrutura do capital compreensivo desse setor produtivo. Em última análise, a média amalgamada das composições medianas de todos os setores produtivos nos revela a configuração do capital societal de uma nação [...].

Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital (Marx, 1988, p. 178-179).

Ao passo que o capital cresce anualmente, soma-se ao capital inicial – o que aumenta as transformações da realidade social da força de trabalho e faz com que surja mais oportunidades de investimentos de novos capitais, em novos mercados, em novas esferas etc. Isso significa que o capital de um investidor ou empresa não apenas cresce com o tempo, mas esse crescimento é adicionado ao montante inicial.

Vale salientar que o período anual que Marx se refere não quer dizer especificamente ao período anual do calendário, como afirma Luxemburgo (1970):

Não importa que essas transferências não se verifiquem literalmente todos os anos, do mesmo modo que as designações “primeiro, segundo, terceiro anos etc.” do esquema de Marx não se referem, necessariamente, aos anos do calendário civil, podendo significar quaisquer períodos de tempo. Finalmente, as modificações na composição orgânica do capital, assim como na taxa de mais-valia podem-se situar tanto no primeiro, terceiro, quinto ano etc., como no segundo, sexto, nono etc. Devemos levar isso em conta em geral e considerá-lo como fenômenos periódicos. Se o esquema assim se

completa, além desse método de acumulação, haverá anualmente um déficit crescente de meios de produção e um excedente crescente de meios de consumo (Luxemburgo, 1970, p. 288).

Com o tempo, à medida que os negócios se expandem, a necessidade de trabalhadores também cresce. Se essa demanda superar a quantidade de trabalhadores disponíveis, os salários começarão a subir. Esse aumento contínuo na contratação pode eventualmente levar a uma situação em que os empregadores precisam oferecer salários mais altos para atrair a mão de obra necessária (Marx, 1988).

Marx (1988) pontua que, mesmo que as circunstâncias de existência e de reprodução da classe trabalhadora melhorem mediante o aumento salarial, não modifica em nada a condição básica da produção capitalista.

Os trabalhadores precisam constantemente se disponibilizar ao capital (ou seja, às empresas e aos proprietários dos meios de produção) como uma ferramenta para criar valor. Eles não conseguem se desvincular dessa relação porque precisam de empregos e salários para sobreviver. Ainda que os trabalhadores mudem de um empregador para outro, eles estarão sob a dinâmica do sistema capitalista. Esta dependência dos trabalhadores em relação ao capital é uma parte essencial do processo de reprodução do capital (Marx, 1988).

Ao invés de tornar-se mais intensiva com o crescimento do capital, torna-se apenas mais extensiva, isto é, a esfera de exploração e de dominação do capital apenas se expande com suas próprias dimensões e com o número de seus subordinados (Marx, 1988, p. 182).

A “produção de mais-valia ou a geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção”, afirmou Marx (1988, p. 182). Sendo assim, por mais que o salário sofra elevação e com isso ocorra uma melhoria nas condições de existência dos trabalhadores a partir de aumento do seu poder de compra de mercadorias e serviços, não se altera a condição geral de exploração.

O processo de conversão de determinada quantidade de trabalho não pago em valor adicional do salário, jamais pode chegar a um determinado nível que impeça ou dificulte o processo de acumulação, pois se este fato aparece no horizonte, essa diminuição da acumulação de capital remove a causa de sua diminuição, que é a desproporção entre o capital e a força de trabalho explorável. Assim, o preço do trabalho cai novamente para um nível que corresponde às necessidades de

valorização do capital (Marx, 1988).

Em outras palavras, se a acumulação de capital (ou seja, o reinvestimento de lucros para continuar a expansão da produção) desacelera devido ao aumento do custo do trabalho (salários mais altos), então a motivação para acumular capital (lucro) diminui. No entanto, se a acumulação de capital diminui, a demanda por trabalho também diminui, o que, por sua vez, leva a uma redução nos salários. O capitalismo detém seus próprios mecanismos para corrigir os desequilíbrios que cria temporariamente, sem alterar a condição essencial da sua própria reprodução.

Outro fato importante que Marx (1988) chama atenção é para a questão que envolve a diminuição ou aumento da força de trabalho ou da população trabalhadora. Não é ela que torna o capital disponível, mas sim a acumulação ou redução de capital que causa flutuações na oferta e demanda de força de trabalho e determina alterações nos salários.

Portanto, aparece como se esses movimentos decorressem dos movimentos próprios da força de trabalho, quando na verdade são impulsionados pela acumulação de capital. Segundo, Marx (1988, p. 184) “nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador”.

No defluir da sua análise, Marx (1988), coaduna com os pressupostos econômicos de Adam Smith, de que não é a riqueza total ou o tamanho do capital já acumulado que determina o aumento dos salários, mas sim o ritmo contínuo de acumulação de capital e a rapidez desse crescimento. Isso implica aumento de salários, quando há um rápido crescimento do capital, em vez de depender do montante total de capital ou da riqueza social. Entretanto nessa análise primeira, Marx afirma que não se deve parar por aí, visto que essa se constitui uma fase particular de um processo mais amplo. Assim,

Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação, surgem sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação (Marx, 1988, p. 185).

A produtividade do trabalho é definida como a quantidade de meios de produção que um trabalhador pode transformar em produto num determinado período

de tempo. É destacado que os meios de produção (como máquinas, matéria-prima etc.) têm um papel duplo em relação à produtividade. Primeiro, quando a produtividade aumenta, mais matéria-prima é processada num determinado período de tempo. Isso é uma consequência da produtividade elevada. Por outro lado, certos meios de produção (como maquinaria avançada) são pré-requisitos para essa produtividade elevada. Ou seja, sem eles, o trabalho não seria tão produtivo. Este é o papel dos meios de produção como condição para a produtividade (Marx, 1988).

De acordo com Marx (1988), à medida que a produtividade do trabalho aumenta, a proporção do trabalho em relação aos meios de produção tende a diminuir. Isso significa dizer que menos trabalho é necessário para operar ou processar uma quantidade crescente de meios de produção. Em outras palavras, os "fatores objetivos" do processo produtivo (máquinas, materiais etc.) tornam-se mais proeminentes no que se refere ao "fator subjetivo" (o trabalho humano).

A produtividade do trabalho se expressa nos termos da quantidade de meios de produção que um trabalhador pode processar e em como a produtividade está intrinsecamente ligada à relação entre o trabalho humano e os meios de produção. Aumentar a produtividade implica uma mudança nessa relação, na qual o trabalho humano se torna proporcionalmente menor em comparação com os meios de produção que ele opera ou processa.

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de componente variável. De um capital, por exemplo, calculados em percentagem, originalmente são investidos 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho; mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, são investidos 80% em meios de produção e 20% em força de trabalho etc. Essa lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável é confirmada a cada passo (como já desenvolvido acima) pela análise comparativa dos preços das mercadorias, quer comparemos diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes na mesma época (Marx, 1988, p. 185).

Com o avanço da tecnologia e da produtividade, uma porção maior do capital total é investida em meios de produção (capital constante) em relação ao capital variável. O processo de maximização da força produtiva do trabalho requer um alto grau de cooperação. Essa cooperação permite a divisão e combinação do trabalho, concentração de meios de produção, uso conjunto de ferramentas e maquinários avançados, e a aplicação de tecnologia e ciência na produção. Em um sistema em

que a produção é dominada pela propriedade privada (capitalistas possuem os meios de produção, e os trabalhadores vendem sua força de trabalho), esse alto grau de cooperação e força produtiva só é possível com a acumulação de capital nas mãos de poucos (capitalistas). Portanto, a produção em larga escala só é viável sob a forma capitalista (Marx, 1988).

À medida que o capital acumula, ele se torna a base para uma produção em maior escala, que, por consequência, leva à produção acelerada de mais-valia. Portanto, há um ciclo retroalimentado em que a acumulação de capital contempla uma produção capitalista mais avançada, que leva a uma acumulação ainda mais rápida de capital. Marx (1988, p. 187) afirmou que “toda acumulação se torna meio de nova acumulação”. Com a interação entre a acumulação de capital e a produção capitalista, há uma mudança na composição técnica do capital. Isso equivale a dizer que uma porção, cada vez menor, do capital é investida em força de trabalho (capital variável) em relação à parte investida em meios de produção (capital constante). Isto é, a acumulação só é possível porque o capital constante aumenta proporcionalmente a diminuição do capital variável (Marx, 1988).

Faz-se profícuo compreendermos que todo capital pertencente a um capitalista se constitui uma coleção de meios de produção e uma força de trabalho sob seu comando. A acumulação de mais capital serve como um meio para uma maior acumulação. À proporção que a riqueza é acumulada, não só serve como capital, mas também se concentra nas mãos de poucos capitalistas. Esse procedimento amplia a base da produção em larga escala e os métodos utilizados no processo de produção especificamente capitalista.

A riqueza da sociedade, representada pelo capital social, cresce através da expansão de vários capitais individuais. Mesmo que os capitais individuais cresçam, a concentração dos meios de produção aumenta. Novos capitais emergem, enquanto outros se fragmentam devido a várias razões, incluindo a divisão de patrimônio entre membros da família capitalista (Marx, 1988).

Ao mesmo tempo que a acumulação resulta em uma maior concentração dos meios de produção, também causa uma dispersão. Isso quer dizer que, embora mais recursos estejam concentrados nas mãos de alguns capitalistas, o número total de capitalistas também pode aumentar. Esse aumento ocorre em virtude do surgimento de novos capitais e da fragmentação de antigos.

Contrariando a dispersão, os capitais individuais também têm uma tendência a se unir. Isso vai além da simples acumulação, refere-se à capacidade dos maiores capitalistas de absorver ou expropriar os menores. Em outras palavras, os capitais maiores podem se "centralizar" ao assumir capitais menores. Enquanto a centralização é um processo pelo qual os capitais já estabelecidos são reunidos sob uma única entidade ou indivíduo, o qual envolve a redistribuição de capitais já existentes, levando a um maior poder nas mãos de menos entidades, a acumulação refere-se ao aumento global de riqueza e aos meios de produção (Marx, 1988).

Há uma tendência do capitalismo em direção à centralização, na qual menos entidades controlam porções, cada vez maiores, do capital. Esta centralização é impulsionada pela concorrência, eficiência na produção e sistemas de crédito. A concentração se refere ao crescimento real do capital, em contrapartida a centralização refere-se à reorganização do capital existente.

A competição no mercado capitalista é travada por causa da redução dos preços das mercadorias. A capacidade de reduzir os preços, mantendo tudo o mais constante possível, depende da produtividade do trabalho. A produtividade do trabalho, por sua vez, depende da escala da produção. Isto significa afirmar que os capitais maiores, aqueles que têm os meios para a produção em larga escala e de forma mais eficiente, tendem a superar os capitais menores.

Neste sentido, com o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, cresce o tamanho mínimo de capital necessário para operar um negócio em condições normais. Os capitais menores vão sendo empurrados para as esferas de produção em que a grande indústria ainda não dominou. É neste transcurso que surge o sistema de crédito. E como afirma Marx (1988, p. 188), "à medida que se desenvolve a produção e a acumulação, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização".

Há uma diferença substancial entre centralização e concentração. Enquanto a concentração se refere à acumulação de capital em larga escala cada vez maior (reprodução em escala ampliada), a centralização pode ocorrer sem o aumento real na quantidade total de capital. A centralização envolve uma reorganização dos capitais já existentes, concentrando-os nas mãos de menos proprietários.

A centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Seja esse último resultado agora consequente da acumulação ou da

centralização; ocorra a centralização pelo caminho violento da anexação — onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados — ou ocorra a fusão de uma porção de capitais já constituídos ou em vias de constituição mediante o procedimento mais tranquilo da formação de sociedades por ações — o efeito econômico permanece o mesmo (Marx, 1988, p. 188).

O processo de centralização complementa o processo de acumulação, porém a acumulação é um processo em que um capital cresce lentamente ao longo do tempo, através de revestimento e reprodução, ao passo que a centralização ocorre quando diferentes partes do capital social se juntam ou se reagrupam. Evidentemente, no entanto, esse último processo acontece em um movimento mais veloz.

A centralização não só acelera a acumulação, mas também muda a composição do capital. Por exemplo, mais investimentos podem ser feitos em máquinas (parte constante), em vez de força de trabalho (parte variável). Isso reduz a demanda por trabalho. Quando capitais se juntam rapidamente através da centralização, eles também podem crescer e acumular mais aceleradamente do que capitais individuais.

Logo, quando falamos sobre acumulação atualmente, também estamos falando sobre os efeitos da centralização. Novos capitais criados por meio de acumulação são frequentemente usados para explorar novas invenções e melhorias. Por outro lado, até mesmo o "velho capital" chega a um ponto em que é completamente renovado ou atualizado com tecnologias mais recentes, sendo mais eficiente e requerendo menos mão de obra para operar mais máquinas e materiais.

[...] o velho capital alcança com o tempo o momento de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador. Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (Marx, 1988, p. 189).

No sistema capitalista, o modo de produção e o crescimento da eficiência do trabalho evoluem em conjunto. Esta evolução não se limita apenas ao ritmo de acumulação de capital ou ao crescimento da riqueza geral. Na verdade, sua progressão é muito mais acelerada, refletindo as dinâmicas complexas inerentes ao

capitalismo. Além da simples acumulação, que pode ser vista como o crescimento total de capital, há um processo de centralização no qual unidades individuais de capital se unem. Além disso, toda vez que há uma inovação técnica em novos investimentos, essa inovação tem um efeito cascata, influenciando e melhorando o modo como o capital existente é usado (Marx, 1988).

A composição do capital muda à medida que o capital se acumula. No início do capital, ele pode apresentar uma proporcionalidade uniforme, ou seja, onde for investido 50% em capital constante e 50% em capital variável, todavia, conforme a acumulação avança, essa proporção muda. Com o aumento de investimentos em máquinas e materiais, diminuem-se proporcionalmente os investimentos em força de trabalho.

Neste sentido, a necessidade de força de trabalho não aumenta de forma proporcional ao crescimento do capital total. Inclusive, quanto mais capital é acumulado, mais a demanda por força de trabalho em relação ao capital total tende a diminuir. Mesmo que mais trabalhadores sejam necessários, devido ao aumento do capital, a proporção de capital variável – ou seja, de capital gasto com pagamento da força de trabalho –, diminui em relação ao capital gasto com os meios de produção – máquinas, matéria-prima, tecnologias etc.

Sob esse viés:

[...]a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (Marx, 1988, p. 190).

O movimento de acumulação de capital, ao se retroalimentar e se expandir, cria uma situação em que há mais trabalhadores disponíveis que postos de trabalho. Concatenando para a aparição do chamado exército de reserva. Essa “superpopulação” de trabalhadores é relativa às necessidades do capital. É importante que se mencione que, no conjunto da sociedade, o movimento de acumulação de capital pode variar de acordo com as condições materiais que lhes são impostas. Todavia, independente do setor, há flutuações na demanda por força de trabalho, o que pode encadear a falta de postos de trabalho suficiente.

A superpopulação é um produto do próprio funcionamento do capitalismo, mas, paradoxalmente, também se torna essencial para a continuação da acumulação de capital. A economia fundamentada no modo de produção capitalista é edificada em

um ciclo oscilatório, de momentos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação. Entendamos esse percurso cíclico enquanto momentos de expansão e contração, apenas para entendermos que essas oscilações são alimentadas pela disponibilidade do exército de reserva. Quando a economia está em crescimento, trabalhadores são absorvidos, quando em momento de recessão, muitos são descartados para sustermem o exército de reserva.

Ao passo do transcurso da história do capitalismo, a superpopulação se tornou mais latente, tendo em vista que, nos estágios iniciais do capitalismo, o crescimento era mais lento e havia uma maior estabilidade entre a acumulação de capital e a demanda por força de trabalho. Ao passo que o sistema do capital se desenvolveu, os ciclos de expansão e retração tornaram-se mais notáveis, e a superpopulação tornou-se uma característica mais latente. Essa dinâmica, de exército de reserva e os ciclos de crescimento e de recessão, é intrínseca do capitalismo moderno. Não se constituem meros fenômenos temporários, esses fazem parte do *modus operandi* do sistema do capital.

Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural (Marx, 1988, p. 193).

Os capitalistas consideram mais lucrativo obter mais trabalho de menos trabalhadores, ou seja, fazer com que os trabalhadores trabalhem mais, ao invés de contratar mais operários, dado que é mais econômico no que concerne os gastos de capital variável. Os salários são, basicamente, determinados pela relação existente entre o exército ativo e o exército de reserva. Nos momentos de crescimento econômico, quando há postos de trabalho disponíveis para uma quantidade relativamente inferior de trabalhadores, o salário sobe. Quando em momento de contração, em que há maior disponibilidade de trabalhadores e menos postos de trabalho, os salários tendem a cair.

Com o salário em baixa, a população trabalhadora é mais e mais dizimada, de modo que em relação a ela o capital volta a ficar excessivo, ou, também, como outros o explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque. Assim, reaparece a condição em que a oferta de trabalho é mais baixa do que a demanda de trabalho, o salário sobe etc. Belo método de movimento, este, da produção capitalista desenvolvida! (Marx, 1988, p. 195).

O movimento dos salários não é apenas influenciado pelo número absoluto de trabalhadores, mas também pela relação entre oferta e demanda. Em outras palavras, não é somente o tamanho da população trabalhadora que importa, mas também a dinâmica entre capital e força de trabalho.

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem. *Les dés sont bipés*. O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a, porém mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores (Marx, 1988, p. 197).

É neste interregno que, quando os trabalhadores percebem que quanto mais trabalham e quanto mais produtivos se tornam, mais riquezas eles produzem para os capitalistas em vez de para si mesmos. Bem como, ao passo que se tornam mais produtivos, sua posição relativa no sistema de reprodução do capital se torna ainda mais precária.

Marx (1988) entende que há três categorias de superpopulação e que destaca os desequilíbrios gerados pelo sistema capitalista na alocação da força de trabalho, a saber: líquida, latente e estagnada. Dentro da superpopulação líquida, encontramos oscilações no emprego nos núcleos da indústria moderna, refletindo a natureza volátil da demanda por força de trabalho nessas áreas. O número total de trabalhadores empregados cresce, embora em proporção sempre decrescente em relação à escala de produção.

A superpopulação latente se manifesta principalmente no campo, onde os trabalhadores, mesmo em grande número, permanecem invisíveis até que uma ampla oportunidade de migração para centros urbanos se apresente, submetendo-os frequentemente a condições salariais mínimas e a um risco constante de empobrecimento. O trabalhador rural é, portanto, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo.

E, por fim, a superpopulação estagnada faz parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela fornece ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Ainda que façam parte da força de trabalho ativa, sua situação precária serve como um vasto reservatório de força de trabalho barata que o sistema capitalista pode explorar conforme a

necessidade, consolidando, assim, uma base para a exploração mais intensa do capital em certos setores (Marx, 1988).

Marx (1988, p. 199) afirma que “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo”. Essa camada social, então, consiste em três categorias: os aptos ao trabalho; os órfãos e crianças indigentes; e, por fim, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Assim, o pauperismo se constitui como asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e como o peso morto do exército de reserva.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também, a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho (Marx, 1988, p. 200).

Dessa forma, entende-se que, quanto maior a camada larenta da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior é o pauperismo oficial. Segundo o autor essa é a lei geral da acumulação capitalista.

Tendo como base essa análise da composição orgânica do capital e da lei geral da acumulação capitalista é que se busca ler o processo de reestruturação produtiva no campo, impulsionado pelo agronegócio e pelo uso intensivo de tecnologias modernas, como os maquinários avançados, sementes transgênicas e agrotóxicos.

Ao passo que o agronegócio se consolida no campo, ocorre rebatimentos na composição orgânica do capital, isto é, a proporção de capital investido em maquinário e tecnologia (capital constante) aumenta em relação ao capital investido em força de trabalho (capital variável). Com a introdução de tecnologias de ponta, há uma alteração na dinâmica de necessidade de força de trabalho para o exercício de determinadas atividades, reduzindo assim os postos de trabalho.

A introdução da produção em larga escala, impulsionada pela dinâmica do agronegócio, se apropria da terra tradicionalmente ocupada pela agricultura camponesa, o que rebate diretamente em possíveis deslocamentos dos agricultores. Muitos desses agricultores detinham uma relativa autossuficiência e sua produção quando escoava era no contexto local, à medida que ocorre redução das ocupações,

são forçados a buscar pelos postos de trabalho em outras áreas ou se tornam parte da superpopulação relativa.

Embricado nesse processo, o crescimento da superpopulação relativa no campo tende a levar a uma pressão descendente sobre os salários e piorar as condições de vida para muitos trabalhadores do campo. Não simplesmente em uma relação causa e efeito, mas de acordo com as contradições inerentes do processo de acumulação de capital.

A superpopulação relativa, ao constituir um exército de reserva de força de trabalho, permite ao capital manter salários baixos, uma vez que haverá um contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados disponíveis para serem absorvidos em tempos de expansão econômica e descartados em tempos de contração.

Os censos agropecuários vêm revelando mudanças na composição de capital nos processos produtivos da agricultura brasileira. A Tabela 9 traz a evolução do quantitativo de pessoal ocupado e de tratores que é um dos exemplos de como tem se ampliado o investimento em capital constante e reduzido em capital variável.

Tabela 9 – Série Histórica dos Censos Agropecuários – Brasil (1975 – 2017)

	1975	1980	1985	1995/96	2006	2017
Estabelecimentos	4 993 252	5 159 851	5 801 809	4 859 865	4 859 865	5 073 324
Área Total (ha)	323 896 082	364 854 421	374 924 929	353 611 246	333 680 037	351 289 816
Pessoal ocupado	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 568 205	15 105 125
Tratores	323 113	545 205	665 280	803 742	820 718	1 229 907
Estabelecimentos com uso de agrotóxicos	1 456 127	1 981 269	1 947 786	1 714 169	1 396 077	1 681 740
Estabelecimentos com uso de agrotóxicos (%)	29,2	38,4	33,6	35,3	27	33,1

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1975 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Os dados da Tabela 9 nos revelam um retrato inquietante do processo de evolução agrícola entre 1975 e 2017 no Brasil. Enquanto a mecanização agrícola, evidenciada pelo aumento substancial do número de tratores, acelerou, houve uma redução alarmante no pessoal ocupado, indicando uma latente substituição da força de trabalho humana por máquinas. E o quantitativo elevado de estabelecimentos com uso de agrotóxicos também indica que as práticas agrícolas estão se inclinando para modelos mais intensivos em insumos externos que também reduzem a demanda de trabalho humano.

Neste sentido, percebe-se que, ao longo dos anos, ocorre uma tendência de crescimento do capital constante (com o aumento da mecanização e utilização de agrotóxicos) e uma diminuição no capital variável (com a redução no pessoal ocupado). Essa transição está imbricada com o processo de modernização nos processos produtivos via agronegócio, no qual a mecanização e a intensificação da produção levam a uma menor necessidade de força de trabalho.

Outrossim, é notável, ao observar a diminuição do pessoal ocupado, uma queda relativa no capital variável em comparação ao capital constante, cerca de 25% entre os anos de 1975 e 2017, enquanto o número de tratores quase quadruplicou em um mesmo período. Essa mudança em direção a um maior capital constante em detrimento do capital variável denota um processo de intensificação da industrialização da agricultura. Em busca de maior eficiência, os rebatimentos desse processo levam a escassez de postos de trabalho, à criação de uma superpopulação relativa e à dependência de insumos externos.

Esta transformação está intimamente ligada à reestruturação produtiva no campo, que é influenciada pelo avanço do agronegócio. O agronegócio, buscando otimizar a produção e maximizar os lucros, tende a favorecer práticas que impliquem aumento da composição orgânica do capital.

A reestruturação produtiva, neste contexto, refere-se à mudança na maneira como a produção agrícola é realizada. A introdução de tecnologias avançadas, sementes transgênicas e agrotóxicos e máquinas com capacidade produtiva cada vez maior representa uma tentativa de intensificar a produção, aumentar os rendimentos e, em última análise, maximizar os retornos sobre os investimentos. Contudo, isso frequentemente leva à marginalização agricultores camponeses, que não podem competir com os grandes conglomerados do agronegócio em termos de investimento

tecnológico.

Em resumo, a composição do capital no setor agrícola está aumentando, refletindo uma maior dependência de capital constante e uma menor dependência de capital variável. Isso, combinado com as práticas e prioridades do agronegócio, está impulsionando uma profunda transformação nos processos produtivos no campo, com implicações significativas para os trabalhadores rurais, a paisagem agrícola e a própria natureza da produção de alimentos. A Tabela 10, evidencia, por um lado, a expansão quantitativa da produção de *commodities* nesse contexto de avanço do agronegócio, e, por outro, a redução da produção de produtos básicos da alimentação da população brasileira, como feijão e mandioca.

Tabela 10 – Quantidade produzida (t), culturas selecionadas – Brasil (1975 – 2017)

	1975	1985	1995	2006	2017
Laranja	3.667	9.473	12.502	12.175	13.298.769
Cana-de-açúcar	79.959.024	229.882.037	259.806.703	407.466.570	638.689.875
Feijão	1.598.252	2.235.810	2.063.722	1.136.694	1.292.645
Mandioca	11.672.739	12.432.171	9.099.213	11.912.630	6.559.289
Milho	14343556	17.774.404	25.510.505	41.427.611	88.099.622
Soja	8.721.274	16.730.087	21.563.768	46.195.842	103.156.255

Nota: A produção de laranjas foi contabilizada em quantidade de frutos nos censos agropecuários de 1975 a 2006. Entretanto, com a mudança na metodologia no ano de 2017, foi divulgada a fórmula de conversão de frutos para toneladas, ou seja, 6,25 laranjas equivalem a 1kg. Assim, a conversão foi realizada para toneladas.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1975 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Na Tabela, a seguir, vemos essa mesma realidade a partir do uso da terra. A área utilizada para o cultivo das três maiores *commodities* do país se ampliou muito nesse século XXI, ao passo que a área usada para o cultivo de feijão e mandioca vem sendo sistematicamente reduzida. A expansão das áreas dominadas pelo agronegócio também tem relação com o aumento da composição orgânica do capital, uma vez que as máquinas e insumos com maior capacidade produtiva criam as

condições objetivas para que ocorra esse aumento extensivo da produção.

Tabela 11 – Área plantada (ha), culturas selecionadas – Brasil (1975 – 2017)

	1975	1985	1995	2006	2017
Laranja	252.098	632.525	946.886	596.917	519.549
Cana-de-açúcar	1.860.401	3.798.117	4.216.427	5.682.376	9.127.645
Feijão	3.895.498	5.928.033	4.085.523	2.189.850	778.342
Mandioca	1.307.251	1.635.594	1.233.138	1.708.486	740.611
Milho	10.741.210	12.040.441	10.602.139	11.604.043	15.783.895
Soja	5.656.928	9.434.686	9.479.893	17.883.318	30.722.657

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1975 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

A partir da análise dos dados apresentados, na Tabela 11, é possível identificar o processo de expansão do agronegócio ao longo das décadas. O aumento considerável na produção de culturas como cana-de-açúcar, milho e soja sugere a crescente influência e expansão do agronegócio no Brasil.

Entretanto, o que chama atenção é a redução significativa da produção de cultivos alimentares, ao passo da potencialização da produção de *commodities*. Como é o caso da produção de feijão, um alimento básico na dieta brasileira, que diminuiu ao longo do tempo, particularmente entre 1995 e 2006. E, por fim, a produção de mandioca permaneceu relativamente estável, com pequenas variações ao longo das décadas.

Um ponto de latente importância a ser observado é a discrepância entre quantidade de terras direcionadas os cultivos do agronegócio e a quantidade de terras voltada à produção de gêneros alimentares. Tomemos como exemplo o caso da soja, cuja área aumentou quase seis vezes no período considerado – passou de 5.656.928ha em 1975 para 30.722.657ha em 2017. Em oposição, a produção de feijão, alimento presente no cotidiano da população brasileira, diminuiu consideravelmente sua área de cultivo, entre os anos de 1975 e 2017, com uma redução de aproximadamente 5 vezes menos.

A diminuição da produção de gêneros alimentares tradicionais da população brasileira indica a transição e a expansão dos cultivos produzidos pelo agronegócio, com a utilização intensiva de tecnologias e a diminuição substancial da necessidade de força de trabalho. A produção de *commodities* se estabelece em uma economia de escala, isto é, exigindo exponencialmente grandes extensões de terras e, 'cada vez mais, altos índices de mecanização e tecnologias.

Ao compreendermos o agronegócio como um processo central de produção de *commodities* para exportação, entendemos a ocorrência de um aumento no capital constante. Cultivos como a soja, a cana, o milho, a carne bovina são frequentemente produzidos em grandes propriedades com alto índice de mecanização, no qual a tecnologia substitui, de forma sumária, a força de trabalho. A transição para a produção voltada à exportação, via agronegócio, eleva a composição do capital, isto porque o investimento em tecnologia, mecanização e insumos, ou seja, o capital constante, cresce de forma muito mais rápida que o investimento em força de trabalho.

Desse modo, como se discutiu ao longo dessa seção, o avanço do agronegócio vem produzindo aumento da composição do capital e, por conseguinte, contribuindo para ampliar a superpopulação relativa e reconfigurar a paisagem, os processos produtivos e as relações sociais no campo. Na próxima seção, será analisado como esses processos se manifestam no município de Simão Dias, Sergipe.

SEÇÃO III

AS TRANSFIGURAÇÕES DO PROCESSO DE TRABALHO ENGEDRADAS PELO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SIMÃO DIAS – SE

*“Um povo que geme sob o jugo insuportável
de um tirano, ousareis taxá-lo de fraco
quando enfim se levanta e rompe os
grilhões?”*

(Goethe)

*“O capital pode crescer aqui numa mão até
formar massas grandiosas, porque acolá ele
é retirado de muitas mãos individuais”.*

(Karl Marx)

A partir da compreensão do transcurso da história, é possível observar o contínuo movimento de transformação dos processos sociais, mediados pelos conflitos e contradições que emergem no próprio cerne da sociedade. No âmago dessa realidade mutável, o trabalho se constitui foco primordial de análise e compreensão dessas mudanças.

O avanço do agronegócio como uma lógica de produção capitalista no campo se torna fulcro elementar nesse cenário. A incontornabilidade do capital na busca pela maximização de lucros e extração de mais-valor conflita de forma direta com o modo de vida camponês. Assim, observamos a atuação do capital e dos grandes latifundiários que, propendendo maior rentabilidade na produção de *commodities*, utiliza-se de maquinários, agrotóxicos, sementes transgênicas e híbridas, bem como de estratégias de concentração de terras a partir, sobretudo, do arrendamento.

Contudo, essas artimanhas do capital para a produção em larga escala confrontam diretamente com a sociabilidade camponesa. A tradição da pequena produção em unidades familiares, marcadas por métodos de cultivo alimentar, em integração com a comunidade local, criação de animais para o sustento familiar e comunitário, rotatividade de culturas etc. pautado numa interação sociometabólica com a natureza.

Sob essa lógica, o agronegócio transforma o espôndilo do trabalho no campo e altera as relações sociais de produção. Com o emprego de novas tecnologias e insumos agrícolas na produção de milho, os trabalhadores camponeses vão se tornando obsoletos. Cada vez mais, cerceados pela lógica perversa de produção do capital e pela superexploração da sua força de trabalho, dos mais jovens aos mais velhos, ejetados da terra, vão sendo obrigados a se mobilizar em busca de postos de trabalho assalariado – extremamente escassos –, para não sucumbirem à miséria total.

A expansão do agronegócio do milho em Sergipe via agronegócio, especificamente em Simão Dias, em todos os seus adornos não apenas desconfigura, mas instaura profundas transformações tanto estruturais quanto estruturantes. Essa expansão redefine de forma significativa o modo de vida no campo, influenciando na produção do espaço, na homogeneização da paisagem e produção e territorialização social do trabalho.

III.I Caminhos e Descaminhos do Agronegócio do Milho Sob a Égide do Estado

No contexto brasileiro, a partir da intensificação das políticas Neoliberais, o Estado assume o papel de um dos braços do Mercado, visando à máxima extração de lucro. O programa político criado no âmbito do Banco Mundial, objetivando à elevação das taxas de crescimento econômico, pautava como ponto de partida a reconstrução da infraestrutura do Estado, no qual este não podia atuar como empecilho para o desenvolvimento, já que “o objetivo era garantir uma economia de mercado livre, aberta, e segura para o capital. O Estado não poderia orientar ou controlar o setor privado” (Conceição, 2013, p. 89).

É esse Estado Neoliberal que expande e intensifica sua atuação no meio rural, através principalmente do Agronegócio. Em constituição da parceria público-privado, em que, apesar do discurso de um Estado mínimo, esse assume a função de garantidor dos direitos da propriedade, que se configura o pilar do desenvolvimento das relações capitalistas.

O capital financeiro encontra no Estado a possibilidade de alianças para o processo de acumulação. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar, o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Expropriando milhares de famílias camponesas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho escravo. Nesta lógica, o capital transformou o agronegócio na menina dos olhos das grandes Corporações (Conceição, 2013, p. 83).

De acordo com Campos *et al.* (2015), é na lógica Neoliberal que é constituída a falácia do Estado mínimo. Entretanto, é possível observar, nas últimas duas décadas, inclusive mediante políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro, que o Estado assume de novo os grandes investimentos para instrumentalização do território, visando à ampliação da produção e circulação de mercadorias.

[...] parte significativa desses investimentos foram nos setores voltados para a produção-exportação de *commodities* agrícolas e minerais, resultando na intensificação de múltiplas desigualdades socioespaciais. Ao mesmo tempo, estes governos mantiveram, tanto no âmbito da política econômica quanto da política social, os fundamentos neoliberais (Campos *et al.*, 2015, p. 115).

É neste íterim que se constroem as bases para o entendimento do papel do Estado no contexto Neoliberal. Ancorado no método de pesquisa, busca-se compreender o Estado como constituinte da relação capital.

Isso torna ainda mais complexa a análise do Estado na sociedade capitalista, uma vez que é por meio deste que atua um conjunto de mediações na relação capital – os contratos de compra e venda de mercadorias, entre as quais a

força de trabalho; a propriedade privada; a igualdade jurídica dos sujeitos – que são essenciais para a reprodução da acumulação de capital tanto do ponto de vista econômico, quanto jurídico e ideológico [...] (Campos *et al.*, 2015, p. 121-122).

No que concerne aos trabalhadores, segundo Campos *et al.* (2015), diante da ameaça do desemprego, a maioria acaba se submetendo a trabalhar mais e em piores condições, incluindo piores salários, relações de trabalho informais, mobilidade do trabalho, dentre outras. Logo, nos países do sul global, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, “os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou do aceite de qualquer labor” (Antunes, 2004, p. 13).

Quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Ser, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética, presente no trabalho é central quando se pretende compreender o labor humano (Antunes, 2004, p. 14).

Conceição (2011) destaca que a população camponesa, ao sucumbir ao modelo do agronegócio, tem realizado a sua subordinação ao trabalho assalariado sem retorno real de melhoria familiar, mas em direção a sua completa pauperização.

O trabalho, para Marx (2017), é antes de tudo, um processo entre o ser humano e a natureza, processo este em que por sua própria ação o ser humano medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último “se torna *actu* aquilo que antes ele era apenas *potentia*, a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de qualquer coisa, em valor de uso” (Marx, 2017, p. 255).

As relações de produção estabelecidas no campo inserem o trabalhador no processo de reprodução social do trabalho de acordo com os limites estabelecidos pelo próprio capital, isto é: As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção (Oliveira, 2007, p. 36).

Os trabalhadores são subordinados aos produtores, consentâneo precipuamente à posição em que estes sujeitos ocupam na sociedade e a sua

necessidade de sobrevivência nos moldes capitalista de produção, pois, de acordo com Mészáros (2011, p. 98), “as oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital”. Segundo Smith (1988),

A particularidade do trabalho implica particularidade de seus atributos espaciais. Com o trabalho abstrato, contudo, a situação é diferente. A realização do trabalho abstrato como valor implica um sistema espacialmente integrado de troca de mercadorias, em relações monetárias, em facilidades de crédito, até mesmo na mobilidade do trabalho (Smith, 1988, p. 129).

A capacidade de exercer trabalho é condicionada pelos aspectos espaciais determinados através do processo de territorialização do capital. Tal situação engendra ainda o controle do destino do trabalhador determinado pelo movimento de acumulação de capital. O trabalho enquanto mercadoria é coisificado. Não mais atende ao processo de autorrealização do sujeito coletivo, agora é somente um instrumento de valorização do capital e de produção de lucro.

Menezes (2007) elucida que, com a sua força de trabalho reduzida à forma de mercadoria, o trabalhador (re)produz sua condição de trabalhador alienado, ao passo que produz outras mercadorias. O trabalhador não possui autonomia, e “o trabalho se objetiva fora do sujeito de tal forma que passa a dominar o próprio homem: o trabalhador se torna servo do próprio trabalho” (Menezes, 2007, p. 114). De acordo com Souza (2011, p. 198) “os verdadeiros produtores de mercadorias, a cada passo que contribuem com a ampliação do lucro capitalista, representam, contraditoriamente, a ampliação da sua própria miséria”.

A força de trabalho é a única entre todas as mercadorias, que pode criar mais valor do que aquela que ela contém. Sabe-se que somente o trabalho cria valor, cria riqueza, e que esse valor se mede pelo número de horas de trabalho socialmente necessárias à produção da mercadoria (Martins, 1981, p. 153-154).

A relação entre o capitalista e o trabalhador se estabelece pautado na ideia de igualdade jurídica, isto é, a relação de compra e venda (da força de trabalho) só é possível entre pessoas formalmente iguais. No capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo (Martins, 1981).

A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca: uma pessoa somente existe por intermédio de

outra. Essa é uma contradição própria do capitalismo: para entrar na relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros; ao mesmo tempo, cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro (Martins, 1981).

Para o trabalhador que é proprietário unicamente da sua força de trabalho e que não possui os instrumentos e os materiais necessários para realizar o seu trabalho, a sua força de trabalho não lhe tem serventia alguma – só lhe serve para trocá-la por algo que lhe permita sobreviver, como é o caso do salário. Logo, esta relação capitalista está fundamentada em uma ilusão, a ilusão de que não há exploração alguma, já que a troca ocorre entre pessoas iguais.

A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular livremente, que o impeça de ir adiante. Esse obstáculo é a terra (Martins, 1981, p. 160).

Atrelado a isso, o processo de introdução das tecnologias e intensificação da mecanização no processo produtivo do campo surgem como fatores de pauperização do trabalhador do campo que passa a sofrer o trauma do desemprego tecnologicamente controlado. A produção de excedentes de força de trabalho representa um fator importante, pois o desemprego pode ser criado pela mudança tecnológica, mas a manutenção de um conjunto constante de trabalhadores excedentes por tal mecanismo significa que a crise, desencadeada pela tensão entre mudança tecnológica e crescimento, tende a ser frequente e profunda (Harvey, 2005). Assim, a produção de monocultivos em larga escala:

[...] está associada ao processo de produção do espaço, com expropriação de milhares de trabalhadores diante da diminuição das condições de reprodução social ocasionadas pelas mudanças nas relações de produção. Por certo, a esfera do capital sobre o campo articula transformações que afetam diretamente o modo de vida das famílias camponesas, bem como a perda das condições ambientais diante da intensa utilização de mecanização e insumos químicos (Silva, 2020, p. 71).

Além da utilização das terras em grandes propriedades, o agronegócio cerceia a produção camponesa familiar instaurando o monocultivo como único modelo de plantio possível e utiliza a lógica da agricultura capitalista para submeter à produção camponesa ao mercado, à proporção que precariza o trabalho no campo. A terra para o capital funciona como elemento a ser apropriado com intuito de extração de mais-

valor a partir do trabalho. Para os camponeses, a terra perpassa à dignidade da família, a proteção da natureza e sua existência.

No contexto contemporâneo de acumulação de capital, têm-se atribuído a terra um conteúdo diferenciado, enquanto ativo financeiro. Deste modo, consolida-se a dinâmica expansiva da burguesia industrial que tem interesse em reproduzir seu capital, através da relação de parceria com o Estado e da implantação de políticas econômicas que visam o acúmulo de riquezas. Os interesses da burguesia são os mesmos das oligarquias agrárias que não passam de reprodução de riquezas e de subordinação da classe trabalhadora, somente estabelecendo uma política de reprodução do capital no campo (Shimada, 2010). Dessarte,

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra (Martins, 1981, p. 160).

Da mesma forma que a força de trabalho pode ser transformada em mercadoria, a terra também é transformada em mercadoria. Além disso, do mesmo modo que é necessário o pagamento de um salário ao trabalhador para que este incorpore trabalho na reprodução de capital, é necessário o pagamento de uma renda pelo uso da terra pelo capital ou pelo trabalhador. Isto é, na agricultura existe uma diferença entre a renda que a terra dá e o juro puro que o dinheiro pode dar. Embora o preço da terra seja regido pela taxa de juro do mercado financeiro, a terra permite a quem dela se apropria o direito de cobrar de toda sociedade um tributo, a renda capitalista da terra (Oliveira, 2007).

No cenário local, a articulação, essencialmente do Estado, tem direcionado políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio, constituindo o que Conceição (2011) considera o Novo Mundo Rural. As multideterminações realizadas pelo tripé Estado-Capital-Mercado coadunam para o processo de mundialização do capital, que se desenrola assim, de forma desigual e combinada. Produzindo riquezas para uns e misérias para outros. É através da mundialização do capital que um complexo de reestruturação produtiva se desenvolve, impactando assertivamente as estruturas que sustentam o trabalho (Costa, 2015).

A Embrapa surge especificamente na década de 1970, com objetivo direto de impulsionar o desenvolvimento no setor agropecuário e agrícola brasileiro. Com o

passar do tempo, a empresa vai se adequando às novas realidades e assumindo como missão o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias para almejar os fins objetivos de sua fundação.

Cardoso (2022) aponta que ocorreram mudanças significativas no processo de pesquisa agropecuária entre os anos de 1960 e 1970, que expressaram a incorporação por parte do Estado, como um agente organizador e financiador de pessoal científico para atender as suas expectativas de desenvolvimento agrícola.

Sobremodo, a Embrapa é instituída em 1972, sob a lei Nº 5.851, de 7 de dezembro, com objetivos de:

[...] promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País; [...] dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola (Brasil, 1972).

A instituição foi criada para administrar projetos e executar ações voltadas para a ciência e a tecnologia no campo, financiada pelo Estado para dar suporte técnico aos produtores que exercem alguma atividade agropecuária (Cunha, 2015). Processo inserido em um contexto de modernização do campo de caráter conservador, alinhado à atenuação creditícia no setor rural, propiciando a industrialização da agropecuária e o crescimento da produtividade do trabalho, para capacitar os chamados pequenos agricultores, para sua inserção na agricultura comercial (Cardoso, 2022). Neste sentido,

[...] encontra-se a razão da preocupação com a pesquisa agropecuária que culminou com a criação da Embrapa no Brasil, o que permite entendê-la não em si, isoladamente, mas em estreita relação com o processo de expansão capitalista, movimento sustentado por meio da conexão entre o Estado, o Banco Mundial e o mercado, na qual o segundo intermediava (e intermedia) as relações entre os outros dois e, não raro, assumia papel decisivo na construção e na definição do modelo político-econômico do Brasil (Cardoso, 2022, p. 45).

Nos seus anos iniciais, a Embrapa direcionou suas ações para o processo de criação de novos produtos e procedimentos, além da absorção, replicação e adaptação de tecnologias em operação no exterior, e em instituições predecessoras. Era de extrema proficuidade construir sistemas de produção, criar pacotes tecnológicos que incluíssem os agricultores, os produtores de maquinários e insumos agrícolas para ampliar a industrialização do campo (Cardoso, 2022).

Neste intercurso, de articulação do Estado com a dinâmica do capital a partir da parceria público-privado com intuito de transformar significativamente a forma de produzir no campo, acentuou-se as desigualdades sociais entre os agricultores camponeses – possuidores de pequenas parcelas de terra –, com os médios e grandes proprietários, considerando que a disseminação homogênea das novas ferramentas para a produção agropecuária encontrava-se entravada não somente pelas disparidades regionais do país, mas, sobretudo, pela inviabilidade de aquisição das mesmas (Cardoso, 2022).

Cunha (2015) afirma que, sob a influência das forças expansivas do capital, qualquer inovação tecnológica ou política é assimilada e validada para atender às suas exigências, visto que representa uma forma irresistível de exercer controle. Nesse contexto, a atuação do capital em diversos setores tende a monopolizar produtos e serviços, com o propósito de subjugar todos ao ciclo de produção que impõe suas diretrizes. A possibilidade de incorporação de alta tecnologia é reiteradamente seletiva e excludente, dado que os custos para a aquisição são sumamente elevados e quando realizados são regidos pelo mecanismo de subordinação aos empréstimos em instituições financeiras (Oliveira, 2007).

Cardoso (2022) afirma que uma interdependência se manifesta entre a pesquisa agropecuária e o caráter público, executada e coordenada em nível federal pela Embrapa, e as corporações internacionais atuantes no campo dos equipamentos agrícolas. O capital se apropria das atividades que ostentam mais rentabilidade ou que têm maior potencial de gerar lucros, enquanto as que não se enquadram nesse perfil permanecem submetidas à incumbência estatal.

As empresas multinacionais concentram-se nos segmentos mais lucrativos, ou seja, naqueles articulados à exportação, como milho, soja e cana-de-açúcar. Em contrapartida, a Embrapa e outras instituições públicas se envolvem tanto com os cultivos mais economicamente rentáveis quanto com aqueles que não, mas que fazem parte da dieta alimentar nacional, como arroz, feijão e mandioca (Cardoso, 2022, p. 98).

No contexto de Sergipe, atividades de pesquisa agropecuária já estavam em andamento antes do estabelecimento da Embrapa. Contudo, a dinâmica sofreu uma transformação significativa com a criação de sua unidade local (Embrapa Tabuleiros Costeiros), marcando o início de um alinhamento com a abordagem nacional e com a implementação de um controle mais estruturado das investigações no setor agrícola. As pesquisas preliminares concentravam-se nos cultivos predominantes no estado, a

saber: algodão, feijão, coco, mandioca, milho, bem como nas atividades de pecuária de corte e leite (Cardoso, 2022).

A produção de milho em Sergipe durante as últimas três décadas do século passado exibiu um padrão de equilíbrio moderado. No período compreendido entre 1976 e 2000, a média anual da produção estadual permaneceu abaixo de 65 mil toneladas. O ápice de produção foi registrado na temporada de 1998/99, atingindo 117 mil toneladas, em contrapartida o ponto mais baixo ocorreu nas safras de 1982/83, com uma produção mínima de apenas 2 mil toneladas (CONAB, 2023).

A dinâmica de produção de milho em Sergipe espelhou uma tendência regional, refletindo resultados semelhantes à média da região Nordeste como um todo. Nesse intervalo de 25 anos, a produção média nordestina foi de aproximadamente 1.632.896 toneladas, conforme dados da CONAB (2023). Esses números se distanciam consideravelmente da produção nacional e da produção na região Sul, que tem historicamente sido uma das principais regiões produtoras de milho em grãos.

Entretanto, a produção de milho em Sergipe aumentou vertiginosamente nas últimas duas décadas (Tabelas 12 e 13), principalmente a partir das safras de 2007/08.

Tabela 12 – Safras de Milho, em mil toneladas – Sergipe (2001-2010)

2001/ 02	2002/ 03	2003/ 04	2004/ 05	2005/ 06	2006/ 07	2007/ 08	2008/ 09	2009/ 10	2010/ 11
48,2	133,1	126,2	165,6	189,8	197,5	451,3	614,8	722,8	928,1

Fonte: CONAB, 2023.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Tabela 13 – Safras de Milho, em mil toneladas – Sergipe (2011 -2019)

2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
543,7	941,5	1.058,2	668,5	140,7	812,0	115,5	767,7	917,4

Fonte: CONAB, 2023.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Durante o período de 2001 a 2019, a produção de milho apresentou um padrão de variação bem marcante, com altos e baixos notáveis. O salto a partir de 2007, está

relacionado ao contexto de desenvolvimento de pesquisas agropecuárias, bem como ao processo de inscrição do milho como uma das principais *commodities* agrícolas.

O milho se tornou uma importante fonte da alimentação animal, sendo utilizado na produção de rações para aves, suínos e bovinos. O crescimento da indústria de carnes no Brasil tem forte relação com o aumento da produção do grão. O milho também é utilizado na produção de etanol, e o Brasil é um dos principais exportadores mundiais, levando-o ao mercado internacional, o que tem levantado a produção da *commodity* na região nordeste (Tabela 14).

Tabela 14 – Safras de Milho, em mil toneladas – Região Nordeste (2001-2019)

2001/02	2004/05	2009/10	2014/15	2019/20
2.054,5	2.969,4	4.273,6	6.243,1	8.804,6

Fonte: CONAB, 2023.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

No Nordeste, historicamente, o maior produtor de milho é o estado da Bahia. Contudo, o crescimento da produção desse grão em Sergipe foi tão marcante que nos anos de 2010, 2012 e 2013 esse estado se posicionou como a terceira maior da região. Além disso, nos anos de 2008 e 2009, Sergipe alcançou a segunda posição em termos de produção de milho, evidenciando um avanço significativo nesse cenário.

Não se pode negligenciar o processo de aprofundamento no emprego de tecnologias agrícolas de ponta, a exemplo das sementes transgênicas, dos agrotóxicos de última geração e dos maquinários meticulosamente elaborados com o propósito de acelerar o processo produtivo. De igual modo, é imperativo reconhecer o papel do Estado, cuja atuação por meio do fornecimento de crédito rural exerce uma influência preponderante no estímulo dessa empreitada produtiva.

Tal arranjo de políticas tem proporcionado um aumento considerável na produção de milho. Na Tabela 15, é possível perceber que o Brasil tem se tornando, cada vez mais, um grande exportador.

Tabela 15 – Consumo de milho, em milhões de toneladas – Brasil (2016-2021)

	16/17	17/18	18/19	19/20	20/21	21/22	22/23
Estoque Inicial	6,74	14,6	13,39	10,9	10,03	6,7	6,7
Produção	99,98	82,52	101,28	102,92	88,77	120,0	129,1
Importação	0,95	0,9	1,6	1,61	4,01	2,6	2,3
Consumo de Substitutos	0,7	0,3	0	0	0	0	0
Oferta Total	108,37	98,32	116,26	115,02	102,81	129,3	138,1
Consumo Animal	48,72	47,21	48,7	50,83	53,1	53,2	54,4
Consumo Industrial	6,25	6,43	7,94	11,1	12,43	14,9	17,0
Consumo Humano	1,88	1,9	1,95	2,01	2,02	1,9	1,9
Outros Usos	3,91	3,52	4,05	4,12	3,71	3,4	3,7
Perdas	1,75	1,65	1,68	1,72	1,48	2,0	1,9
Sementes	0,42	0,44	0,45	0,47	0,5	0,6	0,6
Exportação	30,84	23,78	41	34,75	22,5	46,6	51,0
Demanda Total	93,77	84,93	105,77	104,99	95,74	122,7	130,6
Estoque Final	14,6	13,39	10,49	10,03	7,06	6,7	7,5
Total	418,89	379,89	454,56	450,05	404,16	510,6	544,8

Fonte: ABIMILHO, 2023.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Ao examinar detalhadamente a Tabela 15, emerge a clara tendência de que a produção de milho no Brasil está predominantemente orientada para o mercado internacional. Esta orientação manifesta-se tanto de forma direta, por meio da exportação dos grãos, quanto de maneira indireta, através do consumo animal destinado à produção de carnes para exportação. Destaca-se, contudo, que uma parcela relativamente mínima da produção de milho no país é direcionada ao consumo humano.

Nos últimos anos, o Brasil conquistou a posição de terceiro maior produtor mundial de milho, com cerca de 10% da produção mundial, ficando somente atrás dos Estados Unidos da América (EUA), com (31%) e da China (22%). O intervalo compreendido entre a safra 2000/01 e a safra 2017/18 testemunhou uma notável e imponente expansão na colheita global de milho, evoluindo de 591 milhões para 1,076 bilhão de toneladas, denotando um crescimento exponencial de aproximadamente 82% (USDA, 2023). Este marcante avanço pode ser majoritariamente atribuído à relevância do cereal como insumo vital na nutrição animal, sobretudo no contexto da criação de aves e suínos

A área de atuação da Embrapa Tabuleiros Costeiros se estende pelos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. E no que concerne os projetos relacionados à produção de milho, se inscreve: Análise da evolução do uso e cobertura da terra, impulsionada pelo estabelecimento do novo Polo Produtor de Milho do Nordeste, no Estado de Sergipe – (2013-2017); Sistemas de preparo do solo e rotação de culturas como estratégias para uma produção sustentável de milho no Agreste sergipano – (2012-2014); Desenvolvimento de cultivares de milho para a agricultura de base familiar no Nordeste brasileiro – (2010-2011); Aprimoramento das recomendações de Zn, Mn e B para as culturas da laranja, maracujá, milho e girassol em solos dos tabuleiros costeiros e regiões adjacentes – (2009-2011); Cultivo do pinhão-mansão em consórcio com abacaxi, amendoim, feijão e milho-verde – (2009-2011); e Validação e transferência de cultivares de milho para o semiárido dos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas – (2009-2011) (Cardoso, 2022).

O processo de crescimento da produção de milho em Sergipe se deu, precipuamente pelas ações do governo do estado, através do Programa de Aquisição e Distribuição de Sementes (PAD), bem como do Programa de Mecanização Agrícola (PMA), que objetivou consolidar a produção do milho em larga escala, inserindo-o em

uma cadeia produtiva voltada para o mercado (Silva, 2014).

Cardoso (2022) evidencia que o número de recomendações técnicas aumentou ao longo dos anos. Com indicação dos melhores tipos de híbridos a serem utilizados e em que tipo de área, como manejar a produção, entre as demais indicações relacionadas a controle de pragas e doenças.

A cadeia produtiva do milho, sob a lógica do agronegócio em prol do atendimento ao mercado, se tornou possível através da utilização dos pacotes tecnológicos, que incluem: maquinários intensivos, sementes transgênicas, agrotóxicos etc.

A Embrapa adotou nos últimos anos parcerias com as maiores transnacionais do setor de agrotóxico e sementes transgênicas, comercializadas mundialmente. Essa parceria permite o acesso dessas empresas ao patrimônio genético das variedades de sementes estudadas pela Embrapa, e é através dessas parcerias, que se procede à privatização da inovação tecnológica. (Cunha, 2015, p. 23).

De acordo com o Censo Agropecuário (1995/96), no estado de Sergipe, aproximadamente 2.984 tratores eram utilizados nas lavouras. Além disso, o estado possuía 578 unidades de máquinas e instrumentos agrícolas destinados ao plantio, 149 para colheita e 1.760 instrumentos de tração mecânica para o processo de aragem.

Ao longo das últimas duas décadas, observou-se um marcante aumento na adoção de maquinários no processo produtivo do milho. Esse movimento, de introdução e intensificação da utilização de maquinários se insere no contexto de tentativa de impulsionar a produção, entretanto, com a automação de diversas etapas, como o plantio, o cultivo e a colheita, culmina na redução da demanda de força de trabalho para realizar determinadas atividades.

Observemos a Tabela 16:

Tabela 16 – Número de maquinários existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades), Sergipe, 2006-2017.

	Tratores	Semeadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras	Total
2006	2989	822	303	245	4359
2017	4858	1271	533	745	7386

Fonte: IBGE, Censo agropecuário (2006 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2022.

Observando a Tabela 16, é possível identificar uma alteração considerável no número de maquinários no processo produtivo no campo a partir, principalmente, dos processos de modernização do campo, no estado de Sergipe.

É importante mencionar que, através do PAD e PMA, o governo do estado disponibiliza sementes de milho e horas de trator. A edição de 2017 dos programas distribuiu 730 mil toneladas de sementes, sendo 300 mil de milho, bem como 14.545 horas de trator em 25 municípios do estado, incluindo Simão Dias (Lagarto Notícias, 2017).

Comparando o número de tratores presentes no campo sergipano segundo os dados coletados pelo Censo Agropecuário de 1995-1996, com os dados apresentados na Tabela, após a implementação da unidade de experimento da Embrapa, e a criação de um aparato estatal de incentivo à produção do milho via agronegócio, houve a introdução de praticamente o dobro de tratores no estado.

A mecanização do processo produtivo do milho em Sergipe encontra-se subordinada à indústria que tem como fundamento o monopólio da venda de insumos direcionados a esse cultivo. “Essa metamorfose acelerada que vem ocorrendo no campo causada pelo impacto da utilização de tecnologias demarca a presença do desemprego em atividades agrícolas, como a produção de milho” (Silva, 2020, p. 103).

O capital ao avançar pelo campo sergipano mostra sua força, sobretudo com o intensivo processo de mecanização das atividades agrícolas que permite a formação de supersafras de milho no estado. A territorialização de lojas de comercialização de insumos químicos nas áreas produtoras de milho e em centros urbanos próximos é um processo constante, a venda de maquinários, sementes e adubos geram altas receitas aos comerciantes de implementos agrícolas, com registros de expansão de suas atividades em diversos municípios (Silva, 2020, p. 112).

Os desdobramentos da reformulação da escala produtiva do capital, *in loco*, a reestruturação produtiva do milho, concatena o desemprego, a subproletarização e a mobilidade impondo novos significados ao trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Neste sentido, “a reestruturação produtiva sinaliza uma nova estrutura para a relação capital-trabalho que garante a maior exploração da mais-valia” (Costa, 2015, p. 293).

As políticas de Estado contribuem veementemente para essa realidade. Assim, em Sergipe há congruência na implementação de políticas via aliança entre Estado e as corporações.

De acordo com as pesquisas de Silva (2020), o milho produzido em Sergipe possui dois destinos principais, que é o consumo interno e a exportação para outros estados do nordeste, principalmente Pernambuco. O milho consumido internamente tem como destino as indústrias como a Maratá e a produção de silagem para a manutenção pecuária leiteira.

Por isso o monocultivo do milho é um projeto que assume as múltiplas escalas do processo mundial de circulação de capital, sendo que a demanda desse produto depende diretamente dos estoques de grãos produzidos a nível mundial. Na região Nordeste, a expansão do referido cultivo atende a circuitos econômicos específicos como o complexo agroindustrial de aves em Pernambuco, que necessita de elevada produção de milho em grão (Silva, 2020, p. 111).

Assim, a elevação do crescimento da produção de milho nos últimos anos é decorrente de uma necessidade criada pelo mercado, operando na instalação de uma demanda por esse cultivo.

A utilização de agrotóxicos também configura elemento de intensificação do agronegócio no espaço agrário sergipano, contribuindo para o esfacelamento da lógica de produção camponesa. A utilização dos agroquímicos é realizada sem o aporte técnico necessário e quando possui, é um acesso de extrema limitação.

A utilização das substâncias agrotóxicas contribuiu de maneira fortuita para a diminuição dos postos de trabalho no campo, que passou a utilizar, cada vez mais, tais substâncias, os maquinários e as sementes transgênicas. Limitando a atuação do trabalhador em momentos específicos do processo de lavoura, e não mais necessitando de sua presença na completude do processo produtivo.

No estado de Sergipe, segundo o Censo Agropecuário de 2006, cerca de 21.947 estabelecimentos confirmaram a utilização de agrotóxicos nas lavouras. Já os

dados do Censo Agropecuário de 2017 confirmaram a utilização em 26.805 estabelecimentos, sendo que apenas 3.771 estabelecimentos receberam assistência técnica. Além da elevação do número de estabelecimentos que utilizaram as substâncias tóxicas, a informação do recebimento de assistência técnica também é alarmante, visto que sua utilização ocasiona uma contaminação generalizada da natureza, em seus aspectos humanos e ambientais.

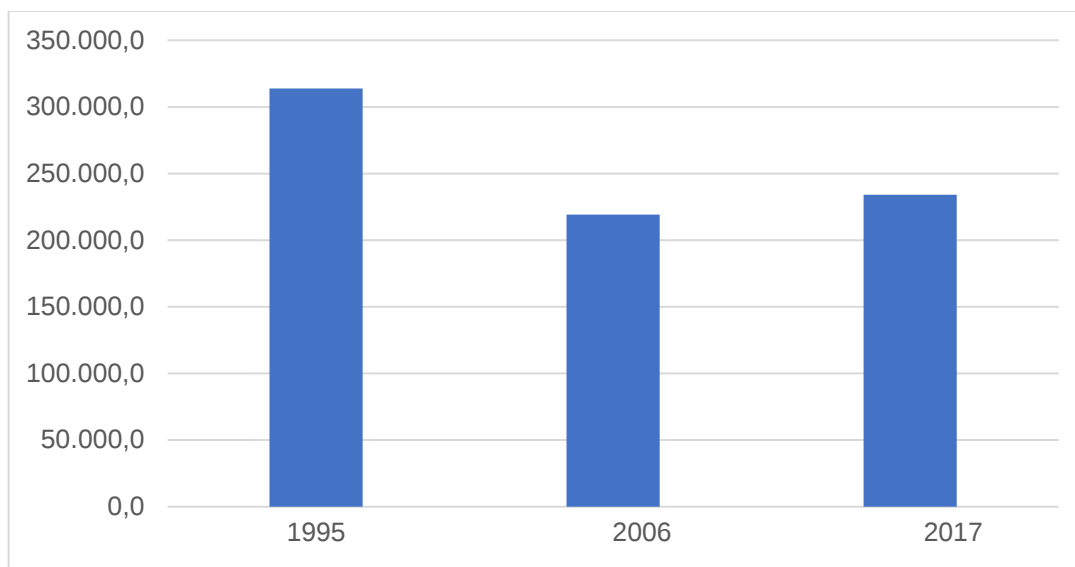
Verifica-se, a partir da análise de tais dados, que, o quantitativo de estabelecimentos que receberam assistência técnica e financiamento do Pronaf correspondeu a 1.779, o que evidencia o papel do Estado na constituição de uma articulação com o capital, mediante política pública, para a transformação basilar do processo produtivo no espaço agrário sergipano. Além disso, observou-se que, quando se utiliza da força de trabalho humana, a dinâmica do agronegócio precariza esse trabalho, através de práticas insalubres. Como evidencia Silva (2020), “os venenos no cultivo do milho são aplicados via tratores e pulverizadores manuais; constata-se que os trabalhadores manuseiam os agrotóxicos na esmagadora maioria das vezes sem nenhum tipo de proteção” (Silva, 2020, p. 129).

Em seguimento de uma agenda neoliberal, nos prosseguimentos da mundialização do capital, o processo de desenvolvimento das sementes transgênicas se configura elemento disruptivo da dinâmica da produção camponesa. O processo de substituição e supressão das sementes crioulas pelas sementes transgênicas se fundamenta no movimento de expansão do capital no campo. Transformando a lógica de produção camponesa e configurando as políticas de monopólio na produção do meio rural. Não se produz mais alimentos, mas sim produtos manuseados na balança comercial econômica brasileira.

De acordo com Flávio dos Santos (2020), o controle da produção de sementes é uma das chaves que o agronegócio possui para subordinar aos seus imperativos o processo produtivo no campo, através na monopolização do território e da alteração das relações de trabalho.

Tais elementos de alteração das relações de trabalho no campo, leva a uma alteração na quantidade de pessoas envolvidas com a produção no campo, como podemos observar no Gráfico 5:

**Gráfico 5 – Pessoal Ocupado em estabelecimento agropecuário – Sergipe
(1995-2017)**



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1995 – 2006 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

A análise em questão revela uma nítida tendência de decréscimo no contingente de indivíduos inseridos nos estabelecimentos agropecuários entre o período de 1995 e o ano de 2006. Posteriormente, um ressurgimento sutil emergiu, materializando-se até o ano de 2017. Essas oscilações, dignas de atenção, se apresentam como suscetíveis a uma miríade de fatores determinantes. Tais variáveis incluem metamorfoses na esfera da tecnologia agrícola, o avanço da mecanização, o imbricamento de políticas governamentais, flutuações nas demandas do mercado dentre outros elementos de cunho econômico e social.

É oportuno salutar que o papel do Estado na dinâmica da produção agrícola em Sergipe vai assumindo outro contorno ao longo do tempo. Se no início sua atuação estava baseada em uma articulação direta para operacionalização do capital no campo, atualmente seu papel vem se tornando o de um agente de perpetuação dessa dinâmica produtiva.

O trabalhador do campo, destituído da propriedade da terra – ou apenas proprietário de exíguas quantidades de terras –, destituídos dos postos de trabalho no campo, inseridos em péssimas condições de renda, de moradia e de sobrevivência, em conflito com seus modos de vida camponês ao que concerne o uso das sementes, a utilização exacerbada de agrotóxicos, buscam e constroem caminhos para ludibriar

o desenvolvimento predatório do capital.

O processo constante de transformação do trabalhador do campo em força de trabalho supérflua encontra suas raízes na intrincada dinâmica da composição do capital. À medida que o modo de produção do capital progride, impulsionado pela busca incessante de produtividade, torna-se conspícuo um processo marcante de introdução de tecnologias de ponta na forma de produzir no campo.

Com o avanço tecnológico, ocorre uma reestruturação na organização do trabalho no espaço agrário, com a substituição de atividades antes desempenhadas manualmente por maquinários de alta eficiência. Com essa dinâmica, a relação existente entre o número de trabalhadores e a quantidade de capital investido nas operações de produção é intensamente alterada.

Essa alteração na composição do capital, ou seja, a diminuição relativa do papel da força de trabalho humano no processo produtivo torna a própria força de trabalho mais uma variável ajustável do que um elemento central. O trabalhador do campo, então, é gradualmente convertido em um elemento excedente dentro desse cenário de inovação tecnológica e de aumento da produtividade.

A sua inserção nas fileiras da produção agrícola torna-se, cada vez mais, escassa, à medida que os avanços técnicos e a automação o relegam a uma posição periférica e, por vezes, dispensável. Assim, essa transformação, em grande parte impulsionada pela mutação na composição do capital, conduz à formação de um contingente de trabalhadores camponeses à margem, compelidos a buscar alternativas migratórias e precárias para garantir sua sobrevivência.

Nesse contexto de aprisionamento social dos trabalhadores do campo, alguns veem na saída temporária da sua cidade, do seu estado, uma alternativa de lograr sua condição de vida. Acabam indo para estados das regiões sul e sudeste em busca de oportunidades outras de vida e de garantia de sua subsistência, subordinados ao exercício de atividades laborais precárias e extenuantes.

Com isso, o processo de mobilidade de camponeses do campo para as cidades tem se acentuado, sobretudo, com a tecnificação das atividades agrícolas, constituindo, assim, milhares de subempregados, espécie de 'refugiados', porque chegam expropriados de suas condições de trabalho, de vida, pelo processo de acumulação do capital no campo. Destarte, esses camponeses passam a ser presas fáceis do trabalho profundamente precarizado nos centros urbanos (Silva, 2020, p. 115).

O axioma criado pelo agronegócio se desdobra na diminuição das

oportunidades de trabalho e emprego no campo, e os ecos decorrentes da proeminência do processo de tecnificação no setor produtivo, notadamente no tocante ao cultivo do milho, são amplamente delineados por meio dos mecanismos já enunciados: a maquinaria avançada, os agentes agrotóxicos e as sementes transgênicas. Este processo não só suscita, como também amplifica, a impreterível necessidade de o trabalhador empreender ações de mobilização e de precarização, com especial destaque para os jovens e adultos desprovidos do acesso a terra.

III.II Produção do Espaço Agrário: O Agronegócio do Milho e as Mutações do Trabalho a partir de Simão Dias

Como supramencionado, a produção sergipana se sustentou, por muito tempo, nas atividades pecuárias, entretanto, a partir da segunda metade do século passado, houve políticas direcionadas ao crescimento das atividades relacionadas à agricultura, apesar de estarem sub-rogada pelas práticas capitalistas de produção. Entretanto, até os anos 2000, os agricultores camponeses de Sergipe utilizavam práticas e técnicas tradicionais de produção, desde o preparo da terra até a colheita e armazenamento, utilizando tecnologias consideradas rudimentares, como a enxada, foice, arado de tração animal, e a força de trabalho, sobremaneira, familiar.

Em suma, o processo de cultivo consistia no preparo da terra de forma manual, utilizando enxadas e foices, e, quando se tinha muito acesso, era ao arado de tração animal. O momento do plantio compreendia a abertura de covas, a semeadura e o fechamento das covas utilizando os pés (no caso dos grãos). Em Simão Dias, esse processo se iniciava a partir do mês de março, que é quando começa o período chuvoso. O trato com a plantação se constituía na retirada das ervas daninhas com enxadas e se repetia duas ou três vezes. A colheita se dava de forma manual, e o armazenamento se constituía em vasos de alumínio lacrados com cera. Vejamos a seguir um trecho da entrevista realizada com uma agricultora⁷, no dia 04 de março de 2023:

Antigamente a gente plantava o milho para comer. Plantava no dia de São José, plantava para colher no São João. Mas a gente também guardava milho para fazer cuscuz, deixava o milho de molho um dia antes, para ralar no dia seguinte e fazer o cuscuz. A gente usava também para alimentar as galinhas, os animais de carga. A gente sempre guardava um pouco (Agricultora, 60 anos).

A partir do recorte acima, é possível perceber o estabelecimento da relação entre o processo de trabalho camponês aliado a um contexto social e comunitário, ao ser lembrado enquanto coletividade, inserido em uma lógica de produção e reprodução do modo de vida camponês.

Cabe enfatizar que havia variações substanciais do manejo de acordo com o cultivo. No caso da mandioca, o trato era um pouco diferenciado. Entretanto, a

⁷ Devido à necessidade de preservar a identidade dos entrevistados, neste estudo, serão divulgadas apenas a profissão e a idade dos participantes, a fim de aprimorar a compreensão de sua inserção nas relações sociais analisadas.

dinâmica de trabalho se assemelhava à utilização da força de trabalho familiar, bem como à utilização da terra, visto que as porções eram exíguas. Assim, o trabalho se dava de forma coletiva nas diversas etapas (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Plantação associada de milho e feijão



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 5 – Colheita manual de feijão



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Neste sentido, durante o trabalho de campo, realizado em 06 de setembro de 2022, em entrevista com o Técnico Agrícola e o Engenheiro Agrônomo da EMDAGRO, escritório de Simão Dias, foi relatado:

Antigamente os latifundiários, os fazendeiros concentravam sua produção na agropecuária e arrendavam pequenas parcelas de terras (1 ou 2 tarefas), para aqueles camponeses que não tinham a terra. Geralmente era na região de serras que ainda era mata bruta, e a família do camponês tinha que desmatar primeiro. Ali o camponês desmatava e utilizava a terra uns dois anos. Depois disso, o fazendeiro aceitava parte da produção como pagamento (milho, feijão, fava, macaxeira, batata-doce, abóbora), ou em dias de trabalho, muito raramente em dinheiro (mas quando acontecia, era porque ele oferecia trabalho, com o dinheiro que lhes pagava, os camponeses pegavam de volta pelo arrendamento da terra). Mas a força de trabalho que necessitava era de forma muito eventual, pois, na criação de gado, não precisava tanto assim (Técnico Agrícola, 60 anos).

Essa política foi praticamente extinta pela produção de milho via agronegócio. O entrevistado exemplifica que determinada fazenda tinha na década de 1990 mais de 300 reдеiros, que assim eram chamados os camponeses despossuídos.

O milho praticamente acabou com esse sistema, pois a terra que era imprópria para agropecuária e que era arrendada para os camponeses, passou a ser utilizada para o cultivo do milho no novo século. E, inclusive, atualmente a pecuária ocupa o espaço que o milho ainda não ocupa (Engenheiro Agrônomo, 67 anos).

O trabalhador camponês reproduz seu modo de vida a partir de uma lógica própria, baseada na pequena produção em suas unidades familiares, na produção de cultivos alimentares em consórcio, na rotação de culturas, na criação de animais para o alimento, embasado em um sociometabolismo com a natureza, que se compreende não um ser exterior, mas parte dela. Retira da terra a base do seu sustento e a garantia de sua própria continuidade.

As relações capitalistas de produção no campo, sobretudo a partir do agronegócio, modificam intensamente não apenas as formas de trabalho existentes, mas também o modo de vida camponês. Doravante o avanço da produção de milho e da sua consequente necessidade de concentração de terras, aliado à utilização de pacotes tecnológicos e insumos agrícolas, o trabalhador camponês é circunvalado pelo avanço em suas exíguas propriedades de terras, pelas alterações no ciclo de produção ocasionado pelos maquinários, agrotóxicos, sementes transgênicas etc.

Uma nova realidade se impõe de forma progressiva para tais trabalhadores, dos mais jovens aos mais velhos, entre homens e mulheres: expulsão da terra, subsunção da unidade de produção familiar, agudização da necessidade de venda de

sua força de trabalho, mobilidade em busca de postos de trabalho em outros setores, precarização e superexploração de sua força de trabalho, modificações na relação sociedade-natureza, entre outros. Em síntese, na perversa transfiguração social do trabalho e nos processos de produção e reprodução do seu modo de vida.

Inserido nesse contexto, o foco na expansão da produção de milho em Sergipe direcionou-se especificamente para o agreste, para a região de Carira, Frei Paulo e Simão Dias. Esse movimento foi possível por uma colaboração estratégica entre a Embrapa e o governo estadual, a partir do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (DEAGRO), que, ao estabelecer territórios de desenvolvimento, incorporou essa proposta como parte integrante. Iniciaram-se os testes com a implementação de sementes específicas em Simão Dias e se obteve os resultados a seguir (Tabela 17):

Tabela 17 – Rendimentos médios de grãos de cultivares de milho (kg/ha, saco/ha, saco/tarefa, Simão Dias (2007)

<i>Cultivares</i>	Kg/ha	Rendimento Sacos/ha	Sacos/tarefa
<i>BN 0313</i>	9301a	155	47
<i>Agromen 35 A 42</i>	9079a	151	46
<i>Agromen 31 A 31</i>	8796a	147	44
<i>BN 0913</i>	8745a	146	44
<i>BRS 1035</i>	8220b	137	42
<i>Agromen 3150</i>	8126b	135	41
<i>BN 0305</i>	8079b	135	41
<i>BRS 4103</i>	7941b	132	40
<i>Agromen 2012</i>	7826b	130	40
<i>BRS 3003</i>	7770b	130	39
<i>Agromen 34 A 11</i>	7733b	129	39

BN 0209	7445b	124	38
BM 1120	6976c	116	35
SHS 3035	6937c	116	35
Asa Branca	6791c	113	34
Sertanejo	6749c	112	34
CPATC 4	6608c	110	33
São Francisco	6556c	109	33
CPATC 6	6516c	109	33
CPATC 7	6510c	109	33
CPATC 5	6431c	107	32
SHS 4050	6424c	107	32
CPATC 3	6402c	107	32
CEPAF 2	6348c	106	32
BRS 2110	6348c	102	31
Potiguar	6093c	102	31
UFV 8	5985c	100	30
Fortuna	5966c	99	30
Cruzeta	5954c	99	30
BR 106	5845c	97	30
SHS 4080	5800c	97	29
CPATC 8	5684d	95	29
Caatingueiro	5408d	90	27
CPATC 10	5347d	89	27
CPATC 13	5079d	85	26
BR 473	4899d	82	25
Assum Preto	4653d	78	24

BRS4150	4567d	76	23
Média	6279	105	32
C.V. (%)	9	-	-

Fonte: Embrapa (2008).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

O período de avaliação ocorreu entre os meses de maio e agosto, selecionados devido à maior incidência de chuvas. Durante o intervalo compreendido entre 2004 e 2006, houve uma notável ascensão nos investimentos dedicados a híbridos e variedades de milho customizados para as particularidades de cada localidade. Esse cenário desencadeou a introdução do cultivo de milho, abrangendo um espectro de 38 cultivares, englobando 22 variedades e 16 híbridos. Em resposta a essa dinâmica, tanto entidades privadas quanto órgãos públicos promoveram a inserção significativa de híbridos em Simão Dias (Embrapa, 2008).

Esse movimento se constitui alinhado fortemente ao sistema creditício, no qual a violência sutil desse sistema representa uma das principais formas de submissão das unidades de produção familiar à lógica do agronegócio. O uso extensivo de insumos agrícolas e a quase eliminação das sementes crioulas, substituídas por transgênicos em uma lógica de obrigatoriedade pelo agronegócio, tornam as unidades familiares ainda mais dependentes e subordinadas a empréstimos bancários. Essas práticas resultam na submissão da produção familiar à lógica predominante do agronegócio (Silva, 2014).

Observemos a plantação de milho híbrido no povoado Cumbe I (Figura 6):

Figura 6 – Plantação de milho no povoado Cumbe I



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

O propósito subjacente era introduzir as sementes de milho adaptadas às condições edafoclimáticas específicas, almejando maior rentabilidade no processo produtivo, com a inserção dos agricultores camponeses na lógica da agricultura capitalista. Essa “inserção” pode ser melhor explicada quando se entende que a substituição do cultivo integrado de subsídio pelo cultivo de milho está intrinsecamente relacionada às políticas de incentivo por parte do Estado para adoção de pacotes tecnológicos, para incluir também o agricultor camponês enquanto instrumento de manutenção da competitividade face ao sistema do agronegócio.

A partir de então, ocorre o *boom* de recomendações técnicas, apontando os tipos de sementes a serem utilizadas em determinada área, como deve ocorrer o processo de manejo, que tipo de substâncias agrotóxicas deve ser utilizadas, visto que, já se tem controle sobre os tipos de doenças e pragas que podem se desenvolver. Neste sentido, é fornecido subsídios em cadeia aos agricultores (Cardoso, 2022). Associado a um movimento ampliado de divulgação das novas recomendações técnicas, e a promessa de que determinadas sementes de milho são criadas especificamente para crescer (Figura 7).

Figura 7 – Divulgação das sementes híbridas em Simão Dias



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

O estudo obteve os seguintes resultados: a produtividade média de grãos alcançada em Simão Dias atingiu 6.279 kg/ha. Segundo o relatório produzido pelos técnicos da Embrapa, esses rendimentos estavam em paridade com os obtidos em regiões tradicionalmente dedicadas ao cultivo de milho no Brasil, evidenciando a substancial capacidade dessas áreas para a exploração comercial do grão. Destacaram-se, dentre os híbridos avaliados, o Agromen 31 A 31, BN 0313, Agromen 35 A 42 e BN 0913, que apresentaram rendimentos de grãos variando de 8.156 kg/ha a 8.325 kg/ha, equivalente a 136 sacos/ha a 139 sacos/ha, sendo consideradas escolhas altamente vantajosas para a Zona Agreste do nordeste brasileiro (Embrapa, 2008).

Neste viés, é possível observar os interesses diretos da execução desse projeto modelo e alcançar maiores índices de produção e rendimento, para inserir Simão Dias no mapa de produção de *commodity*, dentro do contexto sergipano. A partir da

comoditização do milho, desenvolveu-se o processo de monopolização e oligopolização, bem como a desnacionalização no domínio de produção a partir, sobretudo, do milho híbrido (Cardoso, 2022).

A introdução do milho enquanto cultivo em larga escala vem alterando significativamente a dinâmica da vida no campo e, conseqüentemente, do Trabalho. Se as práticas agrícolas se constituíam nos moldes da produção camponesa familiar para constituição da sua própria base alimentar, a homogeneização do ambiente e do espaço resultado da expansão do cultivo do milho, impossibilita a continuidade dessas práticas.

As articulações do agronegócio estão alinhadas com o discurso de aumento da produtividade e melhoramento genético dos grãos (Figura 8):

Figura 8 – Milho produzido em Simão Dias



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

A quantidade colhida de milho em grãos em Sergipe, no ano de 1995, segundo o Censo Agropecuário, esteve na marca de 55.057 toneladas, e a área colhida 63.643 hectares. No novo panorama secular, a produção de milho apresentou um salto quantitativo, bem como qualitativo no que concerne ao modo de produzir. Assim, a expansão do capital exige tanto a criação, quanto o ajuste de ambientes designados para a atividade produtiva, que é onde se revela o elo entre política econômica e

espacial (Gomes; Santos, 2019).

Tabela 18 – Quantidade produzida (t) e área colhida (ha) de milho, Simão Dias (2000 – 2010)

Ano	(t)	(ha)
2000	8550	9500
2001	12960	12000
2002	7128	12000
2003	21960	12200
2004	49000	14000
2005	43500	14500
2006	32300	17000
2007	63000	18000
2008	88000	22000
2009	140 000	28000
2010	150150	30030

Fonte: IBGE, PAM-Produção Agrícola Municipal (2000 – 2010).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2022.

Analisando os dados divulgados pelo IBGE – PAM, na primeira década do século XXI, a produção de milho apresentou índices acentuados no município de Simão Dias (ver Figura 9). No primeiro ano do século, a produção de milho no município apresentou quantidades sutis, comparada com os dados do estado de Sergipe divulgados pelo Censo Agropecuário 1995-1996.

Figura 9 – Plantação de Milho no Povoado Deserto



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

No entanto, a partir de 2003, surge uma tendência ascendente marcante. Tanto a quantidade de milho produzida em toneladas quanto a área colhida em hectares experimentaram um notável aumento. Esse período culmina no encerramento da primeira década do novo milênio, com a produção de milho em Simão Dias ultrapassando em quantidade, em toneladas, a produção de milho em todo o estado de Sergipe na década anterior. Esse marco é ainda mais impressionante, tendo em vista que, em aproximadamente 15 anos, somente em um único município sergipano, a produção de milho em grão foi multiplicada por cerca de três vezes em relação ao que foi alcançado em 1995.

Tabela 19 – Quantidade produzida (t) e área colhida (ha) de milho, Simão Dias (2011 – 2021)

Ano	(t)	(ha)
2011	158071	27160
2012	186000	31000
2013	186000	31000
2014	173800	31010
2015	160408	30380
2016	43500	14500
2017	32752	18400
2018	26179	7472
2019	186000	31000
2020	177408	28000
2021	150800	26000

Fonte: IBGE, PAM-Produção Agrícola Municipal (2000 – 2010).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Na segunda década do século XXI, observamos uma continuação do crescimento na produção de milho em grãos (Figura 10), mensurada em toneladas, no município. Esse aumento se deu mesmo diante de uma considerável estabilidade na área colhida, medida em hectares. Embora mantendo uma área de colheita relativamente constante ao longo dessa década, a produção de milho em toneladas aumentou de maneira significativa, alcançando um nível cerca de 18 vezes superior em comparação com os três primeiros anos do século.

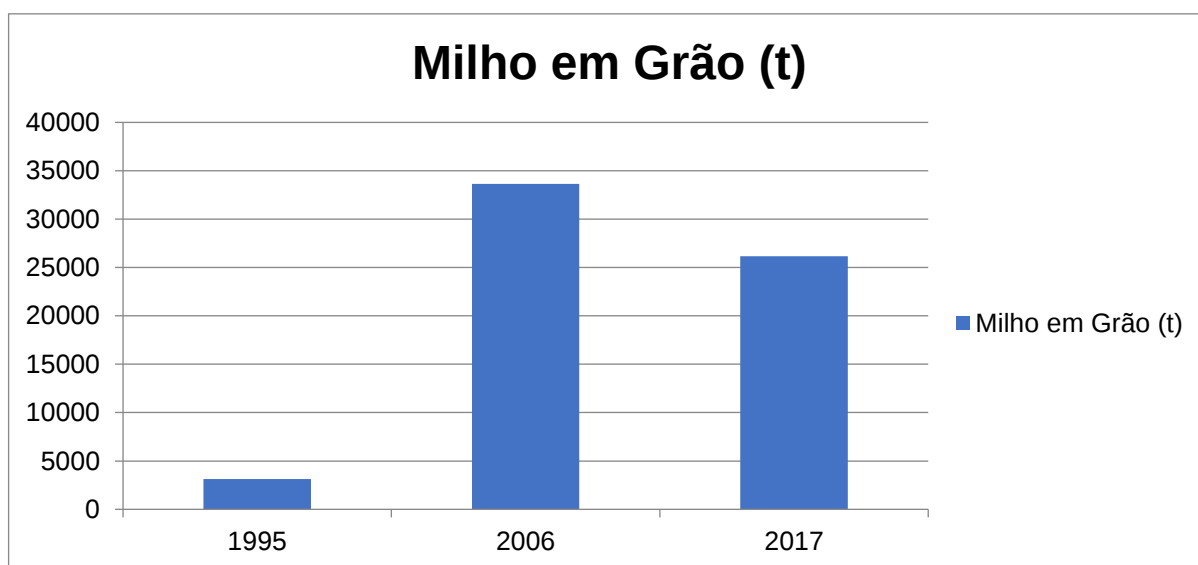
Figura 10 – Plantação de Milho



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Conforme os dados apresentados pela PAM-IBGE, a produção de milho em todo o estado de Sergipe durante o ano de 2010 ultrapassou a marca de um milhão de toneladas. Esse número representa uma notável mudança em relação ao início do século, quando a produção de milho em 2000 mal atingia a marca das 100 mil toneladas.

Gráfico 6 – Produção de milho, Simão Dias (1995 - 2017)



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1995/96 – 2000 – 2010).

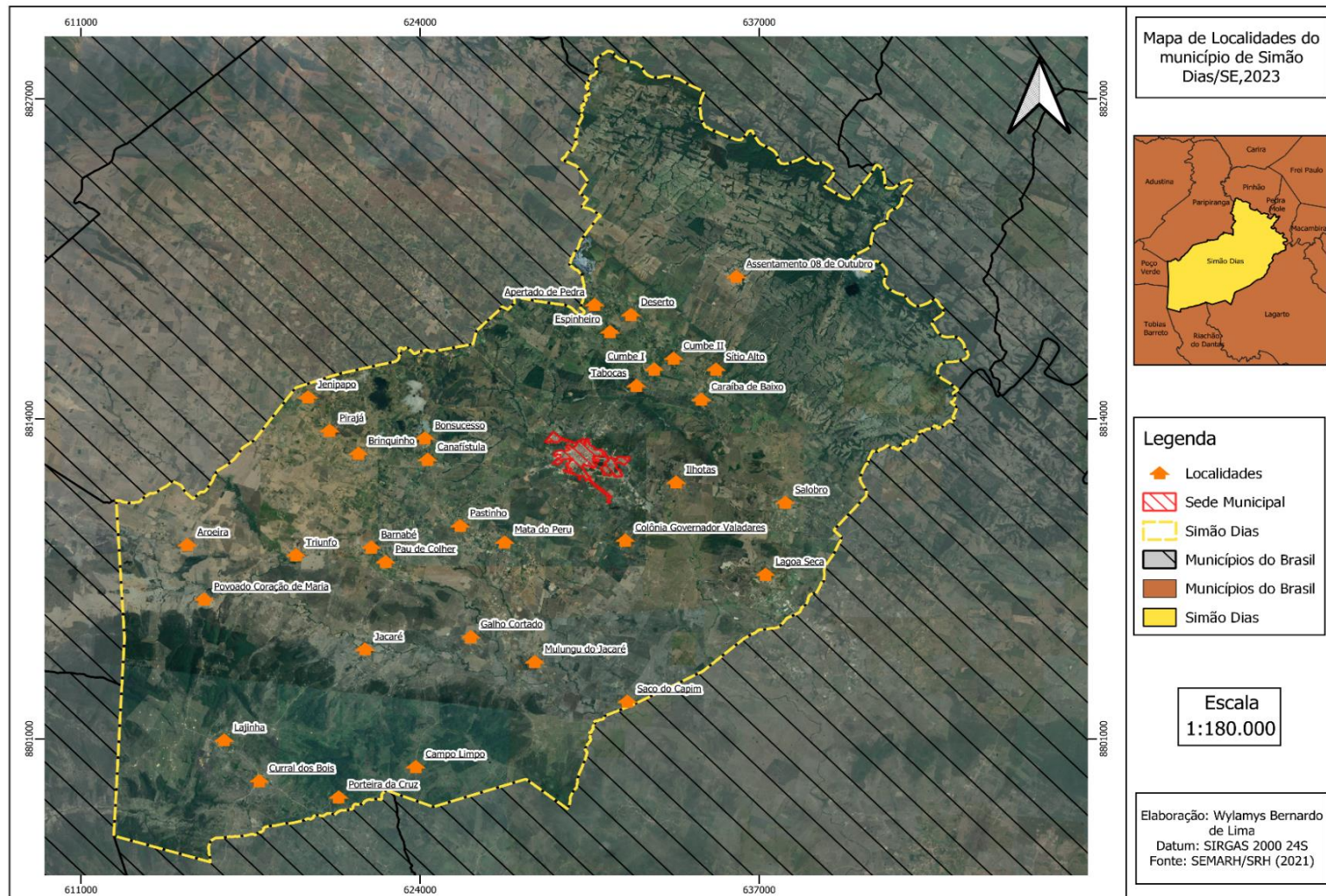
Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Os dados do Gráfico 6 apresentam a evolução do crescimento de milho em Simão Dias a partir das informações divulgadas pelos Censos Agropecuários de 1995/96 até 2017, o que possibilita observar um salto na produção do grão.

Esta inclinação para o milho em grão, em grande parte, decorre do fato de o Brasil ter ascendido como um significativo exportador de carnes para o mercado internacional. Tal ascensão reconfigurou a dinâmica agrícola, suprimindo a produção tradicional dos agricultores camponeses que dispõem de extensões menores de terra, direcionando-os para a satisfação da demanda crescente de abastecimento.

A concentração da produção de milho no município se dá, principalmente, nos povoados em direção ao município de Pinhão (ao norte), até o rio Vaza Barris, e nos povoados em direção ao município de Poço Verde (Figura 11).

Figura 11 – Mapa de Simão Dias



Elaboração: Wylamys Berardo S. de Lima, 2023.

Tabela 20 – Número de maquinários existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades), Simão Dias (2006 – 2017).

	Tratores	Semeadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras	Total
2006	179	75	66	30	350
2017	240	95	48	41	424

Fonte: IBGE – Censo agropecuário (2006 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2022.

Com base nos dados fornecidos sobre equipamentos agrícolas, observa-se que houve um aumento geral de 74 máquinas do primeiro para o segundo conjunto de dados, totalizando 350 e 424 máquinas, respectivamente. Notadamente, a categoria de Tratores apresentou o crescimento mais expressivo, com aumento de cerca de 25%. As Semeadeiras e Adubadeiras também mostraram um aumento, sendo de 20 e 11 unidades respectivamente. Por outro lado, a categoria Colheitadeiras registrou uma redução, com 18 unidades a menos no segundo conjunto. Esse panorama sugere uma possível priorização ou demanda crescente por tratores e outros equipamentos.

Nas entrevistas realizadas com o Técnico Agrícola e o Engenheiro agrônomo, os entrevistados apontaram que a colheitadeira e os maquinários foi o divisor de águas para o município, dado que alterou de forma significativa a maneira de produzir milho.

No processo produtivo do milho, o trabalhador também se tornou desnecessário. Se antes precisava de vários trabalhadores para colher uma roça de milho, quebrar, bater, mesmo quando usava as bateadeiras simples acopladas no trator, agora não precisa mais. Somente aqueles produtores pequenos que usam esse tipo de bateadeira hoje em dia, mas é muito pouco. Então, não precisa mais de trabalhadores. É muito difícil (Engenheiro Agrônomo, 67 anos).

A crescente automação no setor agrícola, com a agricultura capitalista, conforme evidenciada no processo de colheita do milho, tem trazido à tona uma importante questão social e econômica. Com a adoção de maquinário avançado, a necessidade de força de trabalho humana direta nas etapas de colheita tem diminuído consideravelmente, revelando o processo de alteração na composição orgânica do capital, a partir de um crescimento nos investimentos em Capital Constante e a diminuição da necessidade de investimento em Capital Variável.

Nos assentamentos do município, especificamente no 8 de outubro e no Carlos

Lamarca, o agronegócio do milho se manifesta de forma palpável, com uma proeminente produção de milho transgênico. Em entrevista no trabalho de campo, foi averiguado que, no Assentamento 8 de Outubro, há cerca de 40 produtores de milho, com uma produção consideravelmente elevada para o município, como podemos observar na Figura 12:

Figura 12 – Cultivo de milho no Assentamento 8 de Outubro



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Figura 13 – Plantação de milho no Povoado Aroeira



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Na Figura 13 é possível observar as plantações de milho assumindo um caráter homogeneizador da paisagem, produzindo um “mar de milho”.

Em termos práticos, isso significa que as máquinas estão, de certa forma, usurpando os postos de trabalho tradicionalmente ocupados por seres humanos no campo. Esta transição tem implicações profundas, não apenas para os trabalhadores do campo, mas também para as relações econômicas e sociais das comunidades. Enquanto a mecanização pode aumentar a eficiência e a produção, ela também desencadeia desafios relacionados ao desemprego, à precarização do trabalho, à mobilidade do trabalho etc.

Ao evidenciarmos a realidade prática de “furto” dos postos de trabalhos pelas máquinas, torna-se, conseqüentemente evidente, o processo de acumulação de capital através das mudanças na composição orgânica do capital. Isto é, com o aumento de investimentos no Capital Constante para aquisição e aumento de maquinários e tecnologias, ocorre a redução nos gastos com salários dos trabalhadores, ou seja, redução do Capital Variável (Marx, 1988).

As máquinas produzem uma espécie de trabalhador destinado à subsunção, possibilitando o aumento da quantidade de matérias-primas, alargando a exploração e impulsionando a divisão social e territorial do trabalho.

Essas máquinas substituem o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera simultaneamente com ferramentas iguais ou semelhante àquela, e é acionado por uma força motriz, qualquer que seja a forma. O crescimento da produtividade e a necessidade da expansão capitalista provocam o aparecimento de atividades no setor de serviços, mobiliza as forças de trabalho com baixo valor de troca, e provoca a formação do excedente de força de trabalho (Oliveira, 2007, p. 50).

Marx (1988) afirmou que o próprio movimento de acumulação capitalista produz de forma constante, de acordo com a proporção de sua dimensão, uma população adicional relativamente supérflua ou subsidiária. Assim, se uma população de trabalhadores excedentes é resultado natural do aumento de riqueza no sistema capitalista, essa superpopulação se torna essencial para impulsionar ainda mais a acumulação de capital. Ela é como um “exército industrial de reserva” à disposição do capital, sendo considerada propriedade dele de forma tão absoluta como se tivesse sido criada por ele mesmo. Esta superpopulação está sempre pronta para ser explorada, independente dos verdadeiros aumentos na população.

Com o contínuo acúmulo de capital e o desenvolvimento das forças produtivas,

essa superpopulação desempenha um papel importante na expansão rápida do capital. Isso ocorre não apenas porque a elasticidade do capital em operação aumenta, juntamente com a riqueza total da qual o capital representa uma parte flexível, mas também devido à capacidade instantânea do crédito em disponibilizar uma parte incomum dessa riqueza como capital adicional, em resposta a estímulos específicos (Marx, 1988).

Marx (1988) apontou que as condições técnicas do processo de produção, como maquinaria e transporte, permitem uma transformação mais rápida do excedente produzido em meios de produção adicionais. Assim, a massa de riqueza social, que se torna abundante com o progresso da acumulação, é intensamente direcionada para ramos de produção existentes cujos mercados se expandem repentinamente, ou para novos setores, cuja necessidade surge do desenvolvimento dos setores existentes.

O procedimento de colheita do milho tem se beneficiado de avançados mecanismos de automação, possibilitando maior rapidez no processo. Inicialmente, uma colheitadeira, equipada com tecnologia de ponta, percorre os campos, recolhendo as espigas de milho (Figura 14). Depois dessa execução, a máquina colheitadeira deposita o milho colhido em um receptáculo denominado "Bazuca" (Figura 15). Quando a Bazuca alcança sua capacidade máxima, seu conteúdo é prontamente transferido para uma carreta estrategicamente posicionada nas imediações da área de colheita, otimizando o processo de armazenamento e subsequente transporte (Figuras 16 e 17).

Figura 14 – Colheita do milho realizado pela colheitadeira



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Figura 15 – Transferência do milho da colheitadeira para a “Bazuca”



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Figura 16 – Carreta utilizada para o escoamento da produção de milho



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Figura 17 – Transferência do milho da bazuca para a carreta



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Souza; Conceição (2008) indicam que o agronegócio opera a partir de uma estrutura que facilita a integração da produção agrícola em si com outros setores, o que resulta em um processo de industrialização e beneficiamento dos produtos ainda no campo. Tal estrutura é garantida e facilitada pelo estreitamento das relações entre os latifundiários e os capitalistas. As autoras ainda compreendem que todo esse aparato estruturante do agronegócio se estabelece em três eixos primordiais:

A primeira parte corresponde aos negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas). Em segundo lugar, tem-se os negócios à montante (ou "da pré-porteira") aos da agropecuária, representados pelas indústrias e comércios que fornecem insumos para os negócios agropecuários; a exemplo dos fabricantes de fertilizantes defensivos químicos, maquinário de diversos portes (tratores, colheitadeiras, dentre outros), etc. Em terceiro lugar, estão os negócios à jusante dos empreendimentos agropecuários. São os negócios "pós-porteira", aqueles que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais; por exemplo, os frigoríficos, as fábricas de fiação, tecelagem e de roupas, os curtumes e as fábricas de calçados, os supermercados e varejistas de alimentos etc. (Souza; Conceição, 2008, p. 107-108).

Assim, ocorre uma integração ordenada e significativa do agronegócio, em que as fases de produção, circulação e consumo estão intimamente interligadas. Os diferentes estágios da cadeia produtiva do milho⁸ estão sob o controle determinante da relação entre os latifundiários, os produtores, as indústrias e os comerciantes. Essa articulação se constitui importante motor do processo de concentração fundiária, de precarização do trabalho e da produção da obsolescência do trabalhador. Outrossim, produz a necessidade de deslocamento dos produtores camponeses obsoletos, tendo em vista que a lógica de produção do agronegócio é intensamente deletéria para com as dinâmicas de produção distintas das suas, qualquer que seja a forma de produzir que não almeje a intensa exploração do trabalho e a extração de lucros.

O processo de produção de milho em Sergipe e, especificamente em Simão Dias, via agronegócio, é voltada para a exportação, que se dá, como mencionado anteriormente, principalmente pelos portos da Bahia e de Pernambuco. Entretanto, uma diminuta parte dos pequenos produtores de milho, que não repassam de imediato sua produção para os atravessadores, armazenam o milho em silos. Como podemos

⁸ É relevante assinalar que a presente investigação não visa analisar a integralidade da cadeia produtiva do milho, englobando fases, como secagem, armazenamento, entre outras. Mas sim, compreender a totalidade do processo produtivo do milho e os rebatimentos no processo de trabalho. Todavia, a partir das pesquisas de campo, foi possível observar determinadas etapas do processo produtivo.

observar na Figura 18:

Figura 18 – Silo para armazenamento de milho



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Vejamos os relatos a seguir, extraídos de entrevistas realizadas em 12 de novembro de 2022 com dois agricultores:

Agora é difícil arrumar trabalho, porque as máquinas fazem tudo. Antigamente a gente tinha que limpar as roças na enxada, hoje em dia, não precisa mais, tem o veneno pra isso. Então, nem pra bater o milho no trator não precisa mais da gente (Agricultor, 50 anos).

São poucos os que ainda usam a bateadeira de milho, mas ainda tem, então a gente só consegue trabalho na hora da colheita, naquelas roças que não tem como mesmo a colheitadeira subir a serra. Aí a gente ainda encontra trabalho por uma ou duas semanas, porque quando o peão sabe que tá tendo aquela roça, todo mundo cai em cima (Agricultor, 48 anos).

Nos trechos acima, é relatada a realidade do trabalho no campo a partir da introdução do agronegócio do milho. É pontuado que, as máquinas e as tecnologias foram usurpando o trabalho camponês de forma processual, visto que, quando o projeto de produção de milho em larga escala estava sendo implementado, os camponeses que precisavam vender “o dia de trabalho”, ainda encontrava no próprio campo essa possibilidade. Bem como, é apontado que aos poucos, mas não lentamente, essa realidade foi mudando, e se na aurora do agronegócio do milho ainda existia algum posto de trabalho, atualmente essa realidade é totalmente diferente.

Quando se abre a 'janela' para vender a força de trabalho nas plantações de milho, a experiência é brutal e exaustiva. Os trabalhadores se deparam com terrenos íngremes, criando uma jornada extenuante. A competição é feroz, pois um contingente relativamente alto de desempregados aguarda no campo, prontos para preencher as oportunidades de trabalho escassas. Quando surge a chance, as pessoas se lançam em massa, resultando em uma oportunidade de trabalho extremamente efêmera que os devolve rapidamente à perversa realidade do desemprego e da miséria.

À medida que somos arrastados para uma fase tecnológica e de automatização, observa-se uma imponente evolução na implementação de maquinários de ponta nos setores produtivos. Tal transformação, embora apareça substancialmente como avanços em termos de eficiência e capacidade produtiva, também suscita tensões intrincadas sobre os rebatimentos sociais e econômicos desse processo, principalmente ao analisarmos essa questão à luz da compreensão marxiana de composição orgânica do capital.

Os grandes produtores de milho de Simão Dias, que produzem além do território municipal e estadual e além de suas propriedades, visto que o processo de arrendamento vem crescendo, utilizam massivamente o aporte tecnológico em todas as etapas de produção. Por essa razão, os postos de trabalho estão reduzidos praticamente à operação dos maquinários.

Os pequenos e médios produtores, que não possuem a propriedade de grandes extensões de terras e sua condição permite o domínio de menores extensões de terras via arrendamento, ainda utilizam a força de trabalho no processo de colheita, considerando que não utilizam todo o aporte tecnológico e maquinários de ponta, onde ocorre a colheita semimecanizada.

Neste sentido, o processo laborativo da produção de milho se dá nos seguintes termos: o milho é despigado (quebra de milho) de forma manual, cada trabalhador fica responsável por uma determinada área da roça (eito) e vai colhendo-o de fileira por fileira e ensacando. Quando o saco está cheio, o trabalhador leva até onde estão dispostos todos os outros já preenchidos (ruma) e, no final do dia, (podendo ser realizado também uma ou duas vezes na semana), o milho é trilhado (separação do grão da espiga) em trilhadoras estacionárias (batedeiras).

Observemos as Figuras 19, 20 e 21:

Figura 19 – "Batida" de milho semimecanizada



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 20 – "Batida" de milho semimecanizada



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 21 – "Batida" de milho semimecanizada



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

De um lado, um grupo de trabalhadores despejam as espigas de milho na bateadeira, com o auxílio do operador (motorista do trator), do outro lado, o milho sai trilhado (descaroçado e limpo). Nesse lado, outro grupo de trabalhadores recebem o milho e ensacam, atendendo ao ritmo da máquina. Um terceiro grupo de trabalhadores realiza a pesagem do milho – cada saco deve conter 60 kg – e o fechamento do saco (costura). Finalizado esse processo, inicia-se o transporte do milho, realizado pelos próprios operários, os quais carregam o reboque do trator e descarregam no galpão.

É importante mencionar que durante o processo não é disponibilizado nenhum tipo de Equipamento de Proteção Individual (EPI), água ou alimentação. Os próprios trabalhadores utilizam calças e casacos para evitar ferimentos com as palhas do milho, bem como levam suas próprias garrafas de águas e seu próprio alimento. A alimentação ocorre embaixo de árvores (quando possui), ou em estruturas de lona construídas por eles (Figura 22).

Figura 22 – Preparo da alimentação dos trabalhadores



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

As plantações de milho ocupam, cada vez mais, as adjacências das casas dos trabalhadores que vivem no campo, entretanto, diversos deles vêm da sede do município ou de comunidades mais distantes. Sendo assim, alguns grupos (inclusive famílias) se organizam para preparar o alimento na própria roça, como observado na Figura 22.

O transporte do milho também é realizado sem nenhuma garantia de segurança, já que eles se locomovem (da plantação até o galpão), amontoados em cima dos sacos de milho no reboque do trator, conforme é possível visualizar na Figura 23:

Figura 23 – Transporte de milho e de trabalhadores



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Vejamos o relato a seguir, extraído de entrevista realizada em 18 de novembro de 2022, de um agricultor que trabalha na colheita do milho,

Logo quando começou a plantar muito milho assim, a gente ainda tinha trabalho, porque sempre precisava roçar os aceiros, sempre aparecia uma coisa pra fazer. E na hora da colheita era a gente que fazia. Então, a gente quebrava o milho, batia na roça mesmo e carregava até o depósito. Depois disso, a gente catava o milho que ficava na roça e batia de novo. Hoje não acontece mais assim, porque a colheitadeira faz tudo (Agricultor, 60 anos).

Podemos observar a partir do relato acima, como os postos de trabalho no próprio processo produtivo do milho vão se tornando escassos ao longo do tempo. Bem como, nota-se, a partir da descrição acima, como as condições de realização de

tais atividades eram extremamente precárias e estafantes.

Oliveira (2007) apregoa que, no contexto do agronegócio, as tecnologias conduzem em direção aos processos de diferenciação e de subordinação do trabalho pela territorialização e monopolização do território pelo capital. Especificamente o setor agrícola tem sido palco de transição notável, caracterizada pela crescente substituição da força de trabalho humana pelo trabalho mecânico. Essa transição é tão acentuada que, na atualidade, a demanda por força de trabalho tem sido primariamente relegada à operacionalização e manutenção destes aparatos tecnológicos.

Ilustrativamente, na produção de milho, um cultivo historicamente essencial para a alimentação de inúmeras populações, a dependência da força de trabalho humana tem sido reduzida quase que exclusivamente à fase pós-colheita.

Neste sentido:

Os poucos postos de trabalho circunscritos à produção do milho compreendem a fase do plantio e da colheita, que se realizam de forma aligeirada pela elevada presença de maquinários. Infere-se que os financiamentos da compra de tratores expandiram o uso da tecnificação das atividades agrícolas; esse tipo de implemento antes era monopolizado por uma diminuta parcela de fazendeiros, hoje esse panorama se encontra presente também entre médios proprietários e até pequenos (Silva, 2020, p. 114).

Após a passagem da colheitadeira, que opera com determinada celeridade, restam algumas espigas dispersas pelo terreno. Esse particular estágio, denominado "momento da cata" (Figura 24 e 25), exige ainda a intervenção manual. Aqui, os trabalhadores são requisitados em maior número para garantir que nenhum grão seja perdido, demonstrando que, mesmo com o avanço da tecnologia, há nuances do processo que demandam o trabalho humano.

Figura 24 – Etapa da cata manual de milho



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 25 – Catação de milho



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

No entanto, não podemos negligenciar os rebatimentos nas relações sociais de produção, nem na divisão social e territorial do trabalho, uma vez que a diminuição da necessidade da força de trabalho, em grande parte do processo produtivo, intensifica o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, ampliando as desigualdades e gerando potenciais tensionamentos sociais. Muitos agricultores e trabalhadores, que anteriormente ocupavam postos de trabalho na cadeia produtiva do milho em princípio, encontram-se à margem.

O agronegócio do milho tem se apropriado historicamente das terras, e expropriado a força de trabalho camponesa. Transformando-os em força de trabalho a disposição para o complexo produtivo do capital, inclusive na própria produção de milho. Entretanto, com a acelerado desenvolvimento de tecnologias, este cenário não absorve toda a força de trabalho existente, produzindo, cada vez mais, trabalhadores supérfluos e obsoletos, sucumbindo-os aos mais elevados níveis de miserabilidade.

Na intrínseca relação da composição orgânica do capital, com a intensificação da introdução e intensificação de tecnologias, como maquinários, sementes transgênicas e agrotóxicos, a partir da intensa elevação do capital constante em prol do capital variável, ocorre a produção de um exército de reserva. Isto é, eleva-se quantitativamente os trabalhadores que ficam de fora do processo de produção, como afirmou Marx (1988, p. 180), “o próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos pobres laboriosos”.

Neste contexto, é de suma importância observar que, em Sergipe, particularmente em Simão Dias, a produção de milho foi, historicamente, enraizada na agricultura camponesa. Estas unidades de produção familiar, majoritariamente voltadas à alimentação, refletem a essência e o legado agrário dessa região.

Vejamos a seguir um trecho da entrevista:

Antigamente, a gente ia fazer roça lá na ladeira, os donos das fazendas davam um pedacinho de terra a gente, porque a gente até tinha 1 tarefa de terra, coisa pouca, mas éramos muitos filhos, eu mesmo tinha 11 irmãos. Aí a gente plantava, colhia, dava uma porcentagem ao dono da fazenda, e guardava o que dava pra guardar pra ir comendo durante o ano. O feijão, o milho pra criar galinhas, a gente fazia farinha e guardava. Ali, todo mundo da família usava. E guardava as sementes para o ano vindouro (Agricultor, 60 anos).

A possível apreender a partir do relato acima, como se dava o processo de trabalho ancorado nas relações familiares de produção na agricultura camponesa no

seio das unidades de produção. Do mesmo modo que, constata-se a produção consorciada de cultivos alimentares.

Com a inexorável marcha da modernização permeando a esfera da produção de milho, assistimos a uma meticulosa recalibração das práticas agrícolas, que agora se alinham com os padrões tecnológicos mais avançados e sofisticados do momento. Esta evolução conduziu a uma transição perceptível, em que os cultivos tradicionais, como o consórcio entre milho e feijão, e as plantações de mandioca (macaxeira e aipim), foram sendo progressivamente eclipsados pelo dominante monocultivo do milho em grão.

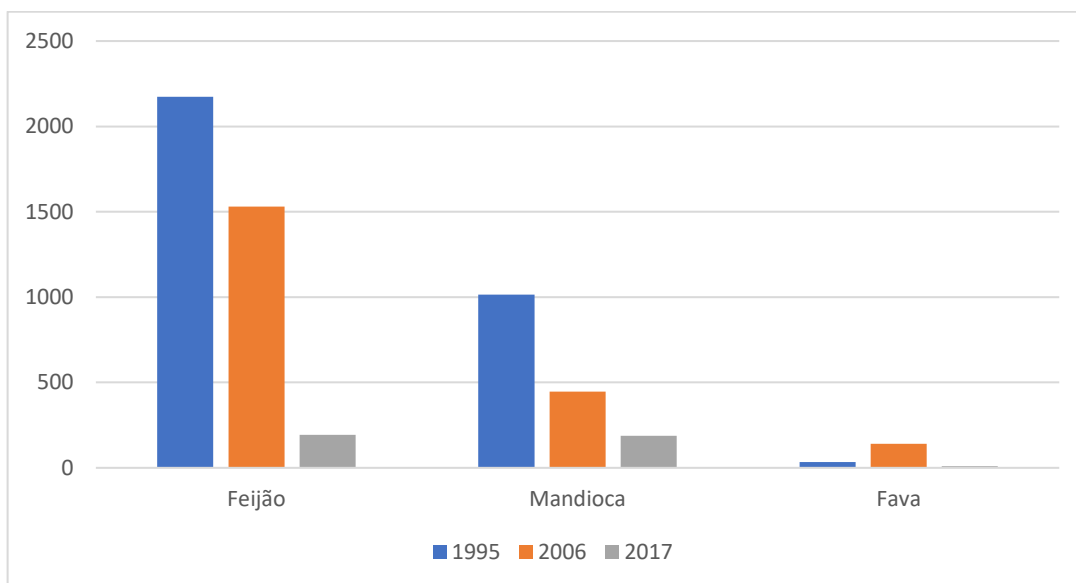
No recorte abaixo, é possível compreender como o agronegócio do milho vem despojando dos camponeses não apenas as suas terras, a partir do domínio direto, mas também, dos modos próprios de reprodução de sua condição de vida construídas socialmente ao longo do tempo.

Hoje em dia, não tem mais isso. Primeiro que as ladeiras agora já têm plantação de milho, os donos é bem difícil dar um pedaço ao pai de família. Apesar que hoje em dia tem uns dois ou três que ainda faz roça lá, mas antigamente eram muitos. Todo dia a “carrada” de gente subia a serra e voltava de tardezinha. Hoje não precisa mais, tudo é pra vender, a gente compra o feijão, compra o milho, compra a farinha (Agricultor, 48 anos).

A produção em larga escala do milho furta dos agricultores camponeses o caráter da produção das unidades de produção familiar, desconfigura e altera de forma intensa seu modo de vida, sucumbindo-os à lógica da produção para o mercado. De acordo com Kautsky (1980), com o desenvolvimento do capital no campo, a dinâmica da produção dos agricultores camponeses não é mais para sua unidade familiar, pois eles são induzidos a comprar os instrumentos, cada vez mais, modernos, além de insumos, e a maior parte dos seus gêneros alimentícios.

Ao analisar os dados dos Censos Agropecuários, podemos observar uma significativa redução da produção de cultivos alimentares em Simão Dias (Gráfico 7):

Gráfico 7 – Culturas alimentares (t), Simão Dias (1995-2017)



Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1995/96 – 2000 – 2010).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

A produção de feijão, de mandioca e de fava, que são os cultivos tradicionais não só de Simão Dias, mas de Sergipe, apresentou uma redução vertiginosa desde 1995 (Tabela 21).

Tabela 21 – Culturas alimentares (ha). Simão Dias (1995 – 2017)

	Feijão	Mandioca	Fava
1995	4205292	510497	186785
2006	3255	90	79
2017	280	31	18

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1995/96 – 2006 – 2017.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Ademais, há uma redução significativa das áreas destinada à plantação desses cultivos. Ao passo que houve o crescimento potencial da produção de milho e da utilização de terras para sua produção, ocorreu o movimento potencialmente ao contrário no que corresponde à produção de alimentos. A expansão do agronegócio

reduz a produção local de alimentos (Souza, Conceição, 2008). Como podemos averiguar, a partir dos relatos a seguir:

O cultivo do milho acabou com o cultivo de outros gêneros. O feijão daqui agora vem de Goiás, a macaxeira desapareceu e deu lugar extremamente secundário a abóbora, que também já teve altas produções, mas agora com a intensificação do milho, tá entrando em declínio também (Técnico Agrícola, 60 anos).

Tudo isso a gente plantava na enxada, limpava a terra, plantava na enxada, e colhia de forma manual, tanto milho como o feijão. Sem veneno e sem adubo nenhum. As pessoas que plantavam muita roça, na colheita os vizinhos se juntavam, a gente ia fazia de um vizinho, depois ia e fazia do outro. Todos juntos, milho e feijão, a gente batia o milho e o feijão na mão, 50, 60 sacos, debulhava o milho, passava a noite debulhando. Plantávamos abóbora também, couve, bananeira... (Agricultora, 43 anos).

A produção de insumos alimentares em Simão Dias tem sua fundação nas unidades de produção familiares, emblematicamente, representadas pelos minifúndios. Conforme pesquisas minuciosas obtidas através dos trabalhos de campo, esta produção – que abrange mandioca, feijão, fava e afins – predomina em propriedades que se estendem da meia tarefa⁹ até aproximadamente duas a duas tarefas e meia. Em síntese, a produção concentra-se nas proximidades das residências. Em contraste, propriedades que ultrapassam as 2 tarefas já se alinham à estratégia sagaz do agronegócio do milho, apoiado em um discurso de otimizada rentabilidade.

É que agora não dá mais lucro, ne? Plantar feijão, mandioca, essas coisas. Se a gente for plantar isso o trabalho é dobrado. Com o milho não, eu tenho 3 tarefas aqui e planto tudo de milho. Alugo o trator para arar, plantar – só o veneno que sou eu mesmo que passo, colher eu também colho mais uns camaradas que vem ajudar, e bater eu também alugo a batedeira. Assim, o trabalho é menos, e no final eu vendo o que for produzido. Guardo uma parte para plantar no ano que vem, e outra parte é o que eu vou vivendo, mas sei que isso só dá pra mim porque moro sozinho, se eu tivesse família sei que não daria, porque às vezes a coisa aperta e eu vou alugar meu dia quando acho (Agricultor, 46 anos).

Delgado (2012) aponta a inexistência de uma debilidade intrínseca da agricultura capitalista em produzir os meios de abastecimento alimentar da população.

⁹ É importante salientar que as medidas correspondentes a 1 tarefa são de 2.500 m². Ou seja, se 1 hectare são 10.000 m², uma tarefa é apenas 1/4 de hectare. Sendo que, foi averiguado em trabalhos de campos que propriedades de pelo menos uma tarefa e meia e duas, sucumbiram a produção homogênea do milho. Também foi constatado a partir dos trabalhos de campo e entrevistas, que a utilização do termo “Tarefa” é comum entre os produtores, sejam eles pequenos e médios. Salvaguarda, os grandes produtores, que inclusive, ultrapassam os limites municipais para produção de milho, utilizam precipuamente o termo “hectare”.

Entretanto, o que existe é um grave problema de desigualdade extrema na distribuição de renda urbana e rural, que se reflete, de forma acentuada, nos índices de desnutrição com todos os rebatimentos possíveis no que concerne à produção da miséria e da fome no campo.

A estrutura fundiária de Simão Dias segue um padrão histórico também observado em Sergipe, de aguda concentração, em que poucas pessoas detêm a propriedade de grandes extensões de terra, ao passo que as unidades de produção familiar são em propriedade consideradas minifúndios.

Em consonância aos dados do Censo Agropecuário, em Simão Dias em 1995 havia 3.963 estabelecimentos com menos de 10ha, que são categorizados como minifúndios. Isso representa uma grande proporção (cerca de 90%) dos 4.405 estabelecimentos totais de 1995. As propriedades maiores (acima de 200ha) eram relativamente poucas em número: 18 (entre 200 e 500ha), 13 (entre 500 e 2.000ha) e 2 (mais de 2.000ha). Contudo, embora fossem poucos estabelecimentos, ocupavam vastas áreas de terra.

Em 2006, considerando as propriedades menores que 10ha, a soma dos estabelecimentos das categorias é de 3.288. Isto é, cerca de 78% dos estabelecimentos agrícolas em Simão Dias em 2006 eram minifúndios, visto que controlam apenas cerca de 15,3% da terra agrícola total do município. Os estabelecimentos com áreas maiores que 100ha (categorias 13 a 16) somam apenas 69, o que é uma pequena fração do total, mas, juntos, controlam uma quantidade significativa de terra, 43,8% da área total. Produtores sem área: existe uma pequena fração (22) de produtores sem área.

Deste mesmo modo, os movimentos contraditórios do capital e da propriedade fundiária desvelam não uma posição externa, mas sim uma contradição constitutiva do próprio processo de acumulação do capital na agricultura. É possível compreendermos como um movimento de autonomização do capital em relação à propriedade fundiária – à semelhança do processo de autonomização técnica do capital e da subsunção real do trabalho pelo capital (Delgado, 2012).

A maioria dos estabelecimentos agrícolas em Simão Dias em 2006 era composta por minifúndios. No entanto, enquanto a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas eram pequenos em tamanho, uma pequena quantidade de estabelecimentos controlava áreas significativamente grandes de terra, indicando

uma forma de concentração fundiária. Em suma, como observado anteriormente, a dinâmica em Simão Dias reflete tanto a prevalência de minifúndios quanto elementos de concentração fundiária.

Em 2017, o total da área agrícola em Simão Dias é de 39.825 hectares, distribuídos em 3.490 estabelecimentos. As propriedades extremamente pequenas (com menos de 0,5 hectares) representam uma parcela mínima da área total cultivada, somando apenas 245 hectares. Contudo, estes pequenos estabelecimentos ainda existem em grande número (832), indicando uma alta fragmentação dessas terras e possivelmente refletindo atividades agrícolas de subsistência ou pequenas parcelas urbanas de terra.

A maioria dos estabelecimentos agrícolas se situa na faixa entre 0,5 a 20 hectares, totalizando 3.197 estabelecimentos e 11.341 hectares. Essa faixa é caracterizada por uma diversidade de tamanhos, mas ocupa quase um terço da área agrícola total de Simão Dias, constituindo o que podemos chamar de médias propriedades.

As grandes propriedades que são as que possuem entre 20 e 1.000 hectares compõem um total de 245 estabelecimentos, mas ocupam 22.686 hectares, significando mais da metade da área total agrícola de Simão Dias. Um dado de destaque são as propriedades entre 1.000 e 2.500 hectares, que, apesar de serem apenas 4 estabelecimentos, ocupam 7.071 hectares, representando cerca de 18% da área agrícola total com uma pequena quantidade de propriedades.

A estrutura fundiária de Simão Dias em 2017 mostra uma disparidade significativa entre o número de estabelecimentos e a área que ocupam. Enquanto a grande maioria dos estabelecimentos é de propriedades menores, a área total é dominada por um número relativamente pequeno de propriedades maiores. Esta configuração indica uma concentração fundiária na região, com um pequeno número de estabelecimentos controlando uma grande parte da terra.

Neste sentido, com a produção de milho predominando nas grandes propriedades e com a intensificação do seu cultivo, essa dinâmica vai furtando a liberdade da unidade de produção familiar através de diversos mecanismos, como o arrendamento.

Alinhado a isso, os dados do Censo Agropecuários revelam que de 1.675 estabelecimentos catalogados, voltados à produção agropecuária, cerca de 1.117

estabelecimentos registraram pessoas que precisam exercer atividade fora da sua unidade de produção, mas ainda em setores agropecuários. Além disso, mostram que em 472 tinham pessoas que exerciam atividades em setores não-agropecuários, e 86 em ambos. Isso indica que os agricultores não conseguem sobreviver a partir da sua produção, o que torna necessário “vender o seu dia”, vender sua força de trabalho.

Tabela 22 – Trabalhadores sem grau de parentesco por estabelecimento, Simão Dias (2006)

Período	Quantidade	Estabelecimentos
Até 60 dias	2126	593
Entre 60 e 180	168	77
Mais de 180 dias	388	99

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (2006).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Analisando os dados da Tabela 22, os dados referentes aos trabalhadores empregados nos estabelecimentos pelo período de até 60 dias demonstram uma alta rotatividade, ou seja, a maioria dos trabalhadores não têm empregos estáveis ou de longo prazo. Com a introdução e intensificação da utilização de maquinários no processo produtivo, a necessidade do trabalho humano manual e sazonal torna-se, cada vez mais, proeminente. Isto é, os trabalhadores são necessários apenas durante certas fases da produção, principalmente no período de colheita, mas se tornam relativamente supérfluos e obsoletos uma vez concluída essa fase.

O número de estabelecimentos que empregam trabalhadores por períodos mais longos, mais de 180 dias, é substancialmente menor em comparação aos estabelecimentos que empregam por períodos mais curtos. Essa realidade está relacionada ao processo de utilização de tecnologias, cada vez mais, avançadas nos grandes estabelecimentos latifundiários, ou seja, quanto maiores os estabelecimentos, maior a utilização de maquinários e menor a necessidade de força de trabalho.

Com uma visão adicional ao panorama de Simão Dias, é digno de nota que 704 estabelecimentos fizeram uso da força de trabalho temporária, contratando 473

trabalhadores para a tarefa de preparação do solo, 245 para a semeadura, 359 para o momento ápice de colheita e 188 para atividades complementares. De maneira ainda mais intrigante, das entidades que procuraram reforçar seus quadros de trabalhadores, 327 fizeram a escolha de realizar contratações através de intermediários, sendo que, da totalidade, 324 optaram por empreiteiros individuais, de conhecidos etc., enquanto apenas 3 optou pelo intermédio de empresas jurídicas.

Existe uma convergência para a produção de milho pela maior parte das pessoas, concatenadas pela lógica do agronegócio. Existem em Simão Dias os grandes, os médios e os pequenos produtores e há uma sintonia para a produção do milho. Boa parte dos pequenos e médios produtores, orientados pelo discurso de prosperidade do agronegócio, conseguem algum tipo de crédito rural para investir e, em sintonia com as associações comunitárias, alcançam algum tipo de política pública voltada para a produção do milho.

Neste sentido, o milho avança por todos os lados, conflitando diretamente com a sociabilidade camponesa, bem como, avança, do ponto de vista da ocupação de todos os espaços, produzindo uma paisagem homogênea, degradada e intensificando os processos de desmatamento.

Vejamos a Figura 26:

Figura 26 – Área recém desmatada para o plantio de milho



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Observemos os dados da Tabela 23, que apresenta os valores de

investimentos em Simão Dias voltados à aquisição de maquinários:

Tabela 23 – Investimentos (R\$) para aquisição de maquinários, Simão Dias (2014-2022)

Ano	Valor de Investimento (R\$)
2014	381,500.00
2017	485,000.00
2019	509,911.56
2020	1,030,200.00
2022	1,741,780.00

Fonte: Banco Central do Brasil, 2023.

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

A Tabela 23 demonstra o aumento significativo no valor dos investimentos em maquinários em Simão Dias, especificamente em tratores, colheitadeiras e outras máquinas e insumos. De 2014 para 2022, houve um aumento de quase 5 vezes mais nos investimentos. Estes, provenientes do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA), do já extinto Programa de Sustentação de Investimento (PSI-Rural), e do PRONAF, bem como de investimentos sem vínculo a nenhum programa específico.

O processo que foi observado na produção de milho no país e em Sergipe demonstra que: de um lado, a lavoura de milho tradicional, ou pela agricultura camponesa, foi-se perdendo terreno; enquanto de outro lado, houve larga ampliação da produção de milho com as práticas “modernas” de cultivo, via agronegócio. Considerando os demasiados e crescentes investimentos no desenvolvimento de técnicas e tecnologias do cultivo desde grão, seja em maquinários, em substâncias agrotóxicas, e, até mesmo, em sementes transgênicas.

Segundo Oliveira (2016), no rol de *commodities* produzidas no Brasil, a soja, o milho e o algodão ocupam uma posição de protagonismo, mas o feijão, a cana-de-açúcar e o eucalipto também fazem parte dessa realidade, possibilitando que o Brasil seja considerado um grande exportador do agronegócio, bem como um centro importador, sobretudo de sementes (Santos, 2020).

É neste sentido que Santos (2020) aponta que a consolidação do mercado mundial de sementes tem provocado grandes alterações na produção de alimentos, uma vez que as sementes passaram a ser tratadas como mercadoria, em virtude dos preços regulados pela dinâmica do capital, e não mais são produzidas para atender à demanda alimentar.

Na conjuntura agrícola atual, constata-se que a produção de milho está inextricavelmente inserida no modelo do agronegócio, apropriando-se de vastos territórios para o monocultivo. Durante a investigação de campo, foi possível averiguar que, no município de Simão Dias, apenas um diminuto grupo composto por duas pessoas persiste na salvaguarda das sementes crioulas de milho, conhecidas localmente como milho "catete" ou "catetinho".

Sobre a produção foi constatada a utilização de sementes transgênicas e a utilização de sementes híbridas, de herbicida, de fungicidas, ou seja, de agrotóxicos. A produção de milho crioulo se tornou praticamente obsoleta:

A produção do milho crioulo se tornou transpassada por aqui, pois os bancos não financiavam, então foi cercando esse tipo de semente. Hoje no município só encontra esse tipo de semente em dois lugares, no Sítio Alto e no Muriango (Técnico Agrícola, 60 anos).

Notavelmente, as guardiãs residem nos povoados de Sítio Alto (comunidade quilombola) e Muriango, locais que, ironicamente, encontram-se circundados pela presença do milho transgênico (Figuras 27 e 28).

Figura 27 – Entorno da Comunidade Quilombola Sítio Alto



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 28 – Plantação de milho no Quilombo Sítio Alto



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Para além do atentado contra a produção de alimentos, o mercado mundial de sementes representa uma ameaça direta aos povos e às comunidades tradicionais, sobretudo aos camponeses, uma vez que as corporações empresariais sementeiras têm, cada vez mais, se esforçado para impor sua lógica de produção (Santos, 2020).

Os produtores de menor e médio porte, influenciados pela retórica pujante do agronegócio, frequentemente, buscam por aportes financeiros por meio de créditos rurais. Esta procura, constantemente, é fortalecida e guiada por entidades governamentais, como a EMDAGRO.

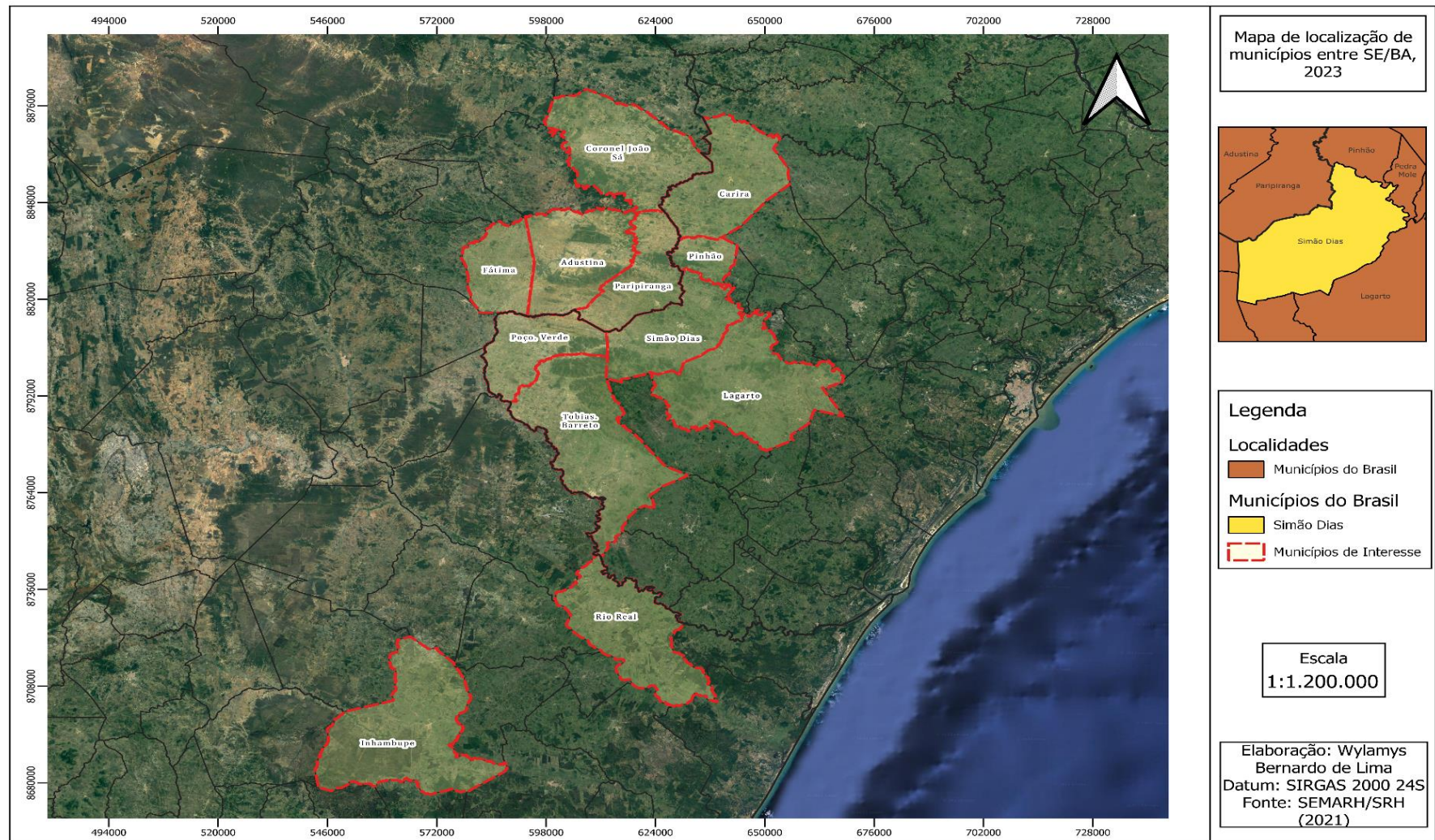
Inserido nesse contexto, a hegemonia dos grandes produtores que detêm os meios de produção, entra em contradição com os interesses e necessidades dos chamados pequenos agricultores, que, na maior parte do tempo, encontram-se subjugados e desprovidos de poder real de decisão.

E há os grandes produtores, que expandem, com frequência, sua produção. Estes magnatas do milho não se restringem à produção em suas terras natais nem se limitam às fronteiras municipais de Simão Dias. De acordo com dados obtidos em pesquisas de campo realizadas em estabelecimentos comerciais especializados em insumos agrícolas na região, identificou-se que muitos destes produtores têm diversificado geograficamente suas operações.

O estado de Sergipe já conta com a realidade de práticas agrícolas mecanizadas, como a utilização de tratores, plantadeiras, máquinas colheitadeiras e aviação. Técnicos agrícolas da EMDAGRO argumentam que a aproximação de Sergipe com o estado da Bahia favorece para que agricultores baianos arrendassem terras sergipanas para as plantações de milho, como também permite que arrendatários sergipanos usem das terras baianas, especialmente do município de Paripiranga, que faz fronteira com Simão Dias, espaço municipal sergipano. Essa divisa com a Bahia e as relações com os arrendamentos de terras contribuem para o crescimento de cultivo em áreas de Simão Dias e Carira, como também para as relações entre os agricultores dessas regiões. Além do mais, a expansão tecnológica possibilitou a elevação da produção de milho em Sergipe (Santana, 2022, p. 70).

Foi catalogado que terras em cidades baianas, como Paripiranga, Coronel João Sá, Inhambupe, Fátima, Adustina e Rio Real, entre outras, são locais frequentemente escolhidos. Já no estado de Sergipe, cidades, a exemplo de Pinhão, Carira, Lagarto, Poço Verde e Tobias Barreto também figuram na lista de preferências destes empresários do agronegócio (Figura 29).

Figura 29 – Mapa de Localização dos municípios adjacentes produtores de milho



Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2023.

Em entrevista com um operador de máquina, realizada em 03 de março de 2023, foi constatado que há um fluxo também para o estado do Maranhão, para a região de Imperatriz e Balsas:

A gente viaja pra lá todo ano, porque lá tem duas safras, então ele aproveita as chuvas daqui e as de lá. Ele (o produtor) planta milho aqui em Sergipe, na Bahia e no Maranhão. Ele transporta os maquinários daqui pra lá, quando termina lá, ele traz pra cá. Eu viajo pra lá, fico uns três meses lá, preparando a terra e plantando, depois a gente volta pra preparar a terra e plantar aqui, depois volta para lá para colher e terminar de preparar outras terras para plantar novamente, depois a gente volta, no final do ano para colher a daqui e começa tudo de novo (Operador de Máquinas, 45 anos).

Em entrevista realizada com atravessadores, foi coletada a informação de que o itinerário do milho oriundo de Simão Dias é direcionado, de forma sistemática, para o estado de Pernambuco, mais precisamente para a municipalidade de Cabo de Santo Agostinho, com o propósito primordial de exportação, e em segunda instância, para suprimento parcial das demandas do setor avícola local.

Outrossim, até o momento, no ano de 2023, cerca de 60 mil toneladas de milho foram embarcadas no porto sergipano, 28 mil toneladas agora em direção ao continente africano, e cerca de 32 mil toneladas no início do ano, para o abastecimento do mercado sul-americano.

A previsão é que em março aconteça outra operação. Sergipe responde por 50% da carga que tem origem no interior do estado, em municípios do Agreste e Médio Sertão Sergipano, a exemplo de Carira, Frei Paulo e Simão Dias. Os estados de Alagoas e Bahia respondem pela outra parte (SEAGRI, 2023).

Essa iniciativa integra as recentes políticas governamentais voltadas para o crescimento e expansão da capacidade de exportação por meio do porto do estado de Sergipe. Historicamente, a produção do estado flui pelos portos da Bahia e de Pernambuco. Notavelmente, o milho cultivado em Sergipe, especialmente em Simão Dias, é encaminhado a esses dois estados para posterior exportação.

É importante mencionar, inclusive, que esse movimento deve ser analisado atentamente, visto que contribui para uma alteração substancial nos dados de produção de milho desses estados, Sergipe, Bahia e Pernambuco, de modo que, quantitativamente parte da produção de milho de Sergipe é contabilizada nestes estados. O que indica que a produção real de milho (em termos quantitativos) é velada pelos dados.

Durante a investigação de campo em estabelecimentos especializados em produtos agrícolas, foram visitados oito distintos pontos comerciais, a fim de identificar e caracterizar os produtores de milho, compreender a demografia de sua clientela e investigar acerca das nuances relacionadas ao suporte técnico proporcionado por tais estabelecimentos.

Cinco desses estabelecimentos estão eminentemente focados em atender produtores de grande e média escala, oferecendo uma diversificada gama de produtos, que abrangem desde agroquímicos, fertilizantes, maquinário avançado até variedades de sementes transgênicas. Paralelamente, os três outros estabelecimentos delineiam-se para um nicho específico: os pequenos produtores, aqui compreendidos como agricultores camponeses.

Em uma análise sumária, pode-se inferir que os estabelecimentos voltados para os pequenos produtores oferecem um atendimento abrangente para o processo produtivo. Disponibilizam não apenas sementes e fertilizantes, mas também auxílio técnico relativo às variedades de sementes e aos agroquímicos específicos para diferentes composições edáficas. Em resposta a certas demandas específicas, estes estabelecimentos oferecem visitas *in loco* como uma "cortesia", com o objetivo primordial de prover soluções otimizadas para os desafios enfrentados.

Entretanto, foi pontuado que a maior parte dos clientes são aqueles produtores que já têm algum tempo de experiência com a produção de milho, e então, não requerem assistência especializada¹⁰, pois já chegam nas lojas sabendo o que querem, que tipo de sementes, que tipo de fertilizante, de adubo etc. No que tange à pulverização, um entrevistado fez o seguinte relato:

Antigamente a gente vendia muitas bombas costais, seja para o trabalhador, que ia trabalhar colocando defensivos agrícolas, seja para os donos das roças, que sempre gostava de ter 4 ou 5 bombas para aqueles lugares de difícil acesso dos tratores que realizavam a pulverização. Mas agora a gente quase não vende, inclusive a gente diminuiu bastante os pedidos. Por agora onde os tratores não conseguem chegar, os drones chegam, com uma eficiência bem maior que nas bombas de costa. A gente aqui vende os drones, bem como a gente aluga também. O agricultor vem aqui e contrata por hora, claro que a gente faz os cálculos relacionados à área pra entregar o orçamento (Comerciante, 35 anos)¹¹.

¹⁰ É pertinente salientar que a assistência técnica especializada, quando requerida, é frequentemente fornecida pelo próprio proprietário do estabelecimento, que detém uma formação em técnico agrícola.

¹¹ Entrevista realizada em 22 de abril de 2023.

Nos estabelecimentos orientados predominantemente para os grandes produtores, observa-se uma abordagem de atuação distinta. Estes estabelecimentos não se limitam ao município de Simão Dias, mas expandem seu alcance a regiões adjacências, incluindo jurisdições interestaduais. A diversidade de produtos ofertados engloba desde agroquímicos, variedades de sementes, fertilizantes até maquinários sofisticados. Adicionalmente, proporcionam uma consultoria especializada conduzida por engenheiros agrônomos. Há também a presença de representantes comerciais, que percorrem as propriedades agrícolas oferecendo os respectivos produtos e serviços.

Coadunando com a perspectiva do entendimento de Simão Dias como parte do território do milho sergipano, em que as relações sociais de produção vão se transformando no embate que ocorre no campo, sobretudo do ponto de vista do trabalho, entre os produtores do agronegócio e os produtores camponeses, articula-se uma alteração na dinâmica local, a partir do desenvolvimento de um mercado para atendimento das necessidades do agronegócio (Figuras 30, 31 e 32).

Figura 30 – Lojas comerciais voltadas para agropecuária e agronegócio em Simão Dias



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 31 – Lojas comerciais voltadas para agropecuária e agronegócio em Simão Dias



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Figura 32 – Lojas comerciais voltadas para agropecuária e agronegócio em Simão Dias



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

A intensificação da produção via agronegócio vai produzindo diversas problemáticas do ponto de vista social e econômico, visto que sua produção está aliada a uma lógica de extração de lucros e de superexploração da força de trabalho. Os processos que envolvem o desenvolvimento de um mercado local para atendimento das necessidades do agronegócio, que inclui a venda de substâncias agrotóxicas, maquinários e sementes transgênicas, resultam em diversas consequências.

Esse movimento, associado aos processos de eliminação das barreiras espaciais para constituição do domínio do capital, integra a política de “desenvolvimento” local imposta pelo agronegócio. No bojo das alterações das relações sociais, o poder local é destituído, e as antigas estruturas espaciais subordinadas, para alavancar toda uma política de adequação das necessidades do processo de expansão do capital (Silva, 2014).

Oliveira (2013) nos diz que um dos mecanismos do processo contraditório de territorialização do capital no campo é a expulsão dos trabalhadores para as cidades, para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços – setores propulsionados pela própria dinâmica do agronegócio, em que a reprodução ampliada do capital se desenvolve em sua plenitude, visto que, além da exploração da força de trabalho no campo, ocorre a exploração da força de trabalho em cadeia, dos trabalhadores expulsos do campo e que ocupam postos de trabalho nas cidades.

[...] este processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade aonde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio etc., em outro), vai sendo soldada de um lado, pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (boia-fria) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Por outro lado, pode-se verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades (Oliveira, 2013, p. 32).

Assim, o capital, enquanto força totalizadora, se fortalece através da fragmentação do processo de trabalho, recria formas variadas de subjugação do trabalho, tanto na forma assalariada como não-assalariada, que é especificamente o caso do trabalho camponês, que permanece inserido de forma contraditória no seu modo de reprodução da vida (Oliveira, 2007).

De acordo com Silva (2020), as principais empresas fornecedoras de milho em

Sergipe são a *Agroceres*, a *Dow AgroSciences*, a *DuPont Pioneer*, *Monsanto*, *Morgan* e *Syngenta*. A partir dos trabalhos de campo, foi possível observar a presença dessas empresas em Simão Dias, entretanto, a *Agroceres*, destaca-se, porque, além de comercializar seus produtos, realiza experimentos de sementes híbridas de milho, e mantém parceria contudente com o Grupo Rocha, a partir do Armazém Rocha (Figura 33).

Este, com atuação na região do Sealba¹², nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, onde além de comprar os grãos dos produtores da região, ofertam o serviço de secagem e armazenamento. Do mesmo modo, realiza a troca do produto por agrotóxicos.

Figura 33 – Empresa de secagem e armazenamento de grãos em Simão Dias



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Sobre isso, Silva (2020) aponta que o mercado de sementes e agrotóxicos tem sido monopolizado por multinacionais específicas e que essas empresas vão se

¹² Sealba é um acrônimo formado pelas siglas dos estados componentes (Sergipe, Alagoas e Bahia), criado pela Embrapa Tabuleiro Costeiro e corresponde a uma delimitação geográfica que envolve um conjunto de 171 municípios (sendo 69 municípios localizados em Sergipe, 74 em Alagoas e 28 no nordeste da Bahia), que abrigam condições fisiográficas semelhantes e propícios para a produção de grãos. Essa nova “região” constitui-se a mais nova fronteira agrícola brasileira, objetivando a produção em larga escala de milho e soja.

territorializando no campo Sergipano intimamente ligado ao agronegócio do milho.

O uso de agrotóxicos em Simão Dias apresentou significativa elevação comparado os anos de 2006 e 2017, visto que, no primeiro ano mencionado, 888 estabelecimentos utilizaram substâncias agrotóxicas, enquanto em 2017 esse número subiu para 1.039. Segundo o Censo Agro de 2006, dos 873 estabelecimentos em Simão Dias, que utilizaram agrotóxico, aproximadamente 75% utilizaram o equipamento de pulverização costal.

Atualmente a não se utiliza com tanta incidência da pulverização com equipamento costal, mas sim totalmente mecanizado (Figura 34), mesmo em terrenos com declives hostis, em que as máquinas pesadas não conseguem operar, utiliza-se drones.

Figura 34 – Momento de Pulverização



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Segundo Cunha (2015), as corporações detentoras da produção de sementes de milho transgênico, tais como *Agrocere*, *Pioneer*, *Bayer*, *Dow* e *Monsanto*, em uma

estratégia de consolidação monopolística, orquestram campanhas publicitárias meticulosas. Estas campanhas frequentemente enfatizam a seleção de propriedades agrícolas emblemáticas, com evidente exibição de placas representativas das respectivas empresas produtoras de sementes, posicionadas estrategicamente nas margens das vias rodoviárias estaduais e federais.

Adicionalmente, essas entidades empresariais incentivam a aquisição de sementes, pesticidas e fertilizantes químicos, fundamentando-se em análises de solo disponibilizadas por instituições de extensão rural estaduais. Comércio especializado, como Master Safra e Rural, credenciados a estas corporações, servem como intermediários nessa cadeia de distribuição, evidenciando a expansiva territorialização dessas empresas no cenário agrícola brasileiro, inclusive no estado de Sergipe (Cunha, 2015, p. 23).

É pertinente observar que a magnitude das operações desses produtores não se restringe a delimitações geográficas municipais ou estaduais, como supramencionado. Muitos deles, além de cultivar em suas propriedades, expandem sua atuação através do arrendamento de terras, particularmente no município de Simão Dias, cidade em que frequentemente alugam/arrendam as pequenas propriedades.

Figura 35 – Plantação de milho em propriedade arrendada



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Esse mecanismo de arrendamento manifesta-se de duas formas distintas, com nuances variáveis entre os grandes e médios produtores:

1- O primeiro modelo consiste em uma transação financeira direta, na qual o arrendatário efetua o pagamento pelo uso da terra durante a temporada da safra de milho. Esta modalidade de acordo é mais prevalente entre os grandes produtores.

2- O segundo modelo de acordo, denominado arrendamento associativo ou "sistema de meia", opera de maneira que a terra é utilizada durante o período de safra e, ao término deste, o pagamento pelo uso da terra é efetuado por meio de uma porcentagem da produção total - comumente 30% ou 40%. Esta compensação pode ser realizada tanto em forma monetária quanto mediante a entrega de sacos de milho. Vejamos o relato a seguir:

Eu mesmo, não planto mais milho por causa da idade, mas tenho mais de 150 tarefas de terras arrendada por 400 reais a tarefa, tudo plantada de milho (Representante do Sindicato, 85 anos)¹³.

Os proprietários de terras de pequeno e médio porte, que não têm capacidade de produção e são obrigados a arrendarem suas terras para grandes produtores ou para produtores médios com recursos, residem em suas casas localizadas no campo, geralmente nas proximidades das propriedades que arrendam. Em raras ocasiões, encontram-se casos em que esses proprietários vivem fora da área rural e se estabelecem nas periferias da sede do município.

Tabela 24 – Preços médios de arrendamento e venda de terras, Simão Dias (2015-2022)

Discriminação	Unidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Arrendamento agrícola									
Lavouras	R\$/ha/ano	600,00	680,00	675,00	675,00	700,00	800,00	1.250,00	1.650,00
Explorações Animais	R\$/ha/ano	400,00	450,00	487,50	475,00	500,00	550,00	750,00	750,00
Engorda ou Estada de Animais	R\$/cab/mes	33,00	60,00	57,50	57,50	60,00	60,00	80,00	95,00
Venda de terra agrícola									
Lavouras	R\$/ha	12.500,00	16.500,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	20.500,00	30.000,00	31.500,00
Campos	R\$/ha	4.500,00	4.500,00	6.000,00	6.250,00	6.000,00	7.000,00	10.000,00	11.000,00
Pastagens	R\$/ha	7.500,00	8.000,00	9.250,00	9.250,00	9.000,00	10.000,00	14.000,00	15.000,00
Matas	R\$/ha	3.500,00	4.000,00	4.000,00	4.250,00	4.000,00	5.000,00	9.500,00	10.000,00

Fonte: EMDAGRO/ASPLAN, 2023.

Ao estudar a realidade do agronegócio do milho em Sergipe, Silva (2020) assevera que esse monocultivo tem elevado o preço da terra, principalmente nas áreas que têm maior produção, tendo em vista que a alta procura por terras com intuito

¹³ Entrevista realizada em 06 de setembro de 2022.

a produção de milho promove um movimento de especulação do preço diante dos arrendatários que buscam adquirir terras para a produção de milho.

Normalmente, as terras são compradas por proprietários que dispõem de capital e incorporam as propriedades menores, aumentando o quadro de concentração de terras, pois o monocultivo do milho é dependente de extensas áreas, sobretudo, em locais com a presença de terras mais produtivas que não sofrem severamente com as intempéries climáticas. Desse modo, os valores da terra no Agreste de Sergipe têm se elevado constantemente impulsionados pela valorização do cultivo do milho (Silva, 2020, p. 115).

É possível perceber esse movimento a partir dos dados levantados e divulgados pela EMDAGRO em 2019, que demonstraram que, em Simão Dias, no ano de 2015, o preço por hectare era de cerca de R\$ 12.500,00, em 2017 de R\$ 18.000,00 e em 2019 chegava a R\$ 20.000,00. Neste sentido, é possível compreender o movimento de valorização da terra que é destinada para a produção de milho, e como o crescimento do preço da terra nessas áreas está associado à demanda crescente de novos espaços para o cultivo desse produto (Silva, 2020).

Boa parte dos trabalhadores do campo trabalha em situações precárias, em condições irregulares e insalubres. São subsumidos à dinâmica superexploratória da sua força de trabalho, expostos a jornadas exaustivas no exercício de atividades degradantes e recebem valores insuficientes para sobrevivência. Instalados nessa lógica de exploração e de miséria, parte dos trabalhadores rurais acabam por exercer, cada vez mais, trabalhos precários, bem como tornam-se, ainda mais, supérfluos, ou seja, móveis. Meros andarilhos nos caminhos delineados pelo vaivém do capital.

Em tempos em que o progresso tecnológico e a inovação são aplaudidos como catalisadores do desenvolvimento, é desconcertante observar o contraste entre as promessas do agronegócio e a realidade que muitos jovens enfrentam ao buscar oportunidades nesse setor. Embora a profissionalização no manuseio de maquinários agrícolas possa ser, à primeira vista, uma perspectiva atraente para muitos, a verdade é que as práticas laborais dentro deste campo revelam uma faceta preocupante.

O agronegócio, frequentemente aclamado como a locomotiva da economia, carrega consigo os vestígios da era industrial em que a exploração da força de trabalho é a norma. O que, por sua vez, deixa muitos de fora desse processo, já que não há postos de trabalho suficientes para todos. Além disso, contribui para o aceite de condições de trabalho precárias, por medo da obsolescência.

A expectativa de que um único operador possa dominar e operar múltiplos maquinários, sem o devido incremento salarial, é sintomática de uma indústria que vê seus trabalhadores mais como ferramentas descartáveis do que como seres humanos. Esta flexibilidade forçada não apenas gera uma sobrecarga física e mental, mas também coloca em risco a segurança destes operadores, que constantemente são pressionados a maximizar a produção em detrimento de sua própria saúde.

Vejamos o relato obtido a partir da realização de entrevista com um operador de máquinas, no dia 03 de março de 2023:

O período que a gente mais trabalha é no preparo do solo e no plantio. Depois a gente dá um descanso, até vir a fase de pulverização, mas, mesmo assim, não é tanto trabalho. E depois na colheita. Mas a pior fase é o começo, porque a gente precisa preparar todos aqueles hectares de terras, com poucos tratores, primeiro a gente passa a “gradão” na terra, depois passa a niveladora para quebrar os torrões, se o solo precisar de calcário a gente coloca, depois planta já com o adubo, quando nasce joga a ureia, depois vem os venenos. Então, é trabalho dia e noite, porque é muita terra, depois vai para as outras cidades, Rio Real, Pedra Mole etc. Tem gente que acaba usando algum tipo de droga, rebite para aguentar o período de plantio, não é todo mundo, mas é muita pressão (Operador de Máquina, 22 anos).

A partir dos testemunhos dos operadores de máquinas, torna-se evidente a vulnerabilidade e a intensidade das condições laborais às quais estão submetidos. Essa condição, como afirma Marx (1988, p. 199) “é caracterizada pelo tempo máximo de serviço e mínimo de salário”. Muitos deles relatam atuar sob um regime de informalidade, sem o respaldo de um contrato formalizado por meio da assinatura da carteira de trabalho, privando-os de direitos trabalhistas fundamentais, como férias remuneradas. A compensação financeira é frequentemente estruturada em pagamentos diários ou por horas trabalhadas, sendo liquidada em intervalos semanais ou quinzenais.

Observemos a Figura 36 e 37, onde demonstra o processo de preparação da terra e o plantio do milho de forma mecanizada:

Figura 36 – Momento do preparo da terra



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Figura 37 – Momento do Plantio



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2022.

Oliveira (2007) afirma que as tecnologias se tornaram o sustentáculo da reprodução do capital, tendo em vista que, a partir delas, as grandes empresas mundiais do agronegócio podem obter o controle das diversas fases do processo produtivo, o que ocasiona uma modificação substancial do trabalho no campo, em virtude da introdução e intensificação das tecnologias que são trazidas de fora e que determina o ritmo e os procedimentos a serem realizados.

Outra tendência que está associada às novas configurações e desconfiguração do trabalho é a crescente exclusão dos jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos postos precários, dos trabalhos informais, dos desempregados, sem perspectivas de emprego, dada a vigência da sociedade do chamado desemprego estrutural (Antunes, 2004).

Paralelamente à exclusão dos jovens, ocorre a exclusão pelo capital dos trabalhadores considerados “idosos”, aqueles com idade próxima e superior aos 40 anos e que uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mundo laboral. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados (Antunes, 2004).

Embora muitos destes operadores considerem sua remuneração satisfatória — uma percepção influenciada, em grande medida, pela comparação com os rendimentos de outros membros da família —, essa avaliação frequentemente desconsidera os custos ocultos associados à sua ocupação. Muitos não contabilizam as exaustivas jornadas de trabalho, as inadequadas condições alimentares ou as instalações precárias em que, ocasionalmente, são alojados. Neste sentido, Marx (1988) atesta que:

O salário mais elevado atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera favorecida, até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário novamente caia para o nível médio anterior ou abaixo do mesmo, caso o afluxo tenha sido demasiado grande. Então, não só cessa a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão, mas ela inclusive dá lugar à sua emigração (Marx, 1988, p. 196).

A gratidão expressa por alguns pela "oportunidade" de trabalho ressalta uma realidade preocupante: a aceitação resignada de condições laborais inconsistentes, muitas vezes, em função da escassez de alternativas viáveis de efetivação do trabalho.

Esse movimento se estabelece de forma ainda mais aguda em se tratando do campo, pois determinados trabalhadores, jovens, idosos, ou mulheres, além da subsunção ao desemprego estrutural, não possuem a propriedade da terra. O exercício do seu trabalho, então, já se estabelece na informalidade, seja por conta de propriedades de terras exíguas a sua sobrevivência, em situação de superexploração de sua força de trabalho, ao ser vendida aos grandes latifundiários para exercício de atividades precarizadas, seja devido à sujeição ao terceiro setor. À vista disso, Marx (1988) observou que:

O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta de vida (Marx, 1988, p. 198).

Neste cenário, o processo de exploração do trabalho é extenuante e deletério, já que o capital busca fissuras nas estruturas sociais para penetrar e explorar de forma, cada vez mais, intensa o trabalho em busca da expansão da extração de lucros. Ao passo que exclui boa parte dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores com mais de 40 anos, explora a força de trabalho infantil e feminina.

Vejamos o relato a seguir, extraídos de entrevistas realizadas em 12 de novembro de 2022:

É que a gente não tem condição, né? Então, quando um filho nosso quer ir trabalhar quebrando milho, a gente não faz força pra empatar, né? A gente não tem condição nem de dar o alimento direito, então quando os meninos querem ter um dinheirinho, precisa trabalhar. Os donos da roça geralmente só deixam criança vim trabalhar quando os pais vêm, ou algum parente, porque se acontecer alguma coisa, eles não querem se responsabilizar, né? Aí tem que ter os responsáveis (Agricultor, 45 anos).

A partir das entrevistas realizadas, obteve-se a informação de dois acidentes de trabalho, no processo da colheita do milho, envolvendo crianças. As duas situações ocorreram na mesma propriedade. As ocorrências se sucederam na propriedade de um médio produtor de milho, com o processo semimecanizado, e que produz não apenas no município de Simão Dias. O terreno em questão, possui relevo disforme, com serras relativamente íngremes, o que impossibilita a utilização da colheitadeira (Figura 38). Assim, o processo de colheita ainda é realizado com a força de trabalho humana.

Figura 38 – Plantação de milho em terreno disforme



Fonte: Trabalho de campo, acervo pessoal, 2023.

Duas ocorrências, ambas envolvendo crianças com 13 e 14 anos, respectivamente, marcaram um intervalo de 15 dias e compartilharam condições semelhantes¹⁴. No primeiro incidente, a criança de 13 anos estava acompanhada do pai, posicionada sobre a carga de milho em um trator. Ao transitar por um declive, a carga oscilou, levando os trabalhadores a saltarem; no entanto, a criança não conseguiu se distanciar a tempo, resultando na queda de um saco de milho sobre seu braço e na fratura em dois lugares. Após buscar atendimento na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município, o paciente foi transferido para o Hospital Universitário de Lagarto, onde aguardou aproximadamente um mês por procedimento cirúrgico, com despesas médicas e de locomoção custeadas pela família.

O segundo incidente, envolvendo uma criança de 14 anos, ocorreu alguns dias depois em circunstâncias similares. Próxima à carga em transporte, a criança foi atingida por sacos de milho ao balançar do veículo, devido ao declive do terreno, resultando em uma fratura no pé. Ao receber suporte do produtor, a vítima foi encaminhada inicialmente para a UPA e, posteriormente, para o Hospital Universitário. Depois disso, aguardou cerca de 15 dias para a realização do procedimento cirúrgico.

¹⁴ Informações organizadas a partir de entrevista realizada em 18 de dezembro de 2022, com os familiares das duas crianças.

A situação mencionada pode ser considerada como exemplo do processo de subordinação da força de trabalho camponesa e de sua superexploração pelo agronegócio do milho. A utilização da força de trabalho infantil foi constatada a partir dos trabalhos de campo e das entrevistas realizadas, sendo tratada, por vezes, com uma certa naturalidade por parte dos trabalhadores, despidos da condição reflexiva sobre as amarras sociais que não apenas possibilitam, mas impõe a necessidade da exploração da força de trabalho infantil, para garantia de uma maior extração de lucros.

Aqui em casa somos em sete, tenho quatro filhos e cuido de um irmão doente. A gente não tem terra para plantar, a terra que temos é essa que você tá vendendo, não dá nem meia tarefa. Nem eu nem meu esposo tem estudo, por isso a gente vai se virando como dá, ele não arranja trabalho o tempo todo, depois que inventaram máquina pra tudo, tirou o emprego dos pobres. Eu vendo essas coisinhas aqui (balas, pirulitos, produtos de limpeza etc.), mas mal paga a conta de energia. Então, quando chega o tempo da quebra de milho (colheita), é bom porque os meninos vão, já conseguem um trocado pra eles mesmos, e também ajudam em casa, já pagam uma conta, compra alguma coisa (Agricultora, 45 anos).

Homens e mulheres, jovens e adultos, buscam postos de trabalhos nos pequenos centros urbanos, no setor industrial, de comércio, de construção civil, como empregadas domésticas etc. Essas contradições inegáveis não existem por si só, elas são frutos do processo de exploração do trabalho humano. O que existe por traz do capital e do processo de extração de lucro é essencialmente o trabalho, trabalho barato e miserável (Menezes, 2007).

Conforme demonstrado anteriormente, os dados dos Censos Demográficos apontam que a população de Simão Dias é majoritariamente feminina ao longo da história. Ademais, apontam que, a partir do ano de 2000, houve uma diminuição da população rural em favor da urbana, ocorrendo uma relativa migração do campo para a cidade.

Eu morava na mata antigamente, mas depois que me separei, fui morar na cidade pra trabalhar, né? Em casa de família. Mas trabalhar em casa de família não presta não, passar a vida toda levando carão. Então, sempre que encontro algum serviço aqui na mata, eu venho. Não existe mais roça como antigamente, nem quebra de milho pra encher uma roça e passar semanas trabalhando. Então, quando sei que tá tendo, eu venho logo, porque só dura uma semana, as roças enchem logo de gente que tá sem emprego. Então, em venho, fico na casa de minha irmã, ou então eu vou e volto, quando arrumo carona (Trabalhadora, 53 anos).

Assim, a realidade estampada da paisagem do campo em Simão Dias, dominada pela lógica do agronegócio, reflete a pobreza e a miséria dos trabalhadores

camponeses. Essa realidade é resultado de processos que envolvem a produção e reprodução histórica das práticas camponesas, em confluência disruptiva com a exploração do trabalho pelo capital e seu incontrolável movimento em busca do mais-valor (Menezes, 2007).

Tabela 25 – Empregos formais por setor, Simão Dias (2002-2021)

Setor	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Extrativa mineral	X	107	105	189	161	X
Indústria de Transformação	134	596	1.477	2.576	1.709	1.519
Serviços Industriais	6	5	5	3	5	6
Construção Civil	16	23	78	60	54	177
Comércio	197	312	541	638	641	698
Serviços	227	205	252	439	590	886
Administração Pública	842	1.149	1.125	1.218	1.120	1.008
Agropecuária	66	134	214	187	135	120
Total	1.488	2.531	3.797	5.310	4.415	4.414

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2023.
Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2022.

Os dados da Tabela 25 nos possibilitam a análise acerca da realidade do campo simão-diense a partir, sobretudo, do ano de 2007, com o agronegócio do milho, visto que o setor de agropecuária não apresentou expressivas alterações no tocante à empregabilidade. O setor predominante é o da Administração Pública, mas, ainda assim, este demonstra uma relativa estabilidade. O setor industrial é o segundo que mais emprega ao longo dos anos, mas este fator pode ser melhor compreendido a partir da introdução da Empresa Dakota Calçados no município no ano de 2005 e da instalação da indústria de extração de calcário e especializada na fabricação de

produtos de cal, Cal Trevo, em 2006.

Os setores que mais chamam atenção é o de Serviços e de Comércio, com o crescimento de cerca de 290,26% e 254,81%, respectivamente. Demonstrando, assim, que as pessoas, ao longo dos anos, foram progressivamente em busca de postos de trabalho na sede do município.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, em dados divulgados em 2021 referentes aos postos de trabalho e emprego em 2019 e 2020, houve redução dos postos de trabalho em Simão Dias no setor de Agropecuária e de Indústria. No setor de Indústria, o segundo setor que mais emprega no município, os resultados foram mais intensos do que no setor de agropecuária, com diminuição de 64 empregos formais, como podemos observar na Tabela 26:

Tabela 26 – Número de empregos formais por setor, em Simão Dias (2019 – 2020).

Setor	2019	2020	Variação
Agropecuária	141	125	-16
Indústria	1.587	1.523	-64
Construção Civil	9	57	+48
Comércio	552	581	+29
Serviços	1.825	1.848	+23

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), (2021).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2022.

Nos setores de Construção Civil, de Comércio e de Serviços, ocorreu um aumento, o que nos serve de base para entender os processos de precarização do trabalho no período pandêmico, sobretudo, mesmo partindo da premissa de um emprego formal, ao analisar *a posteriori*, os níveis salariais. No setor de Serviços, que é o que mais emprega no município, apresentou elevação sutil, com média de 23

novos empregos formais.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), os dois setores que mais empregam formalmente no município apresentam os menores salários. No setor de indústria, em especial a indústria de calçados presente no município (Dakota Calçados), o salário médio correspondente ao ano de 2020 equivalia a R\$ 968,53.

Ainda no setor industrial relacionado ao extrativismo mineral, o salário médio de admissão em 2021 correspondia a R\$ 957,28. Já no setor de Serviços, para os cargos de Atendente de Farmácia-Balconista e para Montador de Móveis, os salários correspondiam a R\$ 989,63 e R\$ 984,60, respectivamente.

Outro elemento a se observar é a alteração do nível salarial de acordo com o gênero (analisado aqui, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, em um contexto de binaridade: Masculino e Feminino), já que a média salarial no setor industrial para o gênero masculino corresponde a R\$ 1.191,88, enquanto para o gênero feminino, no mesmo setor, o salário corresponde a R\$ 908,48.

Nos setores de Serviço e Agropecuária, essa disparidade é ainda mais aguda, uma vez que, à proporção que o homem recebe em média R\$ 2.058,03 a mulher recebe R\$ 1.392,75 no primeiro setor. Já no segundo, de Agropecuária, enquanto o homem recebe R\$ 1.324,05, a mulher recebe R\$ 870,49. A assimetria salarial equipara-se a R\$ 665,28 e R\$ 453,56, respectivamente.

Tabela 27 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos sem laço de parentesco, Simão Dias (1995 – 2017)

Ano	Quantidade
1995	11.584
2006	1.896
2017	639

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1995 – 2017).

Elaboração: Wylamys Bernardo S. de Lima, 2022.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 27, do Censo Agropecuário de 1995 de 2006 e 2017, o número de pessoal ocupado nos estabelecimentos sem laço de parentesco, em Simão Dias, apresentou uma queda drástica, decorrente da utilização intensificada de tecnologias no processo produtivo no campo.

O determinado contexto pode ser entendido analisando os dados de emprego formal, através da relação existente entre a diminuição dos postos de trabalho no campo, no setor agropecuário, com a possibilidade desses trabalhadores desempregados, serem absorvidos pelos setores de Construção, de Comércio e de Serviços, contribuindo, dessa forma, para a dupla exploração do capital. Constituinte um processo de Mobilidade Pendular, que se configura no movimento de ir aos centros urbanos exercer sua atividade remunerada, vender sua força de trabalho, e regressar para dormir em suas casas que se localizam em áreas rurais, suas casas são transformadas, assim, em ambientes dormitórios.

Menezes (2007) afirma que é necessário compreender que o entendimento do “desemprego” não pode perpassar somente pela compreensão de “falta de emprego”, mas sim pelo processo de exploração do trabalho, intimamente alinhado às contradições históricas do capitalismo.

O desemprego é uma abstração que separado da análise das contradições oculta, muito mais do que revela, sua real essência. Considerar o “desemprego” como “falta de emprego”, além de tautológico, é supor que a possibilidade de sua superação esteja condicionada ao processo de “geração de emprego” pelo capital. Entendido dessa forma, a missão histórica do trabalho estaria nas mãos do desenvolvimento do sistema acumulativo. O que seria uma contradição destrutiva, torna-se um elemento de apologia do capital (Menezes, 2007, p. 24).

Assim, desemprego não é, necessariamente, falta de trabalho. Além disso, o desempregado não deixa de ser trabalhador. Como afirma Menezes (2007), mais importante que os dados quantitativos de desempregados, são as informações sobre as formas precarizadas de trabalho que estes trabalhadores são obrigados a realizar para sobreviverem.

Na contramão do que é imposto pelo capital, os sujeitos determinados utilizam o campo, como espaço de relutância a essa dinâmica exploratória. Constituinte suas unidades de produção camponesa, produzindo cultivos alimentares como forma de complementação da renda obtida com a venda de sua força de trabalho nos pequenos centros urbanos.

Durante nossas incursões de pesquisa de campo, visitamos instituições responsáveis pela assistência social do município, especificamente o CRAS e a Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência Social e Trabalho (SEMAT). Nosso objetivo era compreender o perfil predominante dos beneficiários desses serviços, abrangendo critérios como gênero, zona de residência (rural ou urbana), entre outros.

No entanto, enfrentamos desafios na coleta dessas informações. No CRAS I e II, por exemplo, estava em curso uma transição administrativa, o que comprometeu a disponibilidade e precisão das informações. A coordenadora que nos atendeu, embora solícita, ainda não possuía domínio integral sobre todos os dados relevantes. No entanto, um detalhe crítico emergiu: a maioria dos assistidos pelo CRAS provinha das áreas periféricas da cidade. São indivíduos que, originalmente, residiam em áreas rurais, mas migraram para o centro urbano em busca de oportunidades de trabalho. Infelizmente, muitos se depararam com um ambiente menos acolhedor e com escassas oportunidades de emprego.

Quanto à SEMAT, conseguimos informações mais concretas sobre a adesão ao Cadastro Único (CadÚnico). Até maio de 2022, havia um registro de 17.572 famílias cadastradas. Esses números servem para ilustrar a magnitude da necessidade de assistência social.

De acordo com os entrevistados do STTR, quando ocorreu a elevação da produção de milho no município, aqueles trabalhadores do campo sem postos de trabalho e sem a terra para cultivar, passaram a sobreviver, a partir de auxílios do governo federal.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Simão Dias (STTR) tem demonstrado uma abordagem que se assemelha mais a uma postura patronal do que representativa de seus membros. O principal papel desse sindicato, aparentemente, é fornecer serviços assistenciais, principalmente na área da saúde. Esse oferece atendimentos médicos e odontológicos, serviços de corte de cabelo e assistência jurídica em intervalos periódicos.

No entanto, é interessante notar que os trabalhadores raramente buscam essa assistência jurídica. E quando fazem, a orientação padrão do advogado sindical parece ser a busca por um acordo entre o empregado e o empregador. Mais alarmante é o fato de que, ao final de qualquer processo jurídico, o membro sindicalizado parece ser privado de sua afiliação, perdendo sua "carteirinha" sindical.

Ao analisarmos a realidade do espaço agrário em Simão Dias e as relações de produção que envolvem o cultivo do milho via agronegócio, é perceptível a dialética de forças em jogo. Simão Dias, enquanto espaço de produção, é um microcosmo da luta dos antagônicos em ação, manifestada por meio da produção via agricultura capitalista. Produtores de diferentes magnitudes, desde os grandes latifundiários do agronegócio até os agricultores camponeses, coexistem na dinâmica da luta eterna dos contrários.

A convergência em torno da produção do milho, ao invés de ser apenas uma sinergia intrínseca ao cultivo, perpassa uma manifestação das relações de poder, em que os interesses capitalistas moldam e direcionam a produção, muitas vezes, às custas da força de trabalho dos agricultores camponeses e dos trabalhadores do campo.

A análise contundente do agronegócio a partir da produção de milho em Simão Dias possibilita as vias de desmascaramento das intrínsecas relações estabelecidas entre o Capital-Trabalho, o modo de produção camponesa e a agricultura capitalista, as pequenas unidades de produção familiar e os grandes latifundiários, aliados ao processo de produção do espaço, sobretudo agrário, no embrião das contradições inerentes ao próprio movimento histórico do real concreto.

O espaço agrário é produzido em Simão Dias, a partir das transformações na totalidade das relações sociais existentes, no íterim do processo de Trabalho e na essência do embate de classes. O movimento societário se articula a partir dos conflitos existentes entre a lógica do agronegócio, que atende à demanda capitalista de produção para mercado, em um processo constante de expropriação para a extração, cada vez mais, acentuada de lucros; com a lógica de produção camponesa, que está relacionada historicamente com a produção de alimentos e que é intensamente furtada do direito e acesso a terra, em quantidades necessárias para sua própria reprodução.

A lógica imperante do agronegócio do milho tem conduzido os trabalhadores camponeses à obsolescência, uma vez que suas habilidades e força de trabalho têm se tornado, cada vez mais, dispensáveis diante da busca incessante por lucros crescentes. Essa realidade é alarmante, principalmente entre os trabalhadores com mais de 45 anos, que gradualmente se tornam supérfluos no campo.

Outrossim, esse modelo de produção no campo não integra de forma plena

força de trabalho mais jovem, gerando um desequilíbrio entre a oferta e demanda dos postos de trabalho no campo. Tal descompasso culmina na agudização do desemprego e na disseminação totalizante do subemprego, da precarização e da superexploração do trabalho, cerceando os sujeitos detentores unicamente da sua força de trabalho e de exíguas propriedades de terras e sucumbindo-os à necessidade de mobilização para os centros urbanos, em busca de postos de trabalho.

Assim, o modelo econômico de produção desencadeia um processo avassalador sobre as estruturas tradicionais de sociabilidade, sobretudo, a camponesa. A fragilização dessas unidades de produção familiar, que historicamente são sustentáculos de modos de vida de comunidades no campo, é conspícua ao observar a desvalorização do trabalho camponês em prol de uma maximização implacável dos lucros, que coloca em risco a sua própria reprodução social.

A inserção de pacotes tecnológicos na produção de milho via agronegócio, que envolve a adoção de sementes híbridas e transgênicas, maquinários de ponta e agrotóxicos, tem agravado ainda mais a expropriação do trabalho camponês. Tal movimento produz rebatimentos diretamente na redução dos postos de trabalho, ao passo que perpetua a miserabilidade desses trabalhadores. Essa transformação na composição orgânica do capital cria um exército de reserva e acentua uma relação de dependência social dos camponeses com o agronegócio e com os setores precarizados de comércio, serviços e indústria.

Neste sentido, Oliveira (2007) afirma que:

A contínua expansão de tecnologias no campo objetiva o aumento da produtividade pela exploração do trabalho sob diversas nuances, e sustentada no discurso do “desenvolvimento” que anuncia a melhoria das condições de vida no campo. Tenta-se, desta forma, escamotear as contradições provenientes do exercício de controle do trabalho pelo capital, na busca de maiores lucros (Oliveira, 2007, p. 17).

Não se pode perder de vista, também, a influência do agronegócio do milho nos processos de dominação da terra. O domínio não se limita mais à aquisição da propriedade, mas se intensifica através do arrendamento de pequenas propriedades no campo. Esse movimento acarreta coibição excessiva dos camponeses, pois o avanço da produção de milho se direciona, cada vez mais, às suas comunidades, resultando na expansão do controle sobre suas terras.

Neste decurso, as relações de produção desiguais são reforçadas e promovem

uma transformação na estrutura agrária, consolidando a concentração de terra nas mãos de poucos. A intensificação do processo de arrendamento contribui para a marginalização dos camponeses, perpetuando um ciclo de exploração e despossessão.

Em última instância, a lógica do agronegócio do milho, permeada por avanços tecnológicos e práticas de domínio espacial, territorial, social e econômico, revela uma face sombria de perpetuação de desigualdades. A expropriação do trabalho camponês, impulsionada por inovações tecnológicas, não apenas precariza as condições de trabalho, mas também compromete a autonomia e a subsistência das comunidades tradicionais. Ao priorizar a maximização dos lucros em detrimento das relações sociais e da relação sociedade-natureza, essa lógica de produção conduz a uma perigosa homogeneização econômica, em que a terra se torna um mero instrumento para a acumulação de capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIABILIDADE NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO DO MILHO NO IR E VIR DO CAPITAL

*“O trabalho do velho é pouco, mas
quem o despreza é louco,*

-Esse ditado não é assim.

*-Bem sei, onde eu disse velho, é
menino, onde eu disse despreza, é
desdenha. Mas os ditados, se quiserem ir
dizendo o mesmo por ser preciso continuar a
dizê-lo, têm de adaptar-se aos tempos,*

-Es um filósofo.

-Que ideia, só sou um velho”.

(José Saramago)

*É sabido que os trabalhadores da agricultura
em grandes propriedades não ocupam
habitualmente mais do que um pequeno
número de braços.*

(Karl Marx)

O processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista traz, em seu bojo, as bases materiais para a produção da barbárie. Seu sustentáculo se constitui na exploração do ser humano pelo ser humano, bem como da natureza pelo ser humano, na busca incessante da extração de lucro e da produção de mais-valor. Através da superexploração do Trabalho das classes subalternas, as classes dominantes se apropriam do valor-trabalho para perpetuar o ritmo frenético da acumulação de Capital.

Com essa dinâmica de produção, o capital estende seus tentáculos sórdidos por todas as esferas da sociedade. A máxima aspiração do capitalismo é a intensificação da extração de lucros e para isso ele se mobiliza com o que for necessário para alcançar seus intentos. É neste contexto que evidencia a progressiva penetração do capital no campo.

O agronegócio, modelo de produção agrícola baseado no cultivo em larga escala para abastecer as balanças comerciais no mercado global, no contexto Neoliberal – pensando na indissociabilidade entre Neoliberalismo e agronegócio, dilucida a lógica capitalista de reprodução e acumulação de capital. Transforma os cultivos alimentares, historicamente produzidos sob as bases da agricultura tradicional camponesa, em meras “coisas” para o mercado.

No cerne do agronegócio, está a estupidez do processo produtivo capitalista. A utilização de pacotes tecnológicos, como maquinários, sementes transgênicas e agrotóxicos, altera as configurações do espaço agrário e influencia a dinâmica do trabalho, à medida que perpetua a estrutura fundiária baseada na concentração de terras.

Neste sentido, essa pesquisa foi constituída e alicerçada em revisões bibliográficas e conceituais que fomentam a discussão acerca da dinâmica do capital, da sua penetração no campo e em como ocorrem as transformações do espaço agrário a partir da entrada da lógica do agronegócio e em como se estrutura a composição orgânica do capital e seus rebatimentos na força de trabalho e nas transfigurações do modo de vida dos agricultores camponeses.

O panorama construído nas últimas décadas demonstra o agravamento das contradições inerentes ao modo de produzir do capital, no qual as alterações na

composição orgânica do capital no espaço agrário, a partir dos maiores investimentos nos meios de produção, em maquinários agrícolas etc., em atenuação aos investimentos de capital em força de trabalho, via aumento salarial, se desdobra nas metamorfoses do trabalho no campo e na produção de uma superpopulação relativa, ou exército de reserva. A composição orgânica do capital, com sua ênfase crescente na mecanização e na redução da força de trabalho, traz consigo uma reestruturação da sociabilidade no campo.

Essa possibilidade de análise se fundamenta na concepção de alteração das relações sociais, econômicas e territoriais que se concretiza no processo de produção do espaço agrário contemporâneo. A dinâmica do trabalho no espaço agrário de Simão Dias expressa o conjunto de modificações e confluências que se manifestam no cenário global, mas que, todavia, opera a partir das múltiplas determinações locais, revelando o emaranhado de pressupostos da totalidade.

No percorrer dessa investigação, é possível perceber que a concentração de terras, a sua distribuição no Brasil, em Sergipe e em Simão Dias, esteve subsumida a uma lógica de concentração fundiária, ocasionando desigualdades no campo.

O processo de modernização do campo, impulsionada pelo avanço avassalador do agronegócio, trouxe consigo múltiplas implicações sociais e economias que produziu rebatimentos na vida dos trabalhadores do campo. A relação intrínseca entre Estado e Capital se desvelou ao passo em que o Estado se constituiu agente ativo na promoção e consolidação do agronegócio. A precarização e pauperização do trabalho representa as mazelas da dinâmica exploratória do capital, que busca constantemente e de todas as formas, aumentar a lucratividade, mesmo que às custas da sobrevivência e subsistência dos trabalhadores.

A reestruturação do processo produtivo do campo via agronegócio dissolve a dinâmica do Trabalho das comunidades camponesas. Ao passo que os maquinários de tecnologia de ponta adentram no campo em Simão Dias, o exercício do trabalho dos agricultores camponeses passa por significativas mudanças, outrora, a produção se estabelecia na unidade de produção familiar, ou seja, o cultivo de alimentos se dava em com a utilização da força de trabalho familiar, em propriedades de terras denominadas minifúndios. Bem como, ocorria em terras inutilizáveis pela grande agropecuária, que eram “arrendadas” às famílias camponesas.

Com a substituição latente da atividade agropecuária pela produção em larga

escala do milho e com o desenvolvimento de tecnologias, as terras inutilizáveis para os grandes proprietários se tornam rentáveis. No início do século XXI, quando a produção do milho era introduzida em Simão Dias, os avanços tecnológicos eram incipientes. Deste modo, à medida que a dinâmica do trabalho se alterava, boa parte dos agricultores eram absorvidos pela produção da *commodity*. Postos de trabalho surgiram, pois ainda ocorria em extensões menores de terras, e o trabalhador estava minimamente inserido no preparo da terra, no plantio, nos cuidados com as lavouras de milho e, principalmente, com a colheita, que se dava em boa parte de forma manual até meados dos anos 2010.

Portanto, com o desenvolvimento, cada vez mais, acelerado das tecnologias agrícolas e da articulação público-privada, via ações do Estado, o trato da terra, plantio, pulverização e colheita passam a ser totalmente mecanizados. Há uma mudança conspícua na composição orgânica do capital, isto é, com os investimentos acentuados no capital constante, o capital variável expresso na força de trabalho é reduzido substancialmente.

Cria-se, em Simão Dias, uma superpopulação relativa à necessidade de absorção de trabalhadores pela nova dinâmica de produção no espaço agrário. O modo de produção não permite a absorção da quantidade de força de trabalho disponível, pois a sua jornada constante pela máxima extração de lucros não possibilita esse processo.

A força de trabalho inativa do campo busca alternativas de sobrevivência no exercício de atividades remuneradas completamente distintas das práticas que tradicionalmente dominam. Urge a necessidade, cada vez maior, da migração para outros estados em busca de postos de trabalhos, os homens, muitas vezes, no setor da construção civil e as mulheres, por vezes, nas atividades domésticas. Além disso, a população mais jovem tenta se inserir frequentemente nos setores de serviços, comércio e na atividade industrial, presente no município.

A força de trabalho ativa, ou seja, aqueles poucos que conseguem ser incorporados pela nova dinâmica de produção, com operadores dos maquinários, estão subsumidos a condições de extrema precarização, em sua maioria, obductos da informalidade, com jornadas extenuantes de trabalho, alimentação assimétrica, e quando necessário serem alojados, visto que a produção de milho não se dá apenas nas limítrofes do município, é completa em irregularidades. Isto é, em condições de

trabalho e de sobrevivência totalmente insalubres e deletérias.

Atualmente, a grande parcela da população do campo só é incorporada na nova dinâmica em um único momento do processo produtivo do milho, que é na cata. Depois que o milho é colhido de forma totalmente mecanizada, as pessoas são acionadas para realizar a cata das espigas que ficaram espalhadas pela propriedade. Neste momento, homens e mulheres, adultos e crianças são inseridos no processo de trabalho, que é executado com tamanha rapidez, haja vista que muitas pessoas estão disponíveis para a realização dessa atividade.

No movimento da história, o espaço agrário de Simão Dias vem sofrendo alterações profundas. Os processos ocorridos no cerne da interação Capital-Trabalho, sobretudo com a expansão do agronegócio do milho, transformaram consideravelmente a sociabilidade no campo. O que antes se constituía como uma relação de proximidade e interdependência com a terra, pautada na coletividade e nos conhecimentos tradicionais, deu lugar a um modelo produtivo de lógica capitalista, marcado pela mecanização, monocultivo e pelas relações de trabalho precarizadas.

Essa mudança não apenas alterou a forma como se processa a realização do trabalho, mas também as relações materiais comunitárias e coletivas constitutivas das subjetividades dos trabalhadores do campo. Seu modo de reprodução da vida é sistematicamente cerceado pela dinâmica de produção baseada no agronegócio. As sementes produzidas, provenientes da grande indústria dos transgênicos são inférteis, o que os direcionam a produzir para o mercado.

A utilização persistente de insumos, principalmente das substâncias agrotóxicas cerceiam e limitam a liberdade da produção tradicional para aqueles que ainda utilizam de tais práticas, visto que as pequenas propriedades estão praticamente engolidas, cercadas pela produção de milho.

No período latente de conflitos sociais no campo, no findar do século passado para o raiar do novo século, houve tentativas de redistribuição de terras em Simão Dias, com a criação de três assentamentos de reforma agrária. No entanto, com o avanço da produção do milho, tem ocorrido o domínio dessas terras pela lógica do agronegócio e sucumbida a função social em detrimento do mercado. Esse processo desvela um tensionamento que perfaz no campo entre os objetivos reais da redistribuição de terras e as forças do mercado impulsionada pelo avanço do agronegócio.

Portanto, a história agrária de Simão Dias é um reflexo incisivo da marcha do capitalismo no campo, um sistema que prioriza o lucro em detrimento da vida e da natureza. A implantação do agronegócio, principalmente do milho, considerado enquanto eixo e desenvolvimento, representa não apenas uma transformação econômica, mas uma profunda reconfiguração das relações sociais de produção da vida. A mecanização e o uso intensivo de tecnologias, à proporção que operam pela otimização da produção, operam também pela marginalização da força de trabalho, relegando os trabalhadores do campo a funções subalternas ou, até mesmo, à obsolescência.

As práticas camponesas, construídas no decorrer da história ao longo de gerações e calcadas na relação simbiótica com a terra, são insistentemente corroídas em favor de um modelo homogeneizante. Os rebatimentos são manifestados na migração forçada para áreas urbanas ou na adaptação ao novo ritmo extenuante da vida no campo. A sobrevivência, anteriormente assegurada pela diversidade de cultivos, torna-se refém de um mercado inconstante de práticas agrícolas controversas.

REFERÊNCIAS

- ABIMILHO.** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DO MILHO. Estatísticas. Disponível em: < <http://www.abimilho.com.br/estatisticas> > Acesso em: 29 julho de 2023.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003
- ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva do Capital. **O Público e o Privado**, v. 6, n. 11 jan. jun, p. 9-20, 2008.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, maio/ago. 2004. p. 335-351.
- ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 3. ed. Jandira: Ciranda Cultural, 2019.
- BRASIL.** Lei Nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, [1972]. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5851.htm > Acesso em: 28 de março de 2023.
- CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Ministério do Trabalho.** Disponível em: < https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php > Acesso em: 15 de março de 2023.
- CAMACHO, R. S. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário exportador e suas implicações socioambientais. São Paulo: **Agrária**, 2010. n. 13, p. 169-195.
- CAMPOS, Christiane S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: Outras Expressões/Clacso, 2011.
- CAMPOS, Christiane S. S.; CASTILHOS, Clarisse C; CAMPOS, Rosana S. Estado mínimo: para quê e para quem? *In*. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira, (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.
- CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil**: JK – JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Victor de S. A Embrapa na reprodução do capital no campo. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

CARLOS, Ana F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>> Acesso em: 28 junho de 2023.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe. **Revista Geonordeste**, Ano XXII, n.2, 2011. p. 1-16.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. A geografia do espaço da miséria. São Cristóvão: **Scientia Plena**, v. 1, n. 6, 2005. p. 166-170.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista de Geografia Meridiano**, 2013, n. 2, p. 81-104.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 7-21, 2021.

COSTA, Katinei S. As façanhas do capitalismo mundializado: a reestruturação produtiva, o processo da desrealização do trabalho na realização do capital. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira, (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

CUNHA, Jacksilene S. **O agronegócio do milho transgênico no oeste sergipano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DÉDA, José de C. **Simão Dias**: fragmentos de sua história. 2. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Notas do subsolo**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O sonho de um homem ridículo**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. (org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b. p. 25-82.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista Nera*, 2006a, no 8, p. 29-51.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe (1575 - 1855)**. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

GOETHE, Johann W. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

GOMES, Carlos M. M.; SANTOS, Márcio dos R. A inserção da indústria no campo: desconcentração/inferiorização industrial e subordinação do camponês. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina L.; SILVA, José D. S. (org.). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre Teoria e Crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF, 1991.

GUERRA, Cleber B. **Novo mundo rural**. Vitória: A Gazeta – Cenários do rural Capixaba, 2001.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista Do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 1995-1996, 2006, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**, 2000- 2023.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

Lagarto Notícias. Agricultores de Simão Dias são beneficiados com ações do governo – por Marcos Peris. Lagarto, 2017. Disponível em: < <http://www.lagartonoticias.com.br/2017/07/03/agricultores-de-simao-dias-sao-beneficiados-com-acoes-do-governo/> > > Acesso em: 14 de abril de 2023.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2011.

LISPECTOR, Clarice. **Todas as crônicas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva do milho. Brasília, DF: IICA: Mapa-SPA, Brasil, 2007.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de S. **Sobre o modo capitalista de pensar.** 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **Crítica da economia política:** livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. – 2. ed. – São Paulo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política – Volume I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política – Volume II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2014.

MENEZES, Sócrates O. **De supérfluos a sujeitos históricos na contramão do capital:** a Geografia do (des)trabalho. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MTP. Ministério do Trabalho e Previdência. RAIS: divulgação novembro de 2021. Brasília: MTP, Brasil, 2007.

NUNES, Maria T. **Sergipe Colonial I.** Sergipe: UFS: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. São Paulo: **Terra Livre**, ano 22, v. 1, n. 26, jan.–jun, 2006, p. 13-43.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A mundialização da agricultura brasileira.** Anais: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> >. . Acesso em: 05 maio. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo:

landé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In.*: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In.*: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista**, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Vanessa D. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

PALACIOS, Marco. *Las sociedades agrarias en América Latina desde 1930 al presente*. *In.*: PALACIOS, Marco; WEINBERG, Gregório. **Historia General de América Latina desde 1930 al presente**. Madrid: UNESCO/Trotta, 2008. p. 53-78.

PRATA, Diego A. T. **Determinantes da expansão da produção de milho em Sergipe**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANS, Lauiz M. A.; SANTANA, Derli P. **Cultivo do milho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Embrapa, 2007.

SANTANA, Hortência dos S. **Análise do conceito de arranjo produtivo local (APL) como parâmetro estratégico de viabilidade ao desenvolvimento local: o caso da cultura do milho em Carira, Sergipe**. 2022. Monografia (Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SANTOS, Flávio dos. **Resistência para um modo de existência: luta camponesa em defesa das sementes crioulas no semiárido alagoano**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEAGRI. Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca. Disponível em: < <https://seagri.se.gov.br/governo-acompanha-carregamento-de-milho-para-exportacao-no-porto-de-sergipe/> >. Acesso em: 17 julho de 2023.

SHIMADA, Shiziele de O. **A produção canavieira e os impactos causados no espaço agrário do estado de Sergipe**. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 23., 2016, São Cristóvão. Anais do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Cristóvão: ENGA, 2016.

SHIMADA, Shiziele de O. **Do Latifúndio e do Agronegócio: as novas**

territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “Escravo”. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SILVA, Ademar B. *et al.* Potencial dos solos de Simão Dias (SE) para a cultura do milho (*Zea mays L.*) no manejo com alta tecnologia. *In: REUNIÃO NORDESTINA DE CIÊNCIA DO SOLO*, 2.; *SEMINÁRIO BAIANO DE SOLOS*, 3., 2014, Ilhéus. Agenda de uso e conservação dos solos: por que não?: anais. Ilhéus: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Núcleo Regional Nordeste, 2014.

SILVA, Ana P. A. **Reprimarização da economia e o monocultivo do milho em Sergipe**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SILVA, Flávio H. B. B.; SILVA, Ademar B. **Levantamento de reconhecimento de solos e avaliação do potencial de terras para irrigação do município de Simão Dias, Sergipe**. Rio de Janeiro: Embrapa, 2006.

SILVA, José D. S. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP, IE, 1998.

SILVA, José G., et al. **O novo rural brasileiro**. Meio Ambiente, e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro, Uberlândia, 1997, p. 75-100.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Dayse M. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SOUZA, José G. de. Limites do território. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 10-11, p. 99-130, 2009.

SOUZA, Suzane T.; CONCEIÇÃO, Alexandrina L. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada** – vol. 9 n.1, junho/2008.

SOUZA, Suzane T.; SANTOS, Jânio R. D. A FACE E AS MÚLTIPLAS FACETAS DA BARBÁRIE SOCIETAL NO CAMPO BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. Presidente Prudente: **REVISTA NERA**, n. 44, p. 14-38, 2018.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Geografia Física e Geografia Humana: uma questão de método-um ensaio a partir da pesquisa sobre Arenização. **GEOgraphia**, v. 12, n. 23, p. 8-29, 2010.

THOMAZ JR, Antônio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **PEGADA** - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 5,

n. 1 e 2, 2004.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

USDA. *United States Department Of Agriculture. Foreign Agricultural Service (FAS). Grain: world markets and trade. United States: USDA/FAS*, acesso em: 01 ago. 2023. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/grain.pdf>>

VEIGA, José E. *Et al.* **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001a.

VEIGA, José E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, 2001b, vol. 15, p. 101-119.